

PAULA APARECIDA SANTINI DE ALMEIDA

Unidade da Pinacoteca de São Paulo de Botucatu

Monografia apresentada como requisito para aprovação da disciplina Trabalho Final de Graduação III, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, campus de Presidente Prudente.

Orientadora: Prof^a. Ms. Dafne Marques de Mendonça.

Co-Orientadora: Livre Docente Neide Barrocá Faccio.

PRESIDENTE PRUDENTE/SP
2012

SAUDADES DE BOTUCATU – *Angelino de Oliveira*

Nunca esquecerei de ti, oh minha terra
Berço onde o amor nasceu
És princesa lá da serra
Terra dos carinhos meus
Não mais poderei viver longe de ti
Tu és a minha adoração

Oh! Botucatu
Cidade dos meus sonhos
Terra do meu coração

Oh! Botucatu
Cidade dos meus sonhos
Terra do meu coração



DEDICATÓRIA

Aos meus pais e ao Pedro, meu irmão, que estiveram ao meu lado em todos os momentos. Ao acreditarem em mim, fortaleceram minha fé, e assim, pude viver e realizar os sonhos que a Arquitetura me proporcionou até hoje.

Muito obrigada, amo vocês.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me presenteou com o belíssimo dom de enxergar nas linhas de um projeto uma forma de realizar os sonhos de outras pessoas, proporcionando ambientes repletos de bem-estar e aconchego. Foi Ele que, durante a caminhada da graduação, me deu força, disposição e perseverança para poder chegar até aqui.

Aos meus pais e ao meu irmão Pedro, que são a certeza de que tenho um lugar seguro no mundo, independente de onde eu esteja. Foram eles que sempre me estimularam a buscar minhas vitórias e não ter medo do amanhã.

À minha orientadora, Dafne Mendonça, por me guiar com tanta dedicação e profissionalismo durante este trabalho e por sua paciência e amizade nos momentos difíceis. Obrigada por me servir de inspiração, por estimular minhas ideias e me ajudar a descobrir um novo olhar sobre a Arquitetura.

À minha coorientadora, Neide Faccio, por transmitir suas experiências.

Ao professor, Fernando Okimoto, por contribuir para o desenvolvimento desse trabalho com sua inteligência e conhecimentos nas questões estruturais.

À Secretaria de Educação de Botucatu, em especial ao secretário Júlio Troncarelli e à Secretaria de Planejamento de Botucatu, por facilitarem meu acesso às documentações, arquivos e ao edifício do antigo Fórum.

Ao professor João Figueroa, do Centro Cultural de Botucatu, por me contar e encantar com as histórias da nossa cidade e do nosso antigo Fórum.

Ao arquiteto Pedro Paulo Pacheco, por me ajudar a desvendar informações do antigo Fórum ao fornecer seu trabalho de TCC.

À toda minha família - de São Carlos, Santos, Tupã e São Paulo, por terem sempre me apoiado com gestos, palavras e carinho.

Às minhas amigas, companheiras nesse final de graduação, Juliana Fossalussa e Priscila Sotto, que junto comigo, conseguiram vencer essa etapa sem nunca deixar de perder os momentos de diversão e alegria.

À Ana Carolina Alves, pela amizade que se fortaleceu a cada dia, pelo incentivo, apoio, conselhos e carinho desde o momento que nos conhecemos. Obrigada pelas palavras que sempre disse com muita sabedoria e amor.

À Adriana Luz, que esteve comigo durante os inesquecíveis meses de intercâmbio em A Coruña, e que depois, mesmo longe, esteve sempre presente com sua amizade, conselhos e "críticas". Obrigada por me ajudar a estar cada vez mais apaixonada pela nossa profissão.

À equipe Marcos Fróis por todo o aprendizado deste ano e incentivo durante este trabalho.

Às minhas amigas de Botucatu, que tenho certeza que sempre estarão ao meu lado.

Aos amigos que fiz em Prudente, muito obrigada pelos momentos de diversão e estudo, na qual sempre lembrarei com muitas saudades.

SUMÁRIO

Resumo	8
Introdução	9
Justificativa	11
Capítulo 1	13
1.1 Arquitetura no Século XIX – Ecletismo.....	13
1.2 Ramos de Azevedo	18
1.2.1 Projetos desenvolvidos	21
Capítulo 2	29
2.1 Contexto histórico.....	29
Capítulo 3	36
3.1 Pinacoteca do Estado de São Paulo: unidades nos pólos regionais do interior	36
Capítulo 4	39
4.1 Dados Gerais	39
4.2 Resgate Histórico	41
4.2.1. Botucatu: Raízes.....	41
4.2.1.1. Bens Tombados.....	58
4.2.2. Fórum e Cadeia	61
4.3 Análise morfológica do local de intervenção.....	75

4.3.1 Análise em planta baixa	76
4.3.2. Análise dos planos verticais	85
4.3.3. Análise da estrutura	89
4.4 Percepção do lugar	93
Capítulo 5	99
5.1 Memorial Minas Gerais.....	99
5.2 Pinacoteca do Estado de São Paulo	108
5.3 Fundação Iberê Camargo	114
5.4 Síntese Comparativa	120
Capítulo 6	121
6.1 Memorial de Partido	121
6.2 Memorial Descritivo.....	135
6.2.1 Estudo do Programa de Necessidades.....	135
6.2.2 A Demolir e a Construir.....	140
6.2.3 Espaços.....	145
6.2.4 Acessibilidade.....	149
6.3 Imagens e Peças Gráficas	149
Conclusão	150
Referências	151

[R]

RESUMO

O antigo edifício do Fórum e Cadeia, de autoria do arquiteto Ramos de Azevedo, aparece no cenário do município de Botucatu como um importante elemento do imaginário social urbano e de forte valor arquitetônico e histórico.

É possível perceber a presença de marcos e lugares que revelam uma leitura da arquitetura no centro histórico da cidade, inspirada no Ecletismo, e que compõem um conjunto de edifícios de interesse cultural neste espaço urbano.

Este trabalho elabora uma análise detalhada da paisagem antiga e atual e quais são os registros histórico/culturais materializados no contexto urbano central de Botucatu e propõe adequar o edifício às novas funções urbanas contemporâneas, com o propósito de preservar o antigo Fórum de Botucatu e recuperar esta herança para cidade e seu valor patrimonial.

Palavras-chave: intervenção; patrimônio; Pinacoteca; restauração.



INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito o olhar para o centro histórico do município de Botucatu, buscando compreender suas peculiaridades e a composição dos edifícios de interesse cultural neste espaço urbano.

É possível perceber a presença de marcos e lugares relacionados à expansão da cidade na virada do século XX, que revelam uma leitura da arquitetura local, inspirada no Ecletismo, e de usos predominantes como institucionais, educacionais e religiosos.

O antigo edifício do Fórum e Cadeia, de autoria do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, aparece neste cenário como um forte elemento arquitetônico e histórico. Há dois conceitos sobre como era o projeto original e como foram feitas as adaptações e ampliações após as diversas reformas. O registro fotográfico é o único material que comprova um destes conceitos, pois os relatos orais e suposições encontradas não são necessariamente verídicos.

Ao longo do tempo, o edifício foi desativado e perde a função judiciária, pois diziam que sua estrutura estava comprometida e não poderia mais abrigar o Fórum.

A qualidade arquitetônica e a valorização deste conjunto de edifícios dependem do contexto socioespacial no qual estão inseridos. É neste sentido que este trabalho elabora uma

análise detalhada da paisagem antiga e atual e quais são os registros histórico/culturais materializados no contexto urbano central de Botucatu.

Assim, o objetivo deste trabalho é realizar um inventário do antigo Fórum e do contexto urbano no qual está inserido e propor um novo uso, desenvolvendo um projeto de intervenção com a instalação de uma unidade da Pinacoteca de São Paulo.

[J]

JUSTIFICATIVA

A proposta deste trabalho é adequar o edifício às novas funções urbanas contemporâneas, com o propósito de preservar o antigo Fórum de Botucatu e recuperar esta herança para cidade e seu valor patrimonial.

O governo do Estado de São Paulo anunciou a construção da primeira Pinacoteca estadual em Botucatu. Este projeto faz parte da iniciativa da Secretaria do Estado da Cultura, visando ampliar o contato da cultura brasileira no interior, em diferentes polos regionais do Estado. O antigo Fórum receberá esta nova função e abrigará parte do acervo da unidade da cidade de São Paulo.

O propósito é restaurar o antigo edifício e salvaguardar seu testemunho histórico para a cidade, como um símbolo destinado a preservação da memória, porém com o novo uso. Hirao e Neres (2011) apontam que:

O uso e a apropriação socioespacial qualificam as relações entre memória, significação, e imaginário social urbano e como consequência são elementos importantes da vivência para as pessoas como protagonistas na cidade. Desta maneira, no seu cotidiano, tais correlações reforçam a identificação dessas

peças com seus lugares característicos, integrando passado, presente e futuro, efetivando-se através da adequação dos ambientes para os novos usos contemporâneos. (HIRAO; NERES, 2011).

Por estas razões, justifica-se a preocupação em preservar o antigo edifício do Fórum de Botucatu, assim como também os outros de interesse cultural no seu entorno, onde todo o conjunto compõe um cenário à memória ao imaginário da comunidade.

Além do resgate histórico, também se pretende desenvolver as atividades culturais e econômicas do município, consolidar e ampliar o turismo através da comunicação entre o acervo e o público, relacionada com a arte e arquitetura brasileira e proporcionar à população o estímulo à produção e difusão do conhecimento artístico.

[1]

O ARQUITETO

1.1 Arquitetura no Século XIX – Ecletismo

A arquitetura eclética é a somatória de produções arquitetônicas e estilos estéticos históricos, introduzido na ascensão da nova burguesia na reação da Revolução Industrial. Na Europa, a intenção era resgatar o “estilo nacional”, nos países como a França, Inglaterra, Itália e Alemanha e era anunciar ideais políticos precisos, o patriotismo e as próprias raízes culturais na arquitetura e na arte.

Nos pensamentos de Patetta (1987, p.12), a convicção na época era “escolher entre elementos extraídos das antiguidades, concentrar o melhor deles, iludindo-se de que esse ‘encontrar e aplicar’ pudesse comparar-se às experiências criativas do passado”. Este resgate estilístico tinha o propósito de conciliar os novos usos aos elementos arquitetônicos passados.

A “expressão da arte e da arquitetura se segue ao Neoclassicismo” com a burguesia da segunda metade do século XIX, porém, particularmente, cada país seguiu seu próprio estilo. “Na Itália, se expressou através do neo-romântico, ou do neo-renascentista; na França e na Inglaterra, do neogótico; na Alemanha, do *Rundbogensil*” (PATETTA, 1987, p.11-12).

Assim designa o ecletismo:

Uma tendência filosófica resultante do conflito de culturas e do embate de ideias. [...] Em Arquitetura, costuma-se designar [...] para questões estilísticas, segundo a qual todos os estilos e tendências históricas da tradição ocidental – grego, romano, gótico, renascentista, barroco – [...] isoladamente ou conjugados entre si, como 'tipos' ou 'modelos' para edifícios a serem projetados (COLIN, 2006).

E distinguido em três correntes principais:

A da *composição estilística*, baseada na adoção imitativa coerente e 'correta' de formas que, no passado, haviam pertencido a um estilo arquitetônico único e preciso (a esta corrente pertenceram as mais destacadas tendências neogregas, neogípcias e neogóticas); a do *historicismo tipológico*, voltado, predominantemente, [...] na Idade Média, os traços místicos e a religiosidade para as novas igrejas; na Renascença, as características áulicas elegantes para os edifícios públicos, no Barroco, ou nos estilos orientais, a festividade exigida pelos equipamentos de lazer, no Classicismo pesado do coríntio romano, o caráter apropriado aos solenes edifícios do Parlamento, dos Museus e dos Ministérios; a dos *pastiches compositivos* que, com uma maior margem de liberdade, 'inventava' soluções estilísticas historicamente inadmissíveis e, às vezes, beirando o mau gosto (mas que muitas vezes, escondiam soluções estruturais interessantes e avançadas) (PATETTA, 1987, p.14-15).

Segawa (2002, p. 31) também analisa a arquitetura da época dividida entre estas três correntes, porém denomina como "grupo eclético", "grupo histórico" e "grupo racionalista".

Lemos (1987, p. 70-71) apresenta estes temas como “uma questão de afirmação personalista de cada um na multidão”, uma “miscelânea geral” e que os permitem ter a “liberdade ou a licença de criar, de recriar, ou combinar formas, de misturar ornamentações próprias de estilo”.

Nos finais do século XIX, o ecletismo difunde-se para outros países fora da Europa, marcando novas construções e reurbanizando cidades. Foi o que aconteceu em todo o Brasil. Algumas cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, modernizaram seus espaços e edificações com o movimento eclético, seguindo os princípios de patriotismo. Segundo Segawa (2002, p. 32) “a hesitação pelos caminhos que a arquitetura deveria trilhar – debate sobretudo na Europa – conheceu no Brasil uma outra variável: a da nacionalidade”.

Com a produção de café e a instalação das estradas de ferro, as cidades tiveram um grande crescimento demográfico. No caso de São Paulo, a cidade progrediu e assumiu uma liderança política e econômica e toda a riqueza produzida pelas indústrias foi um atrativo para os imigrantes se estabelecerem no país.

Os mesmos ideais políticos, patriotismo e busca do estilo nacional, estavam presentes no Brasil. Segundo Lemos, (2005, p.3) a arquitetura resgatou as experiências do passado e “passou a praticar de modo delirante o Neocolonial”, em conjunto com os movimentos ecléticos apresentados pelos europeus.

Na arquitetura local, a taipa sempre foi a solução para as construções e com a imigração, novas tipologias foram surgindo:

(...) casas de tijolos sem beirais, de porões ventilados, decorados com relevos. [...] A variedade passou a compor o cenário sem repetições, mas ao mesmo tempo, homogeneizado pelas regras da composição, pelos ritmos das envasaduras que ganhavam predomínio sobre os cheios das alvenarias, as mesmas platibandas, os mesmos gabaritos reguladores. Era o Ecletismo" (LEMOS, 1987, p.74).

Com enfoque na arquitetura paulista e a partir do desenvolvimento de repertórios historicistas ou de movimentos artísticos, Lemos (1987) classifica as obras ecléticas em nove grupos:

Grupo 1 – São construções neoclássicas ditas *ortodoxas*, influenciadas pela arquitetura carioca e pela atuação de profissionais do exterior;

Grupo 2 – São construções neoclássicas na primeira intenção do partido arquitetônico, mas comprometidas com a ornamentação renascentista e com o uso de materiais importados;

Grupo 3 – São construções neo-renascentistas, mas foram se popularizando com o tempo. O desenvolvimento das obras foi substituído pela improvisação, recriação e até a invenção e os elementos decorativos também eram de outros estilos, não só os renascentistas;

Grupo 4 – São obras de movimentos como o *Art Nouveau* e *Sezession*, concebidas pela ortodoxia e que enfatizavam a continuidade espacial em seus interiores e eram assobradadas;

Grupo 5 – São construções populares de arcabouço estrutural convencional de tijolos, como do grupo 3, porém com decoração *Art Nouveau*;

Grupo 6 – São obras com indefinido, onde as casas são de características pitorescas;

Grupo 7 – São construções do Ecletismo Historicista, onde se encontra trabalhos vinculados aos variados modelos de construções antigas alheias ao mundo clássico. O estilo Neogótico é o mais encontrado;

Grupo 8 – São construções tradicionalistas ou coloniais, referentes ao estilo da 1ª Guerra Mundial e conhecida atualmente como Neo-colonial;

Grupo 9 – São construções populares, com modelos eruditos neocoloniais.

No terceiro grupo, encontra-se a arquitetura de Ramos de Azevedo. O arquiteto foi contratado para intervir e “dar nova modinatura¹ às velhas taipas” (material popularizado com o tempo) nas obras que sofreram influências do movimento neoclássico, transformadas em “edifícios à moda francesa” (LEMOS, 1987, p. 84).

Diversas características são encontradas em projetos classificados neste terceiro grupo e que identificam o próprio ecletismo:

A volumetria, o frontão e a colunata perseguiram as soluções do Neoclássico histórico; [...] edificações de tijolos; [...] casas de porão alto, com bossagens de argamassa até a altura do soalho, feitas no alinhamento, entradas laterais descobertas providas de portões de ferro; [...] e as indefectíveis platibandas (LEMOS, 1987, p. 79 e 81).

¹ Conjunto das molduras de uma construção, segundo o caráter das ordens arquitetônicas.

O quarto grupo também deve ser destacado com obras inspiradas no *Art Nouveau*, “construções convencionais com pormenores decorativos inspirados no estilo floreal [...], despojamento de ornatos, a mera funcionalidade”. (LEMOS, 1987, p. 85).

Quem percebeu a potencialidade expressiva foi o arquiteto Victor Dubugras. Desde o início de sua carreira, com maestria, projetou espaços “nas linhas do historicismo eclético e perpetrado uns fóruns e escolas muito chegados ao mesmo tempo ao romântico, ao gótico, somados a invenções que resultaram em interessantes soluções plásticas” (LEMOS, 1987, p. 86). E também “embarcou numa nova experimentação formal, incluindo-se entre os pioneiros que, na metade da década de 1910, adotariam a arquitetura inspirada na arte tradicional brasileira: o neocolonial” (SEGAWA, 2002, p. 35).

Ramos de Azevedo e Victor Dubugras² foram grandes arquitetos ecléticos influentes na arquitetura paulistana. Estes possuem alguns projetos analisados nos capítulos seguintes.

1.2 Ramos de Azevedo

Com o propósito de conhecer a arquitetura eclética paulista, é fundamental ilustrar a essência e a influência do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), “responsável por um legado arquitetônico cujo significado transcende o aspecto imediato dos seus edifícios” (CARVALHO, 2000, p.15).

² Os arquitetos, Ramos de Azevedo e Victor Dubugras, influenciaram também no interior do Estado de São Paulo. Eles possuem obras em Botucatu/SP, cidade em foco deste trabalho.

O arquiteto teve sua formação na Bélgica, na qual vivenciou e estudou o contexto arquitetônico europeu na segunda metade do século XIX:

Possivelmente, as criações mais originais no estilo neogótico [na virada do século na Bélgica] foram [...] produzir efeitos similares ao *Art Nouveau*, expandindo o projeto num modo eclético e utilizando uma variedade de novos materiais e técnicas (CARVALHO, 2000, p.64).

Encerrados os estudos, Ramos de Azevedo retorna a sua cidade natal, Campinas/SP e comprova “sua proficiência em tarefas específicas e logo lhe é atribuída a intrincada incumbência de concluir a Igreja Matriz”, inaugurada em 1883 (MONTEIRO, 2009, p. 14). Lemos (1993) cita algumas falas do arquiteto, como o relato sobre manter o uso original da taipa de pilão como sistema construtivo da obra:

“Dei início a minha carreira de arquiteto nas obras da Matriz de Campinas, Não foi sem hesitação de minha parte, nem sérias apreensões da sociedade campineira, confiante nos meus verdes anos, que recebi a investidura de engenheiro diretor das obras seculares (sic) do grande templo. Estas obras, parte de consolidação, parte de construção nova, prosseguiram regularmente durante 40 meses e com elas inaugurou com sucesso essa colossal mole de terra comprida, a nacional taipa, que é sem dúvida no gênero, a mais ousada do mundo. Ficará sempre como padrão de arrojado empreendimento dos belos cultivadores desse terra feraz, contemporâneo das primeiras fazendas de café” (LEMOS, 1993, p. 16)

Em 1886, Ramos de Azevedo, já bastante popular, transferiu-se para São Paulo onde “realiza projetos e construções para entidade públicas e particulares. Em 1907, instala o Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo e C^{ia}. que veio a ser o responsável por grande número de relevantes obras que ainda hoje se destacam na cidade e no Estado”. (MONTEIRO, 2009, p. 14). O arquiteto tocava diversas obras oficiais, como “as obras das Secretarias de Estado, iniciadas em 1886 e que justamente foram a causa de sua mudança para São Paulo” (LEMOS, 1993, p. 27).

Sua arquitetura tinha o caráter de “boa harmonia, na aliança de todas as suas partes, nas suas proporções e na propriedade de sua decoração” (LEMOS, 1993, p. 20). Seus projetos foram conceituados pela sua vivência no exterior e as influências que recebeu ali, como a variedade de técnicas e o conflito de estilos:

“Ramos não só trouxe os recentes estilos ecléticos compromissados com atualizadas técnicas, como também novos programas advindos de outras maneiras de morar à moda europeia [...] ele fazia questão do neo-renascimento para seus edifícios públicos, estabelecendo mesmo uma regra a respeito do obrigatório caráter classicizante de qualquer obra oficial (LEMOS, 1993, p. 38).

O escritório recebeu muitos contribuintes e desenvolveu diversos projetos que trouxeram progresso à cidade de São Paulo e hoje são símbolos históricos, por suas belezas e importância. Este é sem dúvida, o escritório “mais prestigioso do Estado em inícios do século XX e nele se projetam muitos novos prédios públicos e conjuntos urbanos” (MONTEIRO, 2009, p.15).

1.2.1 Projetos desenvolvidos

A partir da inauguração de seu escritório, Ramos de Azevedo toma a frente de diversas obras públicas. Dentre as obras mais conhecidas e veneradas estão o Teatro Municipal de São Paulo e o antigo Liceu de Artes e Ofícios, que atualmente funciona a Pinacoteca de São Paulo.

Apesar de todas as obras do escritório ter a assinatura de seu fundador, sabe-se que muitas delas não foram projetadas diretamente por ele. É caso do Teatro Municipal (**Foto 1**), projetado pelo italiano Cláudio Rossi, que trabalhou com o mestre Ramos de Azevedo em seu escritório.

Sua composição é combinada pelos estilos Renascentista, Barroco e Art Nouveau e tem uma forte importância histórica por ter sido o palco da Semana de Arte Moderna de 1922, o marco inicial do Modernismo no Brasil.



Foto 1: Teatro Municipal.
Fonte: CARVALHO, 2000, p. 357



Foto 2: Fachada principal. Foto 3: Pinacoteca no contexto urbano. Fonte: MÜLLER (2000).

O atual edifício da Pinacoteca do Estado de São Paulo³ foi construído originalmente para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios projetado pelos arquitetos Ramos de Azevedo e Domiciano Rossi (**Foto 2**). Foi inaugurado em 1900.

Possui características neoclássicas, com alta materialização de repertório arquitetônico e configurou uma nova paisagem física e cultural na área central da cidade (**Foto 3**).

Alguns dos edifícios destinados às entidades públicas foram projetados para abrigar as atividades de poder judicial. O objeto de estudo, o antigo Fórum e Cadeia de Botucatu, é destes casos e por esta razão, é interessante conhecer estes edifícios que receberam estas funções e fazer uma análise comparativa entre eles (**Quadro 1**).

³

A análise do projeto da Pinacoteca encontra-se detalhada no capítulo 5 - Referências Projetuais.

1.2.1.1 O Tesouro, a Secretaria da Agricultura e a Secretaria da Polícia

Os primeiros edifícios públicos que Ramos de Azevedo projetou na cidade de São Paulo estão localizados no Pátio do Colégio (coração da cidade). As **fotos 4, 5 e 6** mostram respectivamente as edificações o Tesouro, a Secretaria da Agricultura e a Secretaria da Polícia, que constituíram por muitos anos o Largo do Palácio:

Os aludidos edifícios ditos 'das secretarias de Estado' e sua área envoltória, compromissada, inclusive, como Praça da Sé, merecem nossa atenção porque ali Ramos de Azevedo teve o privilégio único de expressar-se com toda a autonomia, com a possibilidade de materializar plenamente o seu ideário estético reformulando um espaço urbano destinado à concentração de edifícios da administração pública (LEMOS, 1993) p. 29.



Foto 4: Edifício do Tesouro. Foto 5: Edifício da Secretaria da Agricultura.
Foto 6: Edifício da Secretaria da Polícia ao fundo. Fonte: CARVALHO, 2000, p. 133, 138 e 152.

1.2.1.2 Quartel da Luz “Batalhão Tobias de Aguiar”



Foto 7: Quartel da Luz.
Fonte: CARVALHO, 2000, p. 237.

O Quartel da Luz (**Foto 7**) é um conjunto de edifícios projetado e construído para abrigar a polícia da província de São Paulo, localizado na Avenida Tiradentes. O quartel foi construído em alvenaria de tijolos seguindo as linhas gerais do ecletismo, em 1892.

Seu conceito tem como princípios os usos e necessidades que uma estrutura deste porte exige:

A saúde e a integridade física, o conforto, a higiene, o respeito à hierarquia e às rígidas regras da caserna, a disciplina, a educação, os exercícios físicos, as manobras militares, a divisão de tarefas e atividades, a provisão, a economia, são valores e comportamento cultivados na organização e deveriam ser considerados no desenvolvimento do projeto de uma estrutura arquitetônica com esta finalidade (CARVALHO, 2000, p. 231).

Atualmente o quartel é sede da ROTA - Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar.

1.2.1.3 Paço de Campinas

O projeto do Paço de Campinas foi construído seguindo os princípios da arquitetura de tradição clássica, para abrigar as áreas municipais, como a Cadeia, a Câmara e a Secretaria de Justiça, como ilustrado na **foto 8**.

Para Carvalho (2000), o traço de Ramos de Azevedo neste edifício:

“revela-se na distribuição bem proporcionada de sólidas paredes de alvenaria, no acabamento e detalhamento acurado, na adequação do programa a que procura responder e nas formas clássicas, cujos atributos afirmam as funções e a destinação do edifício” (CARVALHO, 2000, p. 159).

O autor também declara que o desenho do Paço é “um exemplo da possibilidade de adaptação e renovação de usos de um edifício ao longo no tempo”, ou seja, pode cumprir outro papel além do seu objetivo inicial, principalmente aqueles ligados “ao serviço público”. (CARVALHO, 2000, p. 159).

A seguir, encontra-se um quadro comparativo entre estas três obras e o objeto de estudo, o Fórum e Cadeia de Botucatu/SP, por serem edifícios destinados a abrigarem as atividades das administrações públicas.



Foto 8: Paço de Campinas.
Fonte: CARVALHO, 2000, p. 157.

QUADRO COMPARATIVO

Arquivo: Quadro Comparativo.pdf

Quadro 1: Quadro Comparativo entre às obras de Ramos de Azevedo

Com o quadro comparativo observa-se que o arquiteto Ramos de Azevedo mantém uma linguagem arquitetônica e possui uma tipologia padrão nos seus edifícios, caracterizados pela simetria, monolíticos, com a instalação de um pátio interno e com a circulação vertical pelas laterais.

1.2.1.4 Outros exemplos

Nos municípios de São Paulo e Campinas foram onde Ramos de Azevedo mais atuou. Há outras obras importantes de seu escritório que merecem destaque. Em São Paulo a Estação Pinacoteca, Mercado Municipal da Cantareira, Palácio da Justiça, Palácio das Indústrias, Palácio dos Correios, Escola Normal Caetano de Campos, Colégio Sion, Cemitério da Consolação (frontão) e Museu Casa das Rosas (originalmente residência de sua filha e genro). Em Campinas a Catedral Metropolitana, Mercado Municipal e Matadouro.

[2]

INTERVENÇÕES EM EDIFICAÇÕES EXISTENTES: TERMINOLOGIA E CONCEITOS

2.1 Contexto histórico

As discussões teóricas sobre intervenções em ambientes construídos começaram a ser abordadas na Europa no século XIX, quando se formou uma mentalidade preocupada em preservar qualquer testemunho histórico significativo. Após a Revolução Francesa, surgiu na França um incentivo de interesses oficiais em relação a preservar os monumentos e os edifícios medievais, que restaram após tanta destruição e vandalismo. A ruptura com o passado que este movimento e outros como a Revolução Industrial “geraram, propiciaram o estabelecimento de uma identidade nacional, e conseqüentemente, o surgimento do sentimento de proteção aos edifícios e ambientes históricos” (SANTOS, 2005).

Estes atos deram início às “discussões que passavam a acompanhar as intervenções polarizavam-se através das posições de Viollet-le-Duc e Ruskin, dois dos principais articuladores das formulações teóricas da época” (GORSKI, 2003, p. 14). Eram duas doutrinas que se

defrontaram na época, pois “uma, intervencionista, predomina no conjunto dos países europeus; a outra, antiintervencionista, é mais própria da Inglaterra”. (CHOAY, 2001, p. 153).

Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um dos primeiros estudiosos franceses a pensar no conceito de restauração. Suas formulações teóricas baseavam-se no entendimento do edifício, com a intenção de reconstituir e resgatar o projeto como o “original”. Para isso:

Fazia uma análise profunda de como teria sido feito o projeto original se detivesse todo o conhecimento e experiência da época da concepção, concebia o ‘modelo ideal’ e impunha sobre a obra esse esquema já montado. Por isso em sua obra muitas vezes percebe-se a falta de respeito pela matéria e pelas modificações sofridas pelo edifício ao longo do tempo, pois ‘acertava os defeitos’ buscando a pureza de estilo através da retomada do projeto original ou, como aconteceu em diversas obras, reconstituía edifícios inteiros a partir desse ‘modelo ideal’ resultando em um edifício completamente diferente do original (SANTOS, 2005).

Um aspecto relevante assumido por Viollet-le-Duc e considerado até os dias de hoje são os “levantamentos cadastrais detalhados da situação existente [...] e a importância da reutilização da obra, pois conservar apenas a matéria não seria bastante para a manutenção do espírito do qual ela é suporte” (GORSKI, 2003, p. 15).

Em posição contrária a Viollet-le-Duc, o inglês John Ruskin (1819-1900) “advogava o total respeito pela obra original, admitindo apenas que as alterações provenientes do decorrer do tempo deveriam ser acompanhadas tão somente por atitudes de conservação” (GORSKI, 2003, p. 16). Ou seja, Ruskin denunciava a reconstituição da obra ou a restauração de um objeto ou um

edifício, pois seria “atentar contra a autenticidade que constitui a sua própria essência [...] e o destino de todo monumento histórico é a ruína e a desagregação progressiva” (CHOAY, 2001, p.155).

A teoria de Ruskin tem a arquitetura como arte, onde condena a restauração e preconiza a manutenção dos monumentos. Segue uma doutrina de “arquitetura histórica” e uma “apologia ao ‘ruinismo’ como um devoto às construções do passado, pregando o total e absoluto respeito à matéria original das edificações” (OLIVEIRA, 2008). Os monumentos antigos “devem fazer parte do mobiliário de nossa vida cotidiana” (CHOAY, 2001, p.156).

Apesar das duas doutrinas possuírem um grande destaque, ambas receberam críticas em novos debates no final do século XIX, assim como sintetiza Choay (2001):

Todo conhecimento em processo de formação provada a crítica de seus conceitos, de seus procedimentos e de seus projetos. As disciplinas afins quanto à conservação e restauração dos monumentos históricos não fugiriam à regra. Depois do trabalho fundador da primeira geração, veio, no fim do século, outra reflexão, crítica e complexa (CHOAY, 2001, p.164).

A nova geração é composta por Camillo Boito (1835-1914), um arquiteto italiano que confronta as duas teorias, tenta absorver o melhor delas e constrói sua própria doutrina com base nesta oposição. Ele aborda suas ideias com a expressão “*Conservare o restaurare*”, onde “defende as ideia de Viollet-le-Duc e [...] critica-as recorrendo a argumentos tomados de empréstimo a Ruskin” (CHOAY, 2001, p.165).

Na sua concepção de autenticidade, “a restauração passa a ser admitida e se legitima, quando se distingue do original, na medida em que toda a intervenção arquitetônica é necessariamente *datada* pelo estilo e técnica de sua execução” (GORSKI, 2003, p. 17). Por isto, propõe três tipos de intervenção, de acordo com o estilo e idade dos edifícios:

Para os monumentos da Antiguidade, uma restauração *arqueológica*, que busque antes de tudo a exatidão científica e, em caso de reconstituição, considere o tratamento das superfícies e sua ornamentação; para os monumentos góticos, uma restauração *pitoresca*, que se concentre principalmente no esqueleto (ossatura) do edifício, deixando a carne (estatuária e decoração) em deterioração; enfim, para os monumentos clássicos e barrocos, uma restauração *arquitetônica* que leve em conta os edifícios em sua totalidade (CHOAY, 2001, p.164).

Quase ao mesmo tempo em que Boito difundia sua teoria na Itália, na Áustria Alois Riegl (1858-1905) introduzia “um trabalho de reflexão mais ambicioso com respeito a atitudes e conduta ligadas à noção de monumento histórico” (CHOAY, 2001, p.167).

Sua teoria apresenta uma distinção de valores entre o monumento e o monumento histórico, “uns ditos ‘de rememoração’, ligados ao passado e de valem de memória, outros ditos ‘de contemporaneidade’, pertencem ao presente” (CHOAY, 2001, p.168), pois defende que esta denominação é determinada pela sociedade e como esta se apropria do monumento.

Com as grandes guerras no século XX, houve uma pausa nas discussões teóricas e práticas sobre restauro e conservação, pela maciça destruição das cidades. Neste contexto, Cesare Brandi (1906-1988) é a figura que se destaca, pois “delimita preceitos teóricos que servirão de

embasamento à prática do restaurador, aliando suas pesquisas teóricas nos campos da estética e filosofia da arte com as práticas e experiências desenvolvidas” (CUNHA, 2004).

Brandi (2004, p.30) apresenta seu conceito de restauro como “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro”, ou seja, condiciona duas instâncias às obras de arte, a estética e a histórica, que podem ser defendidas pelo juízo crítico ou pelo valor que transmitem à população.

Nenhum dos dois princípios deve ser subestimado. Será sua condição artística ou histórica que irá definir qual o tipo de intervenção:

Se as condições da obra de arte forem tais a ponto de exigirem sacrifício de uma parte da sua consistência material, o sacrifício, ou, de qualquer modo, a intervenção, deverá concluir-se segundo aquilo que exige a instância estética. E será essa instância a primeira em qualquer caso, porque a singularidade da obra de arte em relação aos outros produtos humanos não depende de sua consistência material e tampouco da sua dúplici historicidade, mas da sua artisticidade, donde se ela perder-se não restará nada além de um resíduo. Tampouco poderá ser subestimada a instância histórica. [...] Se refere a um artista, a um tempo, e um lugar em que está naquele momento. [...] Mas também em relação ao lugar onde a obra foi criada ou para onde foi destinada e aquele em que está no momento da nova recepção na consciência (BRANDI, 2004, p.32-33).

Para conceituar melhor os princípios que devem reger a restauração e a intervenção efetiva no restauro, Brandi explicita que “todo caso de restauração será um caso à parte e não um

elemento de uma série partidária; será possível, no entanto, delimitar alguns casos agrupamentos de obras de arte”(2004, p.63). Neste sentido, é necessário começar a exposição partindo da instância histórica e estética relativa a uma obra de arte, na qualidade de um monumento histórico:

Devemos, pois, iniciar a consideração exatamente do limite extremo, ou seja, daquele em que o selo formal impresso na matéria possa estar prestes a desaparecer e o próprio monumento, quase reduzindo a um resíduo da matéria de que foi composto. Devemos, isto é, examinar as modalidades da conservação da ruína (BRANDI, 2004, p. 64).

Deve-se assim examinar nas duas instâncias o próprio âmbito das obras de arte reduzidas à ruína (**Quadro 2**), sendo “em primeiro lugar, [...] o duplo problema da conservação ou da remoção das adições e, em segundo lugar, o da conservação ou da remoção dos refazimentos”, sendo que a adição “pode completar, ou pode desenvolver, sobretudo na arquitetura, funções diversas das iniciais” e o refazimento, ao contrário, pode “intervir no processo criativo de maneira analógica ao modo como se desenrolou o processo criativo originário” (BRANDI, 2004, p.70 e 73).

Quadro 2: Análise entre as instâncias estéticas e históricas.

	Estético	Histórico
Ruínas	Contempla a uma eventualidade que se integre a um determinado complexo, monumental ou paisagístico ou determine o caráter de uma zona.	Vestígio ou testemunho da obra e da história humana e ponto de partida do ato de conservação.
Adições	Deve ser removida, pois a adição deturpa, desnatura, ofusca, subtrai parcialmente à vista a obra de arte.	Regular. A obra de arte torna-se um novo testemunho do fazer humano e da história. A adição não difere da cepa originária e tem os mesmos direitos de ser conservada.
Refazimento	Deve ser conservado, mesmo se prejudicial ao monumento. Neste caso, deve alcançar uma nova unidade artística.	Representa um falso histórico, onde a última intervenção quer ser antedatada.

[3]

POLÍTICA PÚBLICA

3.1 Pinacoteca do Estado de São Paulo: unidades nos pólos regionais do interior

A Pinacoteca do Estado de São Paulo é um museu de artes visuais, com um dos maiores acervos de arte brasileira, com enfoque principalmente nos séculos XIX até a contemporaneidade, pertencente à Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. Tem como missão:

Constituir e ampliar, estudar, salvaguardar e comunicar um acervo museológico, arquivístico e bibliográfico de artes visuais, produzido por artistas brasileiros ou intrinsecamente relacionado com a cultura brasileira, seus edifícios e memórias; visando o aprimoramento da experiência do público com as artes visuais, e o estímulo à produção e ao conhecimento artístico (PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

Atualmente, a Pinacoteca possui um significativo acervo com cerca de nove mil obras, entre pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, fotografias, tapeçarias e objetos de arte decorativa

brasileira. Conta também com uma rica reserva técnica com importantes obras não expostas na coleção.

Com o propósito de ampliar o contato da cultura brasileira no interior do estado o Governador Geraldo Alckmin, juntamente com a Secretaria do Estado da Cultura, anunciou em janeiro de 2011 a construção da primeira Pinacoteca estadual no município de Botucatu. Esta iniciativa visa “distribuir o acervo da unidade de São Paulo por polos em diferentes regiões do Estado” (SÃO PAULO, 2011).

Em visita ao município, o Governador pronunciou que o principal objetivo:

(...) é dar oportunidade para o público conhecer o acervo, por vezes guardado e restrito aos funcionários: “Nós temos uma Pinacoteca que é um orgulho de São Paulo, uma das melhores do mundo, com um acervo de grande valor cultural. Ela tem uma grande reserva técnica, ou seja, quadros que estão guardados e que vão sendo substituídos. Vamos poder fazer uma Pinacoteca no interior, no caso, aqui em Botucatu, da qualidade da Pinacoteca de São Paulo” (SÃO PAULO, 2011).

O edifício escolhido para sediar a primeira unidade da Pinacoteca é o antigo prédio que abrigava o Fórum de Botucatu, projeto de autoria do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo.

Em visita ao edifício no mês de janeiro de 2011, a delegação da Secretaria do Estado da Cultura composta pelo Diretor da Estação da Pinacoteca, Marcelo Mattos Araújo; pela coordenadora da Unidade de Bibliotecas e Leitura (UBL), Adriana Cybele Ferrari; e pelo diretor do

Museu da Língua Portuguesa, Antônio Carlos Sartini, se surpreenderam com a arquitetura e o estado de conservação da maioria das salas do imóvel.

Segundo Sartini: “O local é muito adequado para os projetos da Secretaria de Estado. Dá até para visualizar exposições de longa duração no antigo salão do júri e a promoção de cursos e oficinas de captação em outras salas” (O GRITO NOTÍCIAS, 2011). Araújo já classificou o edifício sendo:

“um espaço perfeito para atender as necessidades de uma Pinacoteca pela sua amplitude e beleza. Acredito que se trata de um projeto estimulante para o município e também para a Secretaria de Estado. Logicamente que necessitará de uma adaptação para adequar o ambiente para receber obras de arte, mas nada complicado demais” (O GRITO NOTÍCIAS, 2011).

Em outra visita ao município em fevereiro de 2011, o Governador Alckmin assinou o decreto que transfere o edifício para o poder público de Botucatu. Assim, a Prefeitura Municipal ficou encarregada de realizar uma ampla reforma e restauração do imóvel. Para o Prefeito João Cury: “A ideia é promover uma verdadeira transformação não apenas nas áreas internas e externas do prédio, mas também a praça e todo seu projeto paisagístico” (O GRITO NOTÍCIAS, 2011). E citou também que este projeto ajudará a transformar Botucatu em um polo regional de cultura.

[4]

DIAGNÓSTICO

4.1 Dados Gerais

O município de Botucatu está localizado no centro de Estado de São Paulo, distante a 234km da capital pela rodovia Castelo Branco e ligada a outras rodovias estaduais (**Figura 1**). Está situado nos altos de uma elevação denominada como cuesta. Suas principais atividades econômicas são agrícola, pecuária, comércio, industrial, composta por grandes empresas como a EMBRAER, a IRIZAR, a EUCATEX, instituições ligadas ao Ensino Superior⁴, entre outras.

A população estimula a conservação de mitos e lendas folclóricas, como o saci-pererê, que além de propagar ideias de conversação do meio ambiente, é uma das atrações turísticas ao município. Muitos habitantes garantem que criam sacis e que eles vivem nas matas da cuesta, por isto Botucatu é sede da Associação Nacional dos Criadores de Saci – ANCS e anualmente realiza

⁴ como a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Ciências Agrônômicas, a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia e o Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP; a Faculdade de Tecnologia – FATEC; Instituto Toledo de Ensino - ITE

festivals para homenagear esta figura do folclore brasileiro. Outras atrações estão na visita às belezas naturais, como o Parque Municipal Cascata Vêu da Noiva.



Figura 1: Mapa Botucatu e região e as rodovias de acesso.

Fonte: FIGUEIROA, p. 10 (2007)

4.2 Resgate Histórico

4.2.1. Botucatu: Raízes

A Serra de Botucatu serviu de referencial ao caminho do Peabirú, trajetos antigos nos tempos de ocupação luso-espanhola, que ligava o litoral Atlântico às terras peruanas, passando pelo Paraguai. Os índios locais o utilizavam como estradas. Este caminho contribuiu no povoamento da região e do Oeste Paulista, pois foi muito aproveitado pelos bandeirantes, jesuítas, tropeiros e fazendeiros e levou a permanência e o crescimento de povoados.

Uma pequena aldeia indígena, conhecida como Xó cres, localizada no alto da serra, denominava a região em tupi como *ybytu* (vento, ar) e *katu* (bom), conhecida como “bons ares”.

A ocupação das terras começou em 1830 com a vinda de criadores e lavradores e a instalação de fazendas. Após dez anos, o Capitão José Gomes Pinheiro dispôs-se para doar parte de sua propriedade para a formação de uma freguesia, pois “para formar uma freguesia era necessária a doação de um patrimônio para a capela do lugar, a escolha de um santo ou santa para devoção e a construção da capela propriamente dita” (FIGUEIROA, 2007, p. 67). Assim, em 1843 as terras foram doadas para o Patrimônio de Sant’Anna, homenagem à esposa Ana Florisbela, esposa do Capitão e em 1986 foi decretado pela Assembleia Provincial a criação da freguesia.

Nos anos seguintes, foi sancionada a Lei nº 506 que elevava a freguesia à categoria de vila em 14 de abril de 1855, data da Fundação de Botucatu e da emancipação político administrativa. A

lei previa algumas ações à vila, como previsto no Artigo 1º “fica, os habitantes respectivos obrigados a fazer à sua custa a cadeia e a Casa da Câmara” (FIGUEIROA, 2007, p. 73).

A partir deste momento foram consolidados novos núcleos e traços urbanos e foi organizado:

o regime de distribuição dos terrenos dos patrimônios, e reger a edificação aos arredores. Isto se dá através de diversas providências tomadas pela municipalidade botucatuense nos entre 1858, quando é definitivamente instalada, e 1869 quando aprova seu Código de Posturas, determinando normas para o arruamento, edificação e para o cotidiano urbano (PIZA, 2007, p.52-53).

A produção econômica em alta na época era o café, que lentamente começaram com poucas plantações até chegarem a larga escala e serem exportadas. Esta plantação do café causou um impacto positivo e trouxe desenvolvimento e progresso à Botucatu, pois o trem de ferro de Sorocabana chegou para transportar a safra produzida para outras regiões e também a imigração portuguesa, espanhola, italiana, entre outras.

Em 1889 foi instalada a primeira estação local, que se encontra desativada e abandonada desde 1960, como ilustrado nas **fotos 9 e 10**.

O município mudou com a produção de café, pois foram acumuladas outras formas de riqueza através do surgimento de atividades como o comércio e as indústrias da época. O núcleo urbano começava a subir à encosta e ocupar o norte, próximo a ferrovia. Após a Proclamação da República, em 1890 foi criado um novo planejamento de expansão das vias públicas e de saneamento.

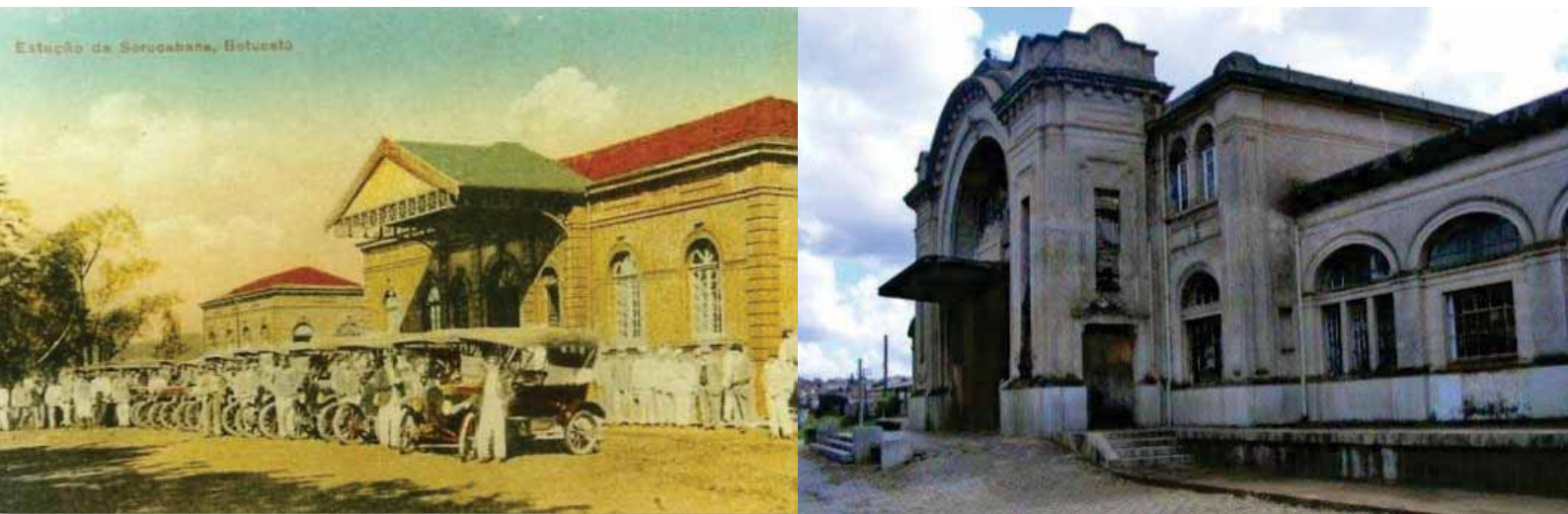


Foto 9: Primeira estação ferroviária (1889). Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Foto 10: Situação atual de abandono e degradação (2012). Fonte: São Paulo Antiga (2009).

A Câmara dos Vereadores assumiu a nova urbanização “com traçado ortogonal e vias largas”, observado na **(Figura 2)** e a cidade ficou “impulsionada pelas iniciativas republicanas de alocar prédios públicos em locais que antes se destinavam apenas às igrejas” (FIGUEIROA, 2007, p.120) e de construir uma estética ordenada.

Outra ordem republicana foi a desativação do cemitério religioso e a construção de um municipal, como consta o decreto nº 789:

Art. 1º Compete às Municipalidades a polida, direcção e administração dos cemitérios, sem intervenção ou dependência de qualquer autoridade religiosa. [...] Art. 4º Em todos os municípios serão creados cemitérios civis, de accordo com os regulamentos que forem expedidos pelos poderes competentes (BRASIL, 1890).

Esta mudança:

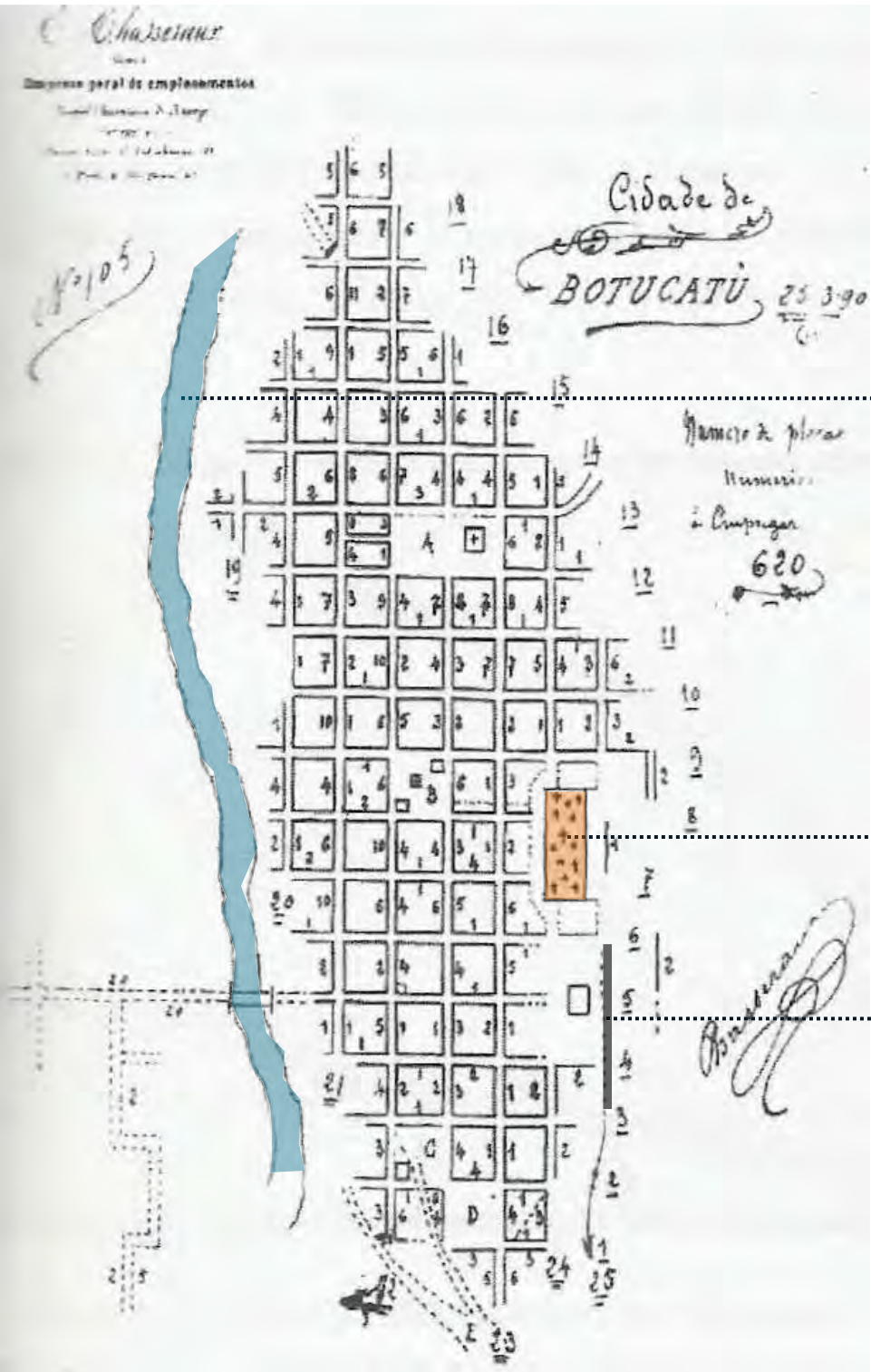
só ocorreu ao fim do século XIX, com o regime republicano, que determinou a separação entre Igreja e Estado. [...] a proclamação da República propiciou [...] o que foi condição necessária o fim da existência de religião oficial (OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE DO ESTADO, 2012).

A secularização do cemitério só ocorreu em 1897 por ordem do intendente Raphael Ferraz de Sampaio dirigia a cidade:

Era um advogado que impaciente com a demora na remoção dos últimos restos mortais do cemitério velho (católico), mandou exumá-los à custa da Câmara e transferi-los para o Portal das Cruzes, já em atividade desde 1893 (FIGUEIROA, 2007, p.121).

De acordo com Figueiroa (2007, p.121) a ação do poder local “foi apenas o começo da expansão urbana verificada durante o que se pode chamar de nosso primeiro Plano Diretor, acontecido na última década do século XIX”. É a partir deste momento de crescente urbanização, que aparecem novos bairros e importantes edificações no cenário de Botucatu, localizados no alto da encosta.

Na planta de Botucatu (**Figura 2**) é possível observar o traçado ortogonal no ano de 1890 com a proposta das novas vias e quadras, onde a cidade se expandiu sobre a encosta e limitou-se a um perímetro mais central, entre às margens do Ribeirão Lavapés e da futura avenida Santana, próximo ao cemitério.



→ Ribeirão Lavapés

→ Antigo Cemitério Católico

→ Futura Avenida Santana

Figura 2: Planta de Botucatu de 1890, "Subindo a Encosta"
Fonte: FIGUEIROA (2007, p. 119)
Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012).



Foto 11: Novo centro: Avenida Santana, antiga Matriz e Esplanada das Escolas.
Fonte: FIGUEIROA (2007, p.120)

Com a abertura do arruamento até o alto da encosta, a Câmara dos Vereadores desejava implantar o primeiro Grupo Escola da cidade, de acordo “com os programas de difusão do ensino público e gratuito, patrocinado pelas novas orientações republicanas” (FIGUEIROA, 2007, p.143). Assim, foi construído o Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida como também outros edifícios voltados à educação, saúde e administração municipal, na área que antes havia somente a nova Matriz (1892). No ano de 1900 foi aberta a principal avenida, a Santana, que abrigava este novo centro e a Esplanada das Escolas **(Foto 11)**.

Segundo o arquiteto Piza (2007):

Dizia-se em Botucatu em 1930, que quem viu a cidade em 1890 não a reconheceria quarenta anos depois. Não havia mais do que um punhado de edificações que tivessem sobrevivido às reformas e reconstruções deste período. Havia nascido grandes edifícios públicos, igrejas, escolas e residências da nova classe média urbana (PIZA, 2007, p. 61).

Após a abertura da avenida Santana, o alto da encosta foi ocupado ano após ano pelos edifícios culturais construídos no período de 1892 a 1901 e 1901 a 1917. Estes estão localizados na Avenida Santana e na rua paralela Dr. Costa Leite e podem ser observados no mapa cronológico a seguir **(Figura 3)**.

A urbanização no local ocorreu no momento em que a Câmara dos Vereadores desapropriou e doou parte da terra da Igreja Matriz (1892) para o Grupo Escolar Cardoso de Almeida (1897) e para a segunda Câmara-Cadeia (1898). Com ordens do regime republicano, a Câmara mandou desativar o cemitério católico (1897) e continuar com o processo de arruamento, como a abertura da Avenida Santana (1990). A partir de outras doações de terrenos públicos e privados foram construídos a Santa Casa de Misericórdia e a Caridade Portuguesa (1901).

Nos anos seguintes surgiram grandes escolas como a Escola Estadual Cardoso de Almeida – EECA (1911), o Seminário Diocesano (1911) e o Colégio dos Anjos (1913). O 1º Palácio Episcopal (1917) foi construído a pedido do bispo da época para ser sua nova moradia.

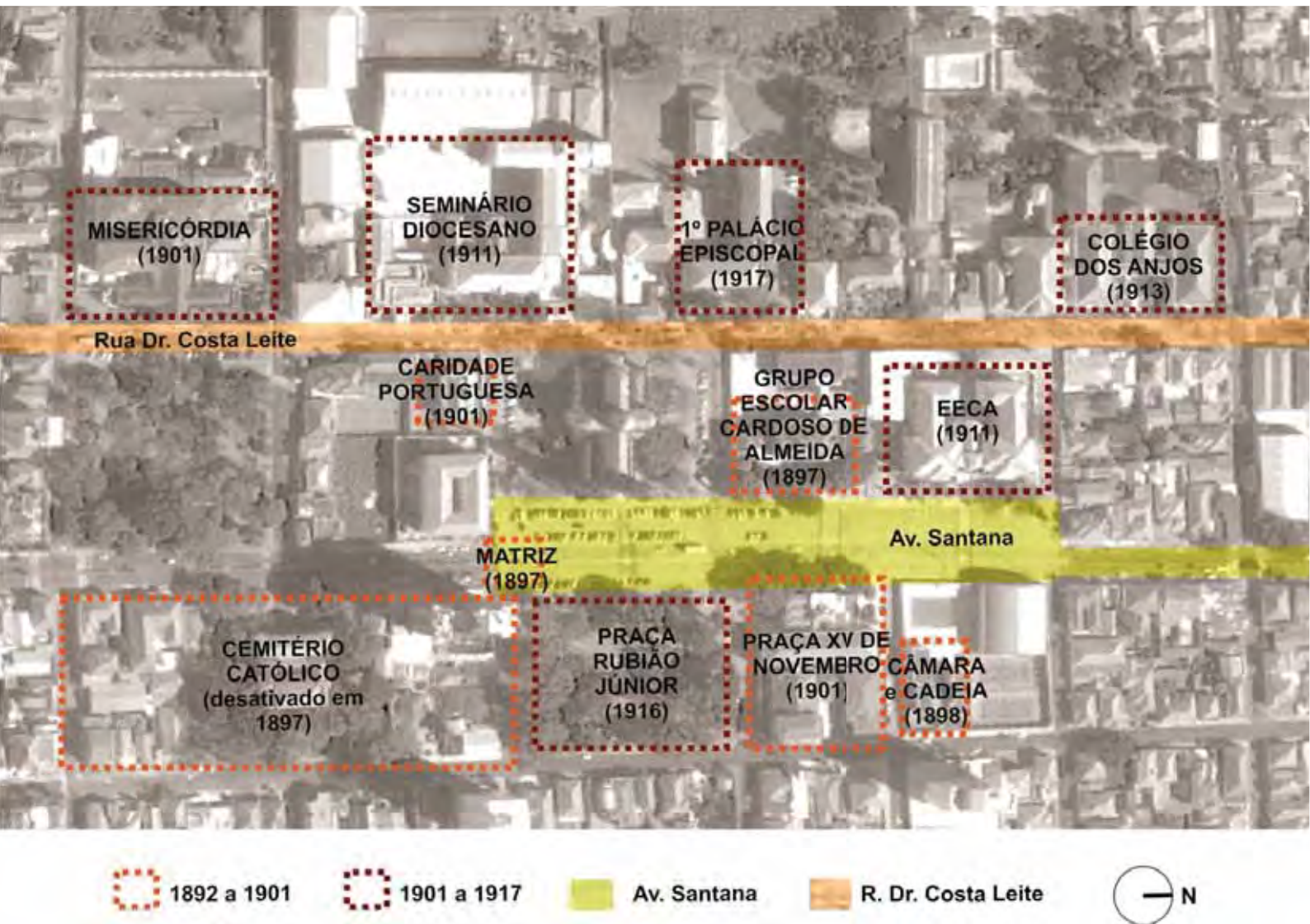


Figura 3: Mapa cronológico 1892 a 1901 e 1901 a 1917.

Fonte: GOOGLE EARTH (2012).

Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012) – s/ escala

Na década de 1920 foram desativados ou demolidos edifícios e outros construídos. Neste momento há uma evolução urbana local (**Foto 12**) e que estrutura o espaço até os dias de hoje (**Figura 4**). A Câmara-Cadeia tornou-se Fórum e Cadeia e foi transferida para o novo prédio erguido em 1925 no terreno do antigo cemitério desativado em 1897. Na praça XV de Novembro foi construído a sede da Diretoria Regional dos Correio e Telégrafos (1940), atual Prefeitura Municipal.

No mandato do segundo bispado foram construídas a Casa das Meninas Sagrada Família (1927), ao lado da caridade portuguesa e o 2º Palácio Episcopal (1934), nova moradia do novo bispo. No ano de 1927 foi lançada a pedra fundamental para a construção da terceira Matriz (1943), hoje atual Catedral Sant'anna. Relatos históricos e arquitetônicos de alguns edifícios são detalhados a seguir.

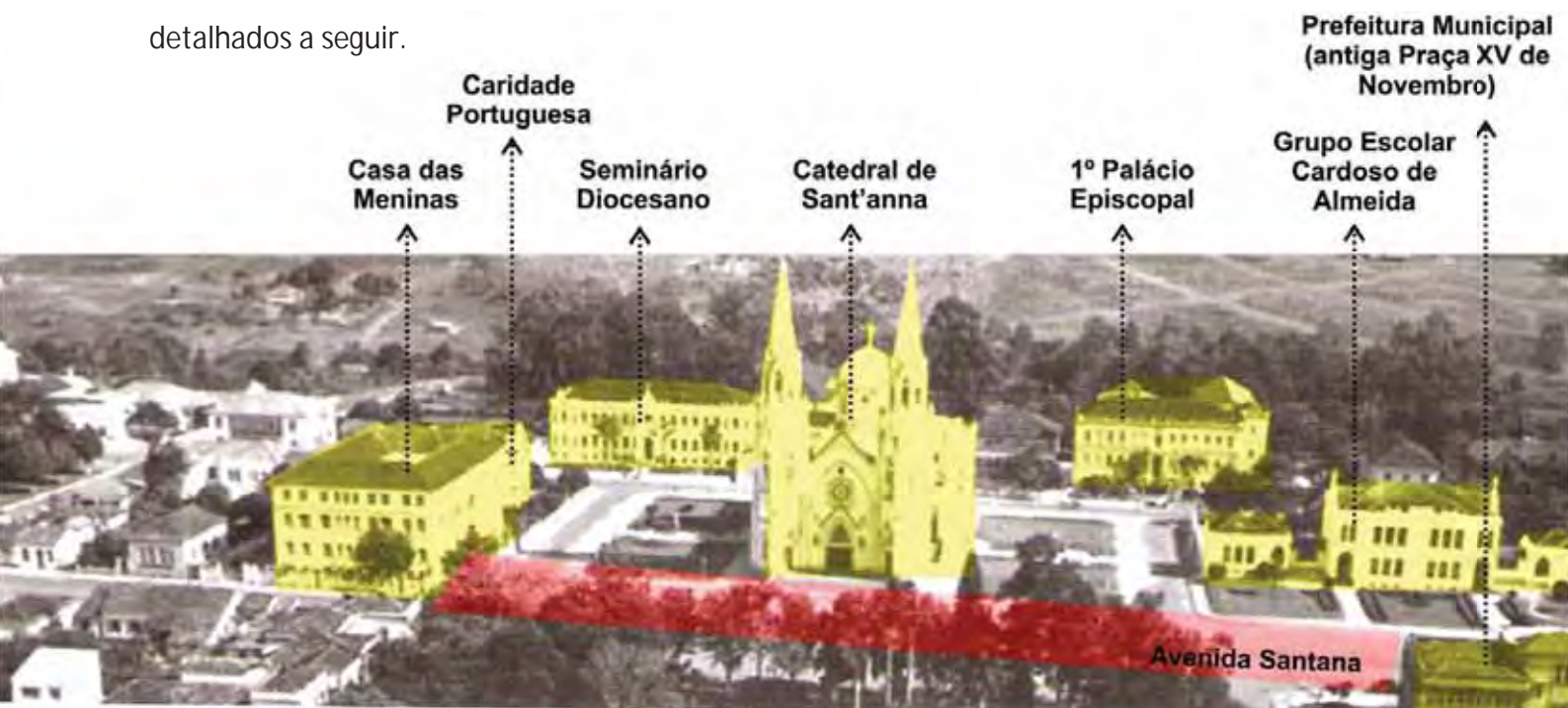


Foto 12: Cenário Urbano após 1940. Fonte: FIGUEIROA (2007, p. 120).
Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012).



- ➔ (1) Colégio Santa Marcelina
- ➔ (2) Escola Estadual Cardoso de Almeida
- ➔ (3) 2º Palácio Episcopal
- ➔ (4) Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida
- ➔ (5) Prefeitura Municipal
- ➔ (6) Secretaria de Educação
- ➔ (7) Catedral Sant'anna
- ➔ (8) Colégio La Salle
- ➔ (9) Caridade Portuguesa
- ➔ (10) Casa das Meninas
- ➔ (11) Fórum e Cadeia
- ➔ (12) Santa Casa de Misericórdia



Figura 4 Edifícios Culturais existentes desde 1901.
Fonte: GOOGLE EARTH (2012)
Editado ALMEIDA,P.A.S.(2012) - s/ escala.

(1) Colégio Santa Marcelina – Colégio dos Anjos (1913)

O primeiro nome era Colégio dos Anjos, fundado pelas irmãs marcelinas vindas de Milão e com uma reforma em 1953 foi denominado Colégio Santa Marcelina (Fotos 13, 14, 15 e 16). O projeto estava sob o comando do bispado. De acordo com Cardoso (2007):

“A arquitetura do prédio [...] dialogava com o espaço urbano. Ele recebia em seu interior diversos símbolos: o relógio, o sino, as fitas, as cruzes etc. [...] A arquitetura escolar no início do século XX tem de demonstrar respeitabilidade, admiração, prestígio, labor e disciplina. Assim, em Botucatu as religiosas de Santa Marcelina resolveram montar um colégio modelo, moderno com grande escadaria de entrada, jardim bem cuidado e parque imenso para recreio das meninas. O edifício bem arejado e os dormitórios, com janelas para todos os lados, davam garantia para a boa saúde das alunas.” (CARDOSO, 2007, p.72-73).



Foto 23, 14, 15 e 16: Colégio Santa Marcelina: antigo e atual.
Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2012).



Foto 17: EECA: antigo. Foto 18: EECA: atual. Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2012).

(2) Escola Estadual Cardoso de Almeida – EECA (1911)

O projeto da Escola Estadual Cardoso de Almeida (EECA), de 1911 foi concebido pela empreiteira local Dinucci & Pardini, arquitetos imigrantes da Itália, que trabalharam no escritório de Ramos de Azevedo. Porém, o site do CONDEPHAAT (Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) revela outras informações:

Em 1913, o arquiteto João Castagnoli, baseado em projeto de João Bianchi que estudou uma solução de planta para as escolas normais, desenvolveu os projetos para as escolas normais de Botucatu e Piracicaba, cabendo a Carlos Rosencrantz o detalhamento dos ornamentos, distintos nas duas escolas. (CONDEPHAAT, 2012).

Pelo seu valor histórico e arquitetônico, o edifício foi tombado como patrimônio histórico dos paulistas pelo CONDEPHAAT (**Fotos 17 e 18**). No tópico 4.2.1.1 há uma análise dos edifícios tombados e em processo de tombamento.

(4) Grupo Escolar Dr. Cardoso De Almeida (1897)

O projeto do Grupo Escolar Dr. Cardoso De Almeida, de 1897 é do arquiteto Vitor Dubugras, do escritório de Ramos de Azevedo. Na sua origem “contava com mansardas frontais (janelas nos telhados) e cobertura em finas placas de ardósia, seguindo formato francês; tudo coroado por enfeites de cimento reproduzindo uma delicada Flor de Liz” (FIGUEIROA, 2007, p. 143). Até os dias de hoje, o edifício não sofreu nenhuma descaracterização, mas a massa arbórea impede a visualização das fachadas (**Fotos 19 e 20**).

Por seu valor histórico na evolução educacional no Estado de São Paulo, o prédio é avaliado para ser tombado pelo CONDEPHAAT, juntamente com outras 122 escolas públicas da capital paulista e do interior. No tópico 4.2.1.1 há uma análise dos edifícios tombados e em processo de tombamento.



Foto 19: Grupo escolar Dr. Cardoso de Almeida: antigo
Foto 20: Grupo escolar Dr. Cardoso de Almeida: antigo e atual.
Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2012).

(5) Prefeitura Municipal (1940)

A sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, atual Prefeitura Municipal, é um projeto conceituado por esta arquitetura oficial e funcional estabelecida no país após a ascensão do presidente de Getúlio Vargas (**Fotos 21 e 22**).

O edifício foi construído pelo engenheiro João Batista Moura e “ocupou um pedaço da mais antiga e tradicional praça botucatuense – a Praça 15 de Novembro” (FIGUEIROA, 2007, p. 194).

De acordo com Segawa (2002) a partir dos anos de 1930:

Conceitos como funcionalidade, eficiência e economia na arquitetura – termos próprios de equações racionalistas – tiveram firme aplicação em obras de públicas. [...] Fazer arquitetura não é somente construir fachadas. A arquitetura é função dos processos de construção da época. [...] O aspecto arquitetônico destas construções é puramente funcional (SEGAWA, 2002, p. 66-67).



Foto 21: Antiga Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos.

Foto 22: Atual Prefeitura Municipal.
Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2012).

(6) Secretaria Municipal De Educação (1917)

Conhecido como 1º Palácio Episcopal, foi moradia do bispado. Atualmente abriga a Secretaria Municipal de Educação. Essa edificação possui elementos arquitetônicos que se refere ao ecletismo, como construção com tijolos aparentes, paredes lisas e ornamentos nas aberturas, arcos e colunas romanas (Fotos 23 e 24).

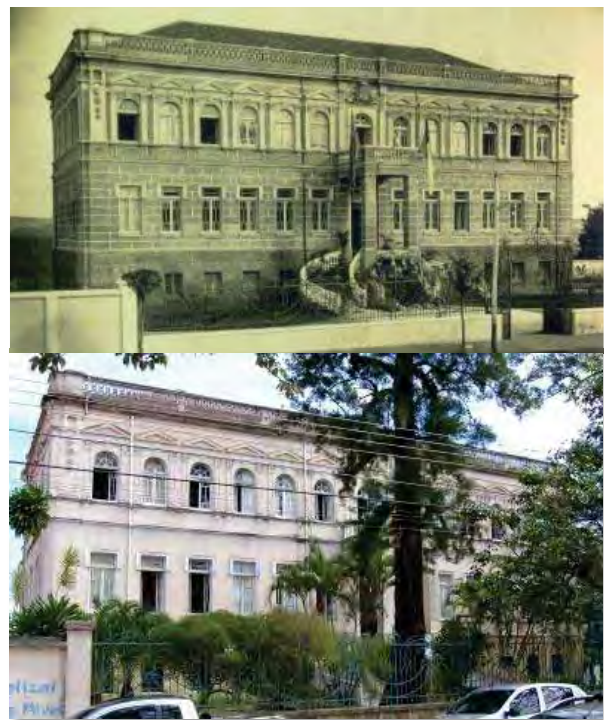


Foto 23: Antigo 1º Palácio Episcopal.

Foto 24: Atual Secretaria de Educação.

Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2012).

(7) Catedral Sant'anna (1943)



Foto 25: Em construção.

Foto 26: Atual Catedral de Sant'anna.

Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2012).

A Catedral Sant'anna de 1943 demorou 20 anos para que fosse entregue. Possui elementos da arquitetura medieval européia como recurso para fechar suas abóbodas para desenhar as portas e janelas. Remete ao Neogótico. O projeto foi encomendado ao arquiteto italiano Giuseppe Sachetti (Fotos 25 e 26).



(8) Colégio La Salle (1911)

O Colégio La Salle foi fundado como seminário Diocesano por padres vindo da França. Sua arquitetura “tem linhas tradicionais, conservando conceitos aplicados em antigas escolas da Europa e vigor no Brasil” (FIGUEIROA, 2007, p. 145) (Fotos 27 e 28).



(9) Caridade Portuguesa Maria Pia (1901)

O estilo arquitetônico do prédio da Caridade Portuguesa tem princípios do Neoclássico. O projeto foi concebido pelo arquiteto Raul Aves Teixeira. Ao longo do tempo alguns elementos foram descaracterizados, como o muro frontal. Atualmente abriga o Consulado Português (Fotos 29 e 30)

Foto 27 e 28: Colégio La Salle: antigo e atual.

Foto 29 e 30 Caridade Portuguesa:
antiga e atual.

Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2012).

(10) Casa Das Meninas Amando De Barros (1927)

A Casa das Meninas Amando de Barros, de 1927 foi construída pelo segundo bispado para abrigar um orfanato de meninas.

Pode-se observar pelas **fotos 31 e 32** que houve algumas mudanças do projeto original que descaracteriza um pouco o edifício, como a construção de um 3º pavimento, a remoção do muro frontal. E novos usos no pavimento térreo, como o aluguel do espaço para o comércio, o que interfere na estética das fachadas com seus banners e propagandas.

(11) Fórum e Cadeia (1925)

Este edifício, de estilo eclético, é o objeto de estudo e análise deste trabalho e será discutido nos capítulos seguintes.

O Fórum foi criado para abrigar todas as funções do poder judiciário e junto com as da Cadeia. O projeto original é do escritório Ramos de Azevedo, porém com o tempo passou por reformas responsáveis pelos empreiteiros Dinucci & Pardini. Atualmente o prédio está desativado (**Fotos 33 e 34**).



Foto 31 e 32 Casa das Meninas:
antiga e atual.

Foto 33 e 34: Fórum e Cadeia:
antigo e atual.

.Fonte: SECRET. DE EDUCAÇÃO (2012)

(12) Santa Casa da Misericórdia (1925)

A Santa Casa da Misericórdia, inaugurada em 1925, foi idealizada pelo médico Dr. Antônio da Costa Leite para atender a população de Botucatu. Sua arquitetura remete ao ecletismo, mas como pode ser observada nas **fotos 35 e 36**, a fachada sofreu algumas alterações que descaracterizam seu caráter original.

Pode-se afirmar, que a expansão urbana para o alto da encosta foi impulsionada com a iniciativa de alocar este doze edifícios de interesse cultural analisados, dentre outros que compõem à que hoje é a esplanada das escolas. Esse foi apenas o início do crescimento urbano verificado até o começo do século XX e que ajudava no desenvolvimento dos novos núcleos urbanos que se organizavam



Foto 35 e 36: Santa Casa da Misericórdia: antiga e atual.
Fonte: SECRET. DE EDUCAÇÃO (2012)

4.2.1.1. Bens Tombados

Como especificado anteriormente, a Escola Estadual Cardoso de Almeida (EECA) foi tombada pelo Condephaat pelo seu valor histórico e arquitetônico.

A intenção do tombamento é impedir que “bens venham a ser destruídos ou descaracterizados” (CONDEPHATT, 2012) e também preservar a área envoltória a eles:

Trata-se de uma área em volta do bem tombado, sujeita a restrições de ocupação e intervenção. Para os tombamentos realizados até outubro de 2003, essa área é de 300 metros [...]. Nos tombamentos posteriores a essa data, a área envoltória é regulamentada caso a caso [...]. Os projetos a serem executados nas áreas envoltórias de bens tombados obrigatoriamente precisam de aprovação prévia do CONDEPHAAT (CONDEPHAAT, 2012).

No caso do EECA, toda a sua área envoltória, em um raio de 300 metros, é sujeita a restrições de ocupação e intervenção, pois a resolução de tombamento foi em 4 de maio de 1989.

Na resolução do CONDEPHAAT (Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) há um detalhamento sobre os usos do edifício tombado:

O edifício da Escola Normal de Botucatu foi construído em dois pavimentos, mais um porão onde eram ministradas aulas noturnas. Nos demais andares, distribuem-se as salas de aula, ambientes administrativos, auditórios e bibliotecas e, ainda, sanitários, cuja introdução no corpo principal já vinha sendo adotada para as grandes construções escolares (CONDEPHAAT, 2012).

De acordo com Figueiroa (2007, p. 143) o Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida também está sendo avaliado para futuro tombamento pelo CONDEPHAAT.

Na área envoltória, estão inclusos todos os edifícios culturais analisados, menos o Fórum e Cadeia em estudo neste presente trabalho, como pode ser observado na **figura 5** a seguir.



Figura 5: Área envoltória da resolução de tombamento do EECA.
Fonte: GOOGLE EARTH (2012). Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012)

4.2.2. Fórum e Cadeia

O Fórum de Botucatu foi criado para abrigar todas as funções do poder judiciário e junto com as da Cadeia. A ideia de construir um edifício era porque “substituiria, assim, outro tipo de conjugação de edificações, muito comum no período do Império: a Câmara/Cadeia” (FIGUEIROA, 2007, p.192), que antes estava localizado em frente à Praça XV de Novembro **(Foto 37)**.



Foto 37: Câmara-Cadeia em 1898.
Fonte: FIGUEIROA (2007, p. 74).

De acordo com Bretan (200?) a construção do Fórum e Cadeia:

Foi para servir de casa para uma nova Cadeia Pública, em conjunto com o Fórum local (que nunca havia tido um prédio próprio) [...]. Era costume (com certeza seguindo uma tendência na época, da parte da organização judicial) no Estado de São Paulo, construir um mesmo edifício para servir de Fórum/Cadeia (BRETAN, 200?, p.1).

Em entrevista com o Prof. João Figueiroa, ele relata que no alto da encosta, o terreno do antigo cemitério católico estava desativado por mais de 20 anos e a população não se apropriava dele, apenas para apresentações de circo e corridas de cavalo, pois ela criou lendas sobre o terreno por ter sido um cemitério. Na década de 1910, o terreno passou a ser controlado pelo

Poder Público depois de uma negociação com a Igreja Católica e este dá ao local o uso de local o novo Fórum e Cadeia, que recebeu o nome do Desembargador Alcides Ferrari em homenagem ao primeiro advogado nascido em Botucatu.

Donato (2008) relata sobre as condições do terreno e qual era a opinião da população sobre local o edifício neste local:

O edifício do Fórum, importante conquista alcançada em 1920 [...]. O local também foi especial, amplo terreno no alto da cidade, no coração da acrópole, então a zona mais nobre da mesma. Mas ouviram-se murmúrios contra a escolha do sítio. Fora cemitério até 1893. A mentalidade do tempo exigia que fosse conservado inculto pelo menos por duras gerações mais. Fato é que durante as escavações para os alicerces, esqueletos foram encontrados e ensacados. À noite, grupos de populares iam orar 'pelas almas' cujos ossos eram, no seu entender, por tal forma destratados. Temiam um castigo que gravasse o povo inocente. Os que assim pensavam e queriam um jardim ou uma simples capela onde foi erguido o majestoso, mas pesado edifício teriam visto como prova do acerto da sua interpretação o surgir do problema das rachaduras no prédio que tecnicamente não deveria sofrê-las tão depressa (DONATO, 2008, p. 289-290).

A autoria do projeto é do escritório do Arquiteto de Ramos de Azevedo, mas existem dúvidas se é realmente do arquiteto, pois a planta original está perdida e não há como comprovar. Porém sabe-se que parte da "construção foi assumida pela firma botucatuense dos empreiteiros Dinucci & Pardini, italianos radicados e Botucatu desde o ano de 1898 e que haviam, ao chegarem ao Brasil, passado pelos escritórios do Arquiteto Ramos de Azevedo, onde trabalharam por um ano, como contratados" (BRETAN, 200?, p. 2).

Segundo o Professor Figueiroa, o escritório de Ramos de Azevedo projetou além o Fórum, outras obras como a Igreja Nossa Senhora de Lourdes (**Foto 38**), o Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida (**Foto 39**) e o Matadouro. Esta informação é somente um relato oral, pois não há nenhum inventário sobre as obras de Botucatu.



Foto 38:

Igreja Nossa Senhora de Lourdes;

Foto 39: Igreja Nossa Senhora de Lourdes; Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida.

Fonte: ALMEIDA, P.A.S. (2012).

O edifício é dividido em dois usos, a do Fórum, voltado para a Av. General Telles (**Foto 40 e 41**) e a da Cadeia, para a Av. Dom Lúcio. Existem duas hipóteses que explicam esta diferenciação observadas tanto na execução do edifício, como também nas fachadas (**fotos 42 e 43**).



Foto 40: Fachada Fórum – Avenida General Telles
Foto 41: Acesso lado Fórum



Foto 42: Fachada Cadeia – Avenida Dom Lúcio
Foto 43: Acesso lado Cadeia

Em conversa com o secretário da Educação Júlio Troncarelli, a Cadeia teria sido construída após a inauguração do Fórum e seu formato era em “U” e sua fachada era onde se encontram os vitrais. Este seria a primeira hipótese e justifica a diferença entre as duas fachadas (figura 6).

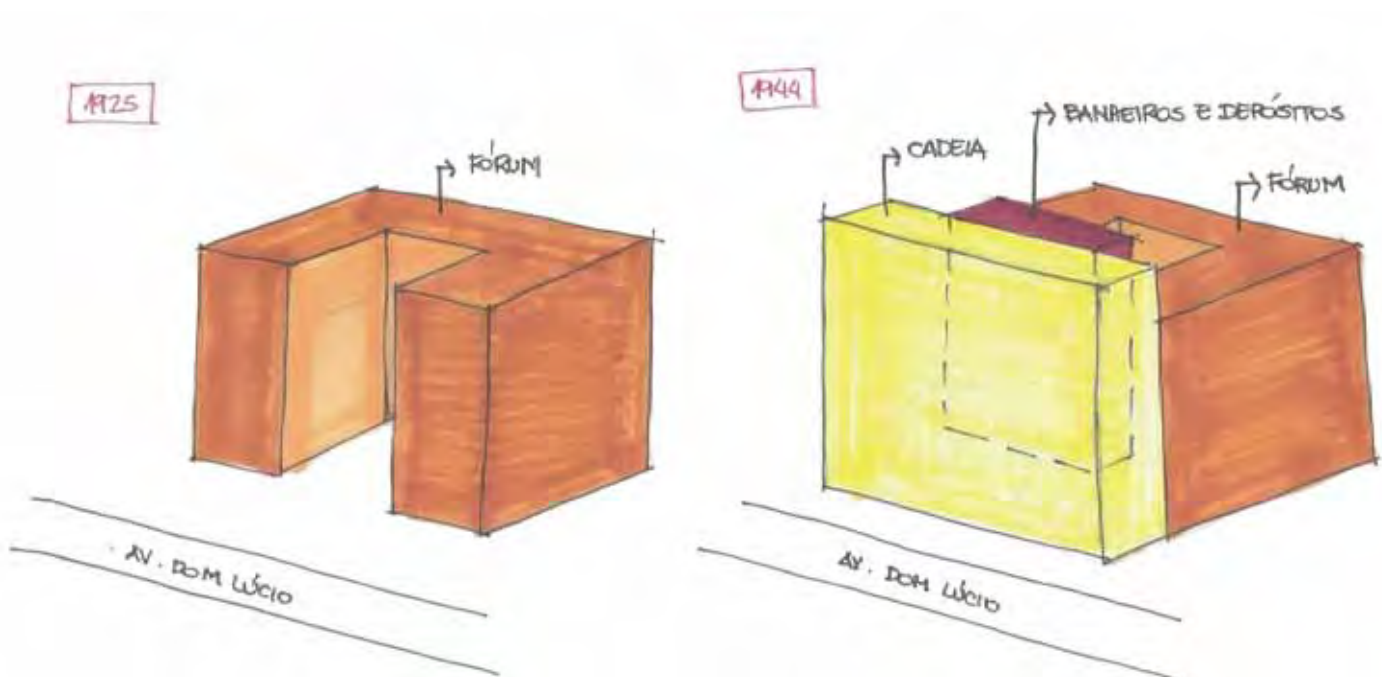


Figura 6: Croqui esquemático. Conceito Júlio Troncarelli.

A hipótese do Professor Figueiroa (**figura 7**) deduz que os dois usos foram construídos ao mesmo tempo e a diferença nas fachadas eram conotações distintas de poderes, entre o judiciário e a cadeia (**fotos 44, 45, 46 e 47**). E em uma reforma em 1944, foram construídos sanitários no local que havia o pátio interno e foi aumentado um pavimento sobre a parte da cadeia.

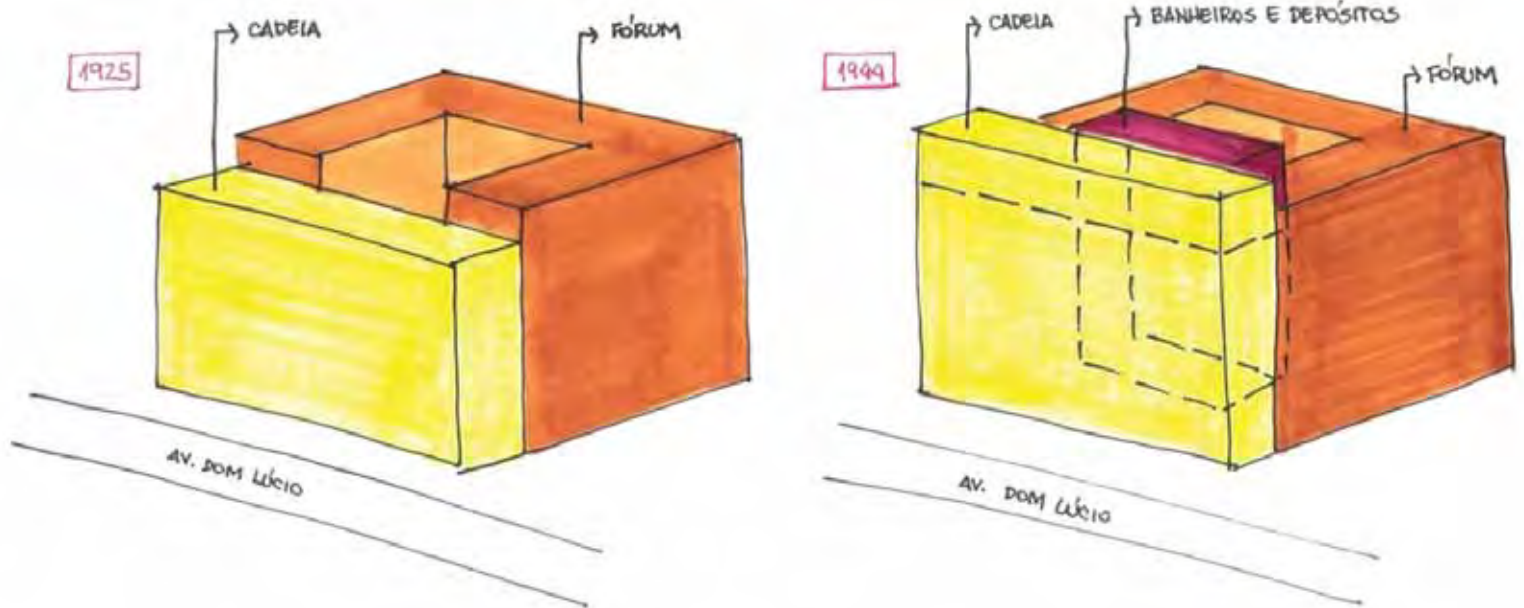


Figura 7: Croquis esquemáticos. Conceito Professor Figueiroa

A diferenciação entre as fachadas está nos detalhes como os ornamentos nas aberturas, o uso de sanca e o rejunte mais realçado entre os blocos estruturais na parte do Fórum.



Foto 44, 45, 46 e 47: Diferenciação nas fachadas.
Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012).

A meu ver, a segunda hipótese, a do Professor Figueiroa, pode ser deduzido pelas **fotos 48, 49 e 50** a seguir, que mostram a diferenciação na cobertura antes desta reforma de 1944 e a parte da cadeia com apenas dois pavimentos. Outra prova seria o relato de Donato (2008):

Em 1944, já sob alarme do aumentar das rachaduras, executou-se uma reforma conduzida pela firma Dinucci operando como engenheiro responsável, Camilo Fernandes Dinucci. Durante os reparos, foi construído um anexo no pátio interno, o qual aumentando o peso total diminuiu um pouco a luminosidade natural interna (DONATO, 2008, p. 291).



Foto 48: Destaque da cadeia ao fundo com cobertura aparente.

Foto 49: Destaque da cadeia com cobertura aparente e com dois pavimentos.

Foto 50: Destaque da cadeia com um muro de entrada antes da reforma em 1944.

Fonte: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (2012). Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012).

A cronologia da construção do edifício pode ser observada a seguir, de acordo com Bretan (200?), Donato (2008) e os relatos do Prof. Figueiroa.

1920

Retomada a construção pelos empreiteiros locais Dinucci e Pardini e é liberada a verba de 223 contos, 188mil e 584 réis pela Diretoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

1924

A obra estava concluída, faltando somente complementar o serviço externo da área e o calçamento das entradas. Foi dado ao Fórum o nome "Desembargador Alcides Ferrari", homenageando o primeiro advogado nascido em Botucatu



Em agosto o prédio estava levantado, mas faltava alguns acabamentos, como os muros, grail e complementos do edifício.

1922



1931

O gradil que separava o prédio da rua e limitava o acesso dos pedestres ao jardim, é retirado com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, para ser derretido e depois ser matéria prima para a fabricação de armas bélicas para o conflito.

1944

Foi realizada a primeira reforma por razões de rachaduras e na parte da Cadeia e Delegacia (possível construção do terceiro pavimento) e a instalação de um volume no pátio interno - sanitários. A reforma foi realizada pelos mesmos construtores, porém comandada somente pelo arquiteto Dinucci e seu filho, pois Pardini havia falecido.



1956

Realizada a terceira reforma por causa do aparecimento de novas rachaduras.

1979

Foi realizado uma restauração total no edifício do prédio, onde todas as rachaduras foram arrumadas e os alicerces reforçados.

1948

A imprensa divulga um diagnóstico da Diretoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo com o título "Corre perigo o nosso Fórum?", pois havia um depósito subterrâneo d'água apoiado nas bordas dos alicerces internos e estava abalando a estrutura por causa de vazamento. A solução foi desativá-lo e substituí-lo por um externo.

1974

Saída da Cadeia e Delegacia pela insuficiência diante do crescimento.

2003

O Juiz Diretor do Fórum decretou a interdição por tempo indeterminado 'por causa da avaliação que dizia que a estrutura do prédio estava comprometida e oferecia risco'.

A partir das análises, a documentação de fotos é a primeira prova que pode confirmar que o Fórum e a Cadeia foram construídos juntos, de acordo com o relato Professor Figueiroa e que o edifício sofreu algumas descaracterizações do original, por conta das reformas realizadas ao passar dos anos, como especificado na cronologia.

Além das mudanças da estrutura do prédio, a Praça Rui Barbosa onde está locado o Fórum, também passou por diversas modificações no seu traçado. Atualmente a praça tem outro aspecto, com um desenho composto por placas de concreto, não havendo nenhuma integridade e acessibilidade (**Foto 51**). E parte dela foi transformada em estacionamento, reservado para funcionários dos cartórios e associados da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil (**Foto 52**).



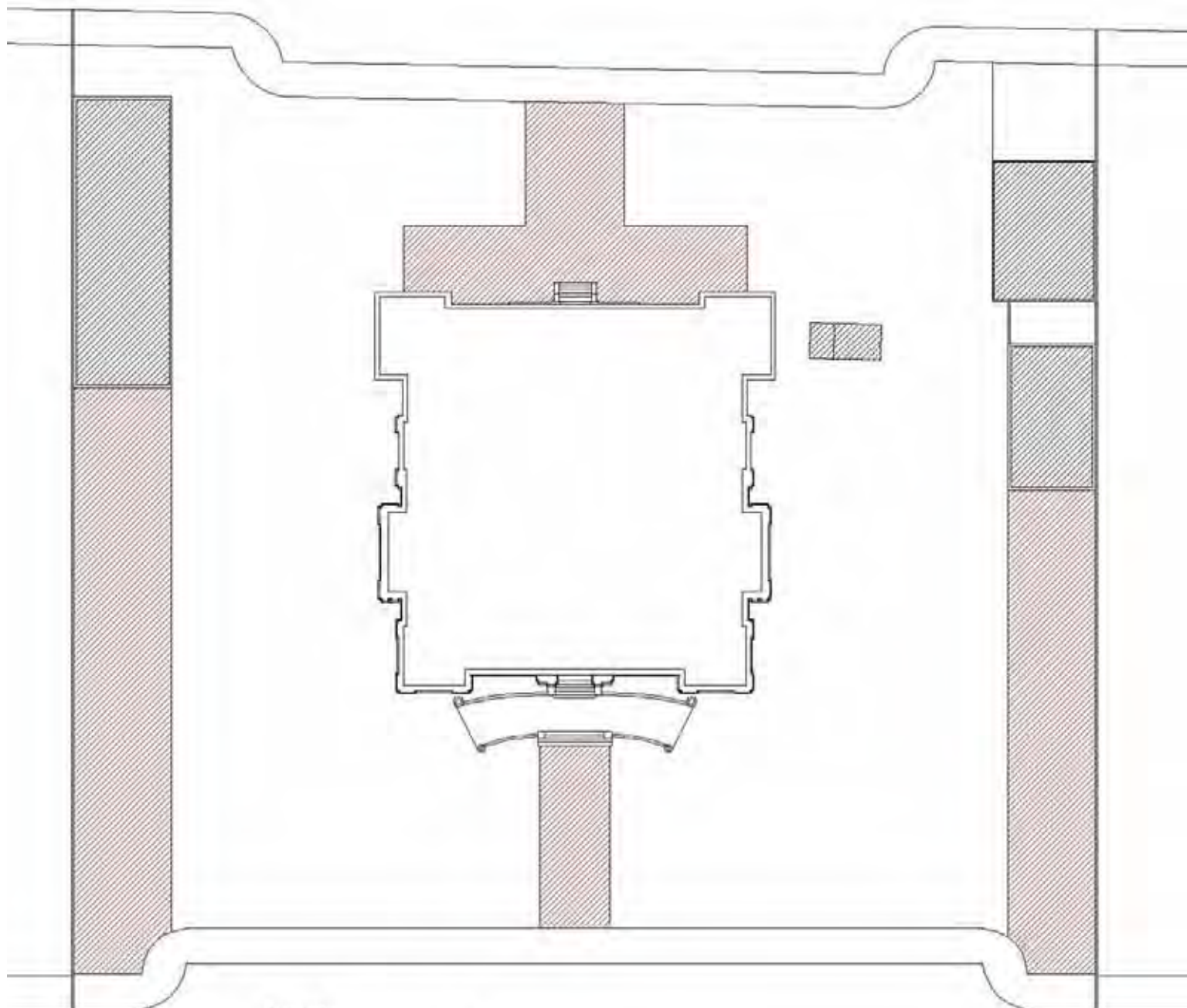
Foto 51: Desenho da Praça Rui Barbosa com placas de concreto
Foto 52: Uso de estacionamento (2012).

Na mesma praça estão locados dois cartórios em funcionamento, que como pode ser observado nas **fotos 53, 54 e 55** suas fachadas tentam imitar o mesmo desenho e alguns elementos empregados no Fórum. Porém, estas duas construções são mais modernas e não dialogam com a ambiência local. Outro elemento que também interfere na integridade é uma pequena construção com uso não identificado (**Foto 56**).

Na planta a seguir (**Figura 8**) é possível identificar onde estão localizados os cartórios e as áreas de estacionamento na Praça Rui Barbosa



Foto 53, 54 e 55: Cartório na Praça Rui Barbosa. Foto 56: Outra edificação.



- Legenda:**
- **Cartórios**
 - **Estacionamento**

Esc 1:500



Figura 8: Localização dos cartórios e do estacionamento.
 Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (2012). Editado:
 ALMEIDA, P.A.S. (2012)

4.3 Análise morfológica do local de intervenção

A análise das características morfológicas tem como objetivo obter informações com a maior precisão possível do espaço em estudo. O processo de conhecimento da área ajuda a obter uma aproximação da situação e da realidade.

A metodologia a ser seguida é de Maria Kohlsdorf, em “Apreensão da forma da cidade”, que observa as características configurativas dos espaços e identifica suas condições:

A importância dos primeiros níveis de apreensão para aqueles que projetam espaços se deve ao fato de que a decodificação dos lugares prefigurados se dá na percepção dos que os frequentam. [...] só podemos verificar as condições topoceptivas de certa situação (real ou virtual) se observarmos como ela se comporta sendo objeto percebido ou imaginado [...] e dirigidas para conhecimento com papel de insumo para projeto (KOHLSDORF, 1996, p. 134-135).

Os elementos analíticos que compõe o espaço podem ser analisados em duas categorias, planta baixa e planos verticais, estruturadas a seguir. A apreensão destas informações ajuda na identificação das formas apropriadas para a intervenção.

A análise da estrutura auxilia a compreender a situação atual do edifício em estudo e perceber quais os tipos de intervenções que poderão ser realizadas no projeto a propor.

4.3.1 Análise em planta baixa

Esta categoria permite a leitura de alguns elementos para a compreensão da situação do edifício do Fórum de Botucatu, como o levantamento físico de tipologias em plantas e a identificação de materiais e sistema construtivo. Estes podem ser observados nos itens e desenhos a seguir:

- Planta topográfica e massa arbórea (Figura 9 e 10);
- Planta de materiais e antigos usos (Figura 11 e 12);
- Planta de mapeamento de danos (Figura 13);
- Quadro ilustrativo com agentes e causas (Quadro 3).

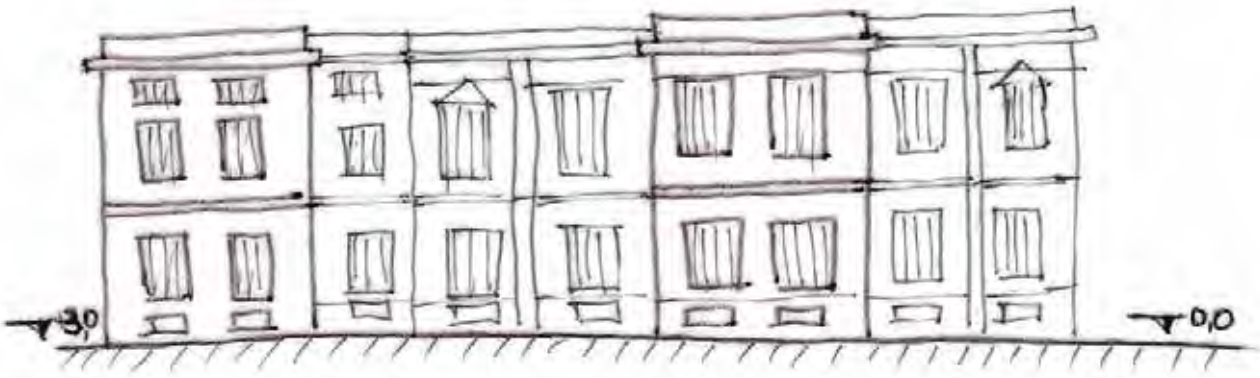


Figura 9: Croqui para entender a topografia.

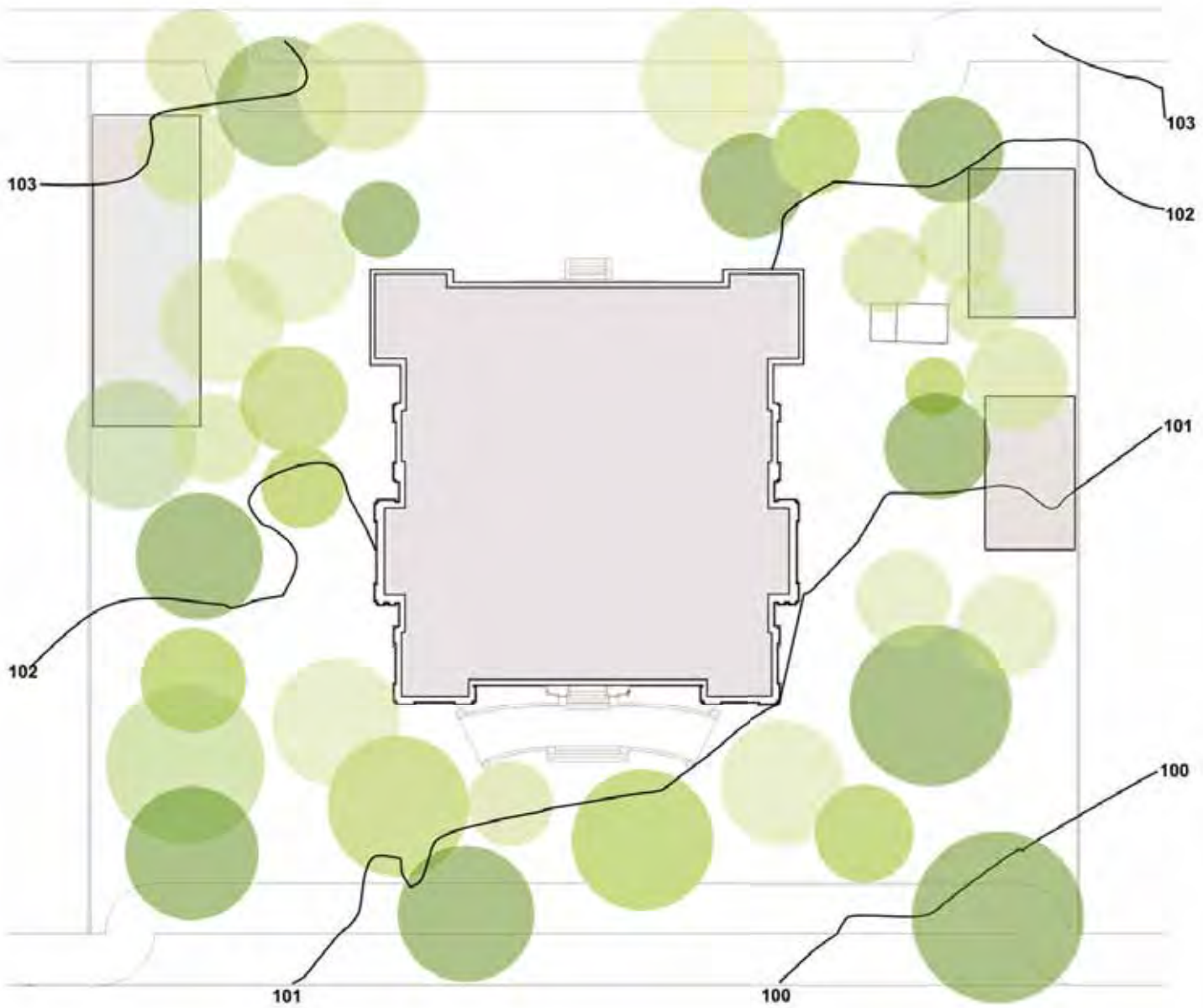


Figura 10: Planta topográfica e massa arbórea.
Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (2012).
Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012)

PLANTA DE MATERIAIS E ANTIGOS USOS

Arquivo: Planta de materiais e antigos usos 1.pdf

Figura 11: Planta de materiais e antigos usos

PLANTA DE MATERIAIS E ANTIGOS USOS

Arquivo: Planta de materiais e antigos usos 2.pdf

Figura 12: Planta de materiais e antigos usos

PLANTA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E MAPEAMENTO DE DANOS

Arquivo: Planta do estado de conservação e mapeamento de danos.pdf

Figura 83: Planta do estado de conservação e mapeamentos de danos

Quadro 3: Diagnóstico de agentes e causas

Dano	Agente	Causa	Localização	Situação
Microflora	Água e micro organismos	Proliferação de micro organismos	Térreo 1º pavimento	
Mancha de água descendente	Água	Acúmulo de água pluvial	Térreo 1º pavimento 2º pavimento	
Mancha de água ascendente	Água	Acúmulo de água pluvial	Térreo 1º pavimento	
Fissuras	Instabilidade estrutural	Recalque	Térreo 1º pavimento	
Perda de material	Água e intervenção humana	Acúmulo de água pluvial e quebra	Térreo 1º pavimento 2º pavimento	

4.3.2. Análise dos planos verticais

O mesmo levantamento físico é realizado nesta categoria, porém se estuda “a composição plástica das projeções ortogonais nos plano vertical” (KOHLSDORF, 1996, p. 146). Dentre os itens avaliados se refere a efeitos conhecidos como:

- Elevações: deve possuir um princípio morfológico para sua totalidade (**Figura 14**).
- Linha de coroamento: delimita a parte superior da figura da silhueta e incidem na topoccepção o tamanho, a forma e a disposição de seus segmentos;
- Proporção: é a relação entre a altura e a largura das fachadas, as proporções dependem de suas dimensões. Contribuem na formação de diversos efeitos de composição (**Figura 15 e 16**).

ELEVAÇÕES

Arquivo: fachadas. pdf

Figura 94: Elevações

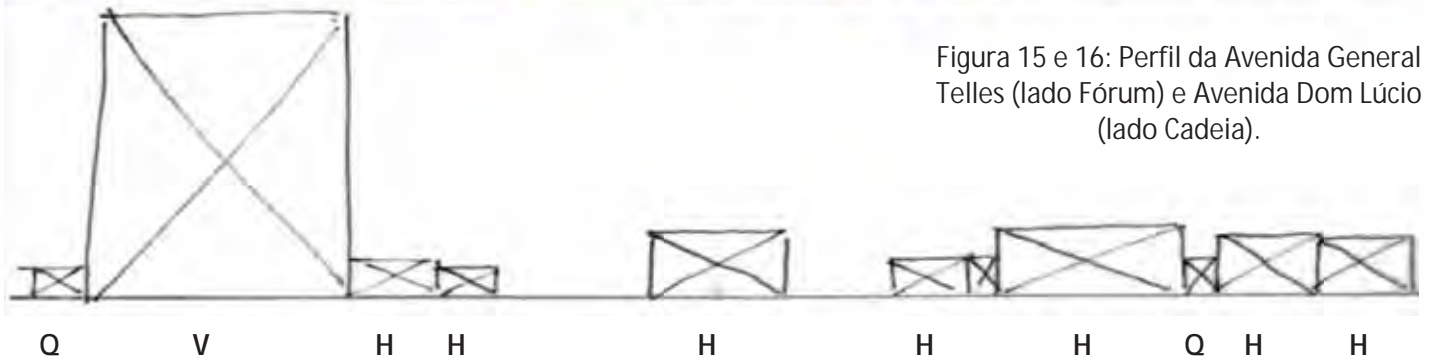
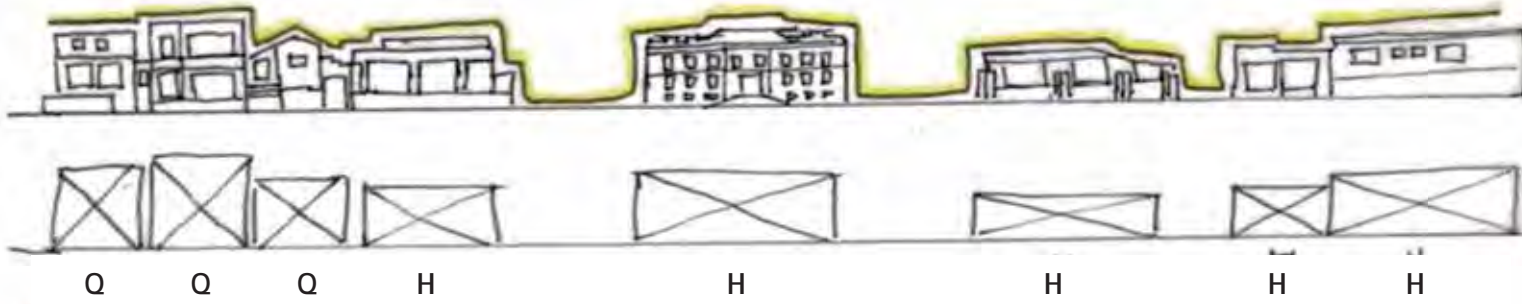


Figura 15 e 16: Perfil da Avenida General Telles (lado Fórum) e Avenida Dom Lúcio (lado Cadeia).

4.3.3. Análise da estrutura

O sistema construtivo adotado no prédio do Fórum foi de alvenaria estrutural, material usual da época e estuque na estrutura entrepiso e no forro. Na visita a campo acompanhada pelo estrutura do prédio e que foi construído somente de alvenaria.

A partir do desgaste de uma parede externa, como apresenta na **Foto 57 e 58**, pode-se observar o uso da alvenaria estrutural, de tijolo queimado ou bloco cerâmico, na estrutura.



Foto 57: Estrutura exposta na fachada.

Foto 58: Alvenaria estrutural como sistema construtivo.

Segundo Mendonça (2010, p. 156), a utilização da alvenaria de tijolos passou a predominar nas construções da época. A espessura “das paredes variavam em função de seu fim construtivo e da carga que deveriam suportar”. Eram dispostas em arranjos definidos, obedecendo a colocação de fiadas em ordem rigorosa.

Ao observar a planta baixa do prédio do Fórum, percebe-se o uso de paredes mais grossas nas paredes externas e em algumas internas. Provavelmente a espessura da alvenaria “equivaleria ao comprimento do tijolo ou a duas larguras. Eram, em geral, empregadas em panos externos de construções térreas e sobrados, suportando maior carga que as paredes internas e divisórias” (MENDONÇA, 2010, p. 156).

O estuque foi utilizado no prédio nos entrespisos e como forro. É uma massa de cal e areia, que serve de vedação e preenche interstícios de uma armação qualquer, como por exemplo, telas de arame, sarrafos de madeira, fibras. No caso do edifício em estudo, seria para cobrir os sarrafos de madeira, como pode ser notado na **foto 59** onde a estrutura está comprometida.

A **figura 17** ilustra como o estuque é feito nos sarrafos de madeira.



Foto 59: Uso de estuque como forro.

Figura 17: Estrutura para estuque.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA (2012).

Outro material utilizado foram os ladrilhos hidráulicos aplicados no saguão de entrada do lado do Fórum (**Fotos 60 e 61**). Estes são “tijolos produzidos, [...] de dimensões finas, cores variadas e diversos desenhos” (MENDONÇA, 2010, p. 157).



Foto 60: Uso de ladrilho hidráulico.

Foto 61: Presença de ladrilho no saguão de entrada.

A partir da análise de mapeamentos de danos, diagnosticou-se que o edifício do Fórum possui alguns problemas em relação a sua estrutura, por encontrar rachaduras e fissuras. De acordo com Bretan (200?) estas patologias vinham se apresentando desde cedo, pouco depois do prédio ser entregue em 1925. Uma das teorias seria pelo terreno antes ter sido um cemitério, mas não há como comprovar esta questão.

Após a reforma em 1944, com a construção dos sanitários no pátio interno e de um segundo pavimento no lado da cadeia, a situação tornou-se mais grave. Em maio de 1948 a

imprensa local divulgou um diagnóstico realizado pela Diretoria de Obras Públicas de São Paulo e apontou quais seriam as causas e as recomendações possíveis de evitar o problema:

Corre perigo o nosso Fórum?...essas fendas apareceram logo depois que foi ali construído um depósito subterrâneo d'água, com uma capacidade para sessenta mil litros, apoiado nas bordas dos alicerces internos para atender às necessidades higiênicas do local. Esse depósito, pela sua localização subterrânea, tornou-se difícil de ser rigorosamente inspecionado, para assim se pode constatar um possível vazamento que irar fatalmente abalar a solidez dos alicerces do prédio. Pela ausência de fatos positivos, os técnicos avançaram várias hipóteses e sugeriram providência para eliminá-las todas. Foi assim determinado o abandono do velho depósito [...]. O cano coletor das águas pluviais internas, que passava por baixo do depósito de água, foi desviado lateralmente, eliminando assim mais umas das possíveis causas. Os técnicos sugeriram ainda, como medida de segurança, o fechamento das frestas respiratórias do porão, para formar na base um todo sólido com evidente benefício para resistência dos alicerces. E ainda acorrentar devidamente as paredes fendidas (BRETAN, 200?).

Porém, muitas das rachaduras que apareceram, provavelmente foram causadas após a construção do segundo pavimento acima da cadeia, que sobrecarregou a fundação e afetou a estrutura do lado do Fórum. A **figura 18** a seguir tenta reproduzir este abalo e a sobrecarga que ocasionou o surgimento destas patologias.

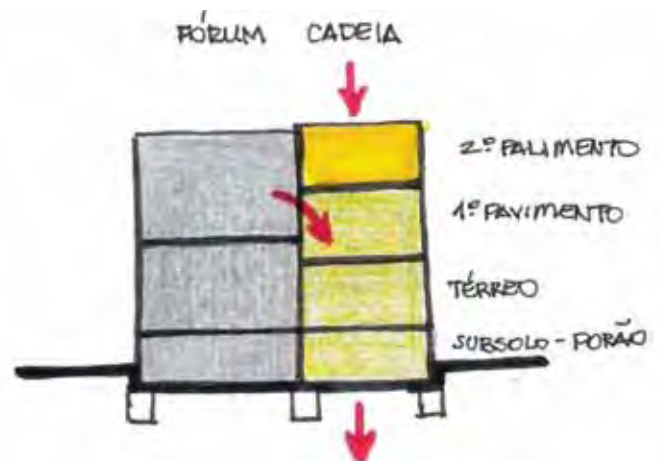


Figura 18: Croqui para compreender abalo na estrutura

4.4 Percepção do lugar

A percepção do lugar baseia-se na existência de um observador que se relaciona com um espaço. O objetivo desta análise é obter um estudo dos marcos históricos do município de Botucatu, um levantamento gráfico do entorno do Fórum em uma escala setorial e um exame dos fatores que configuram o local.

Para Nelci (2006, p. 67), a percepção do lugar ou “o sentido do lugar”, ou seja, seu caráter, é resultado das relações entre três esferas: os atributos físicos; as atividades e usos; as imagens e concepções que dele se fazem”. No caso deste trabalho, estas relações contribuíram para uma imagem e concepção do espaço urbano em análise.

Acessos

O principal acesso para Botucatu é pela Rodovia Castello Branco ou pela Rodovia Marechal Rondon que liga com a Rodovia João Hipólito Martins, conhecida como “Castelinho” pela população botucatuense.

O edifício do Fórum está localizado um das principais avenidas da cidade, a Avenida Dom Lúcio, que possui saída próxima à “Castelinho”, o que facilita o acesso aos visitantes (**Figura 19**).

Edifícios de Interesse Cultural

São muitos os edifícios de interesse cultural presentes na cidade. Estes se encontram no alto da encosta, na Esplanada das Escolas; no centro antigo; próximos à estação ferroviária, como podem ser observados na **figura 20** a seguir. O principal acesso é pela Avenida Dom Lúcio e a Avenida Vital Brasil, que ligam às rodovias.

Uso e Ocupação

De acordo com o levantamento efetuado, o uso misto - residencial e comercial - persiste na maioria das edificações mais ao sul e ao leste da análise. Os usos religiosos e educacionais permanecem juntamente com alguns edifícios institucionais, encontrados muito próximos e predominam na região central. Estes usos, compatíveis com a arquitetura original, contribuem para a manutenção parcial da ambiência do espaço em foco. Por outro lado, há alguns vazios e estacionamentos que são signos de degradação. Há também uma grande massa arbórea, composta por praças e canteiros (**Figura 21**).

Gabarito

Na escala analisada, há alguns edifícios superiores há dez pavimentos e que estão desassociados com o gabarito desta área histórica, caracterizada pelos edifícios culturais de até quatro pavimentos. No caso dos edifícios de uso residencial e comercial foram encontrados de até dois pavimentos (**Figura 22**).

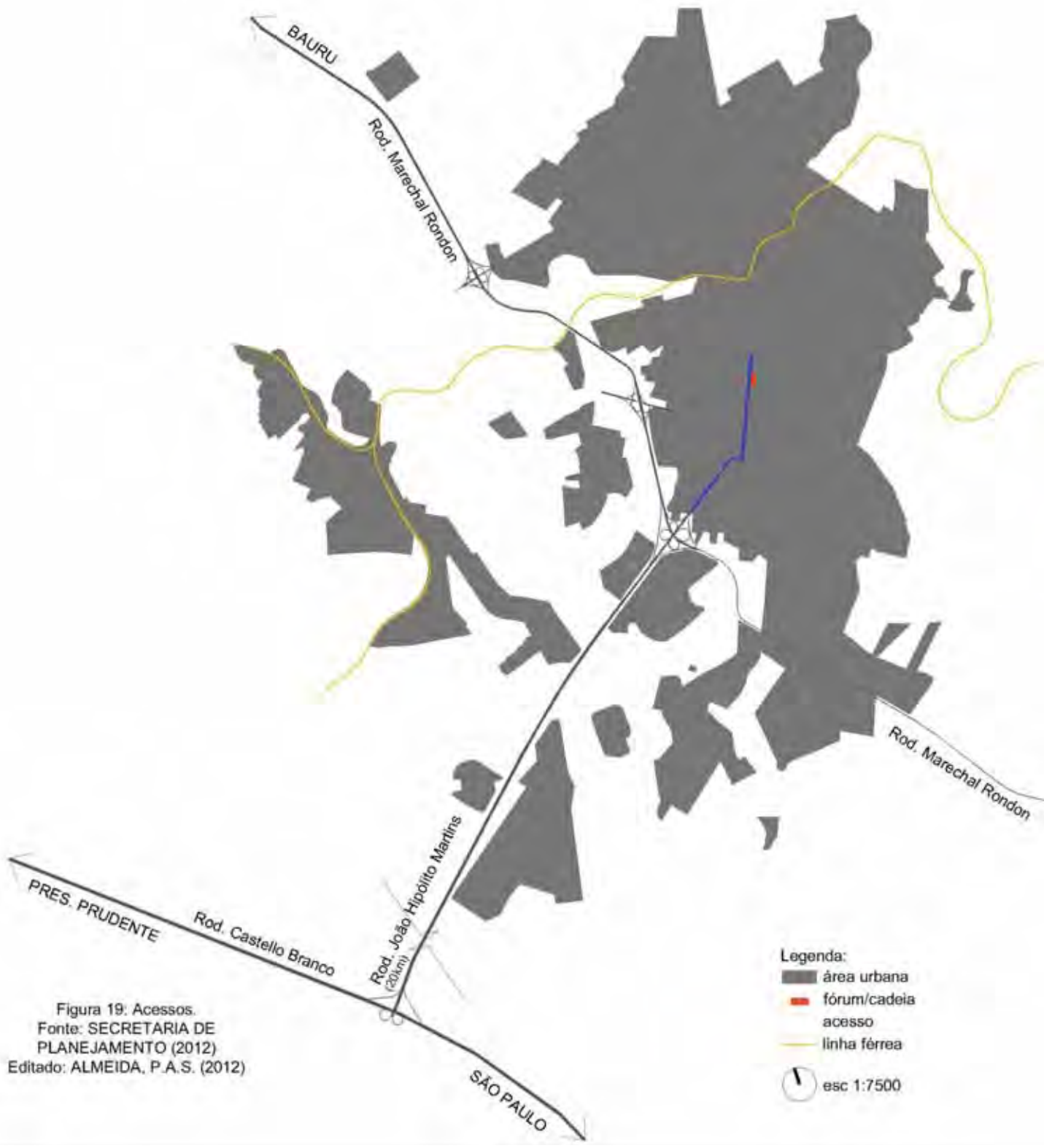
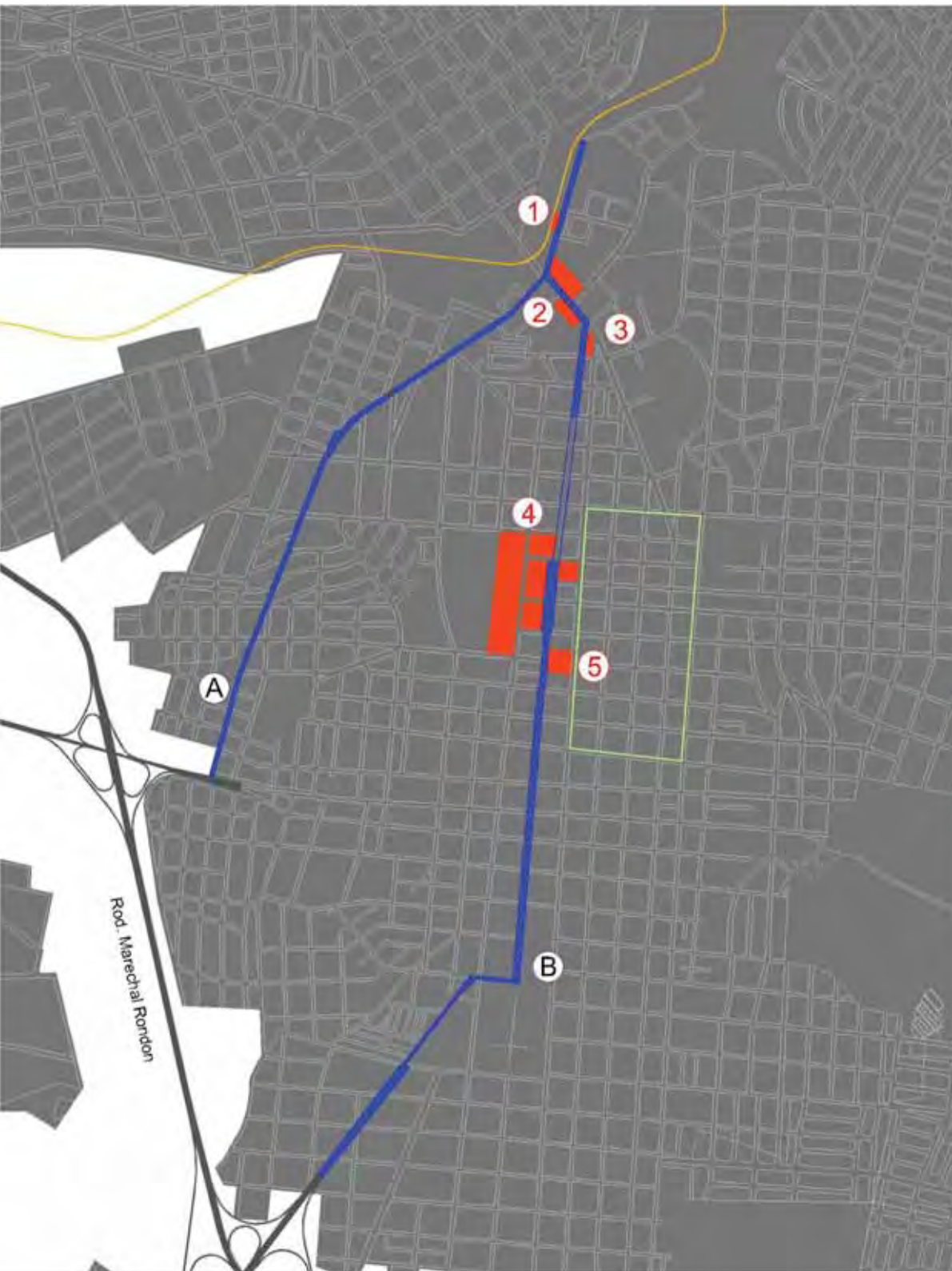


Figura 19: Acessos.
 Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (2012)
 Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012)



Legenda:

- Área urbana
- Malha urbana
- Centro antigo
- Linha férrea
- Acesso
- Ⓐ Avenida Vital Brasil
- Ⓑ Avenida Dom Lúcio
- Edifícios de interesse cultural
- ① Estação Ferroviária
- ② Casarões
- ③ Correios
- ④ Edifícios da Esplanada das Escolas
- ⑤ Fórum/ Cadeia

esc 1:2000

Figura 20: Edifícios de Interesse Cultural
 Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (2012). Editado: ALMEIDA P.A.S.

Legenda:

-  Residencial
-  Comércio/Serviços
-  Misto
-  Religioso
-  Educação/Cultural
-  Institucional
-  Lazer/ Praças
-  Saúde
-  Vazio



sem escala

Figura 21: Uso e Ocupação
Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (2012).
Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012)

Legenda:

-  1 pavimento
-  2 pavimentos
-  3 pavimentos
-  4 pavimentos
-  5 pavimentos
-  13 -15 pavimentos



sem escala

Figura 22: Gabarito

Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (2012).

Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012)

[5]

REFERÊNCIAS PROJETAIS

5.1 Memorial Minas Gerais



Foto 62: Memorial Minas Gerais.
Fonte: REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2012, v. 214, p. 35.

Ficha Técnica:

Autores: Estúdio Arquitetura + Tetro Arquitetura - Eduardo França, Carlos Maia, Débora Mendes, Humberto Hermeto, Igor Macedo.

Uso: Cultural

Ano: 2008-2010

Localização: Circuito Praça da Liberdade – Belo Horizonte/MG

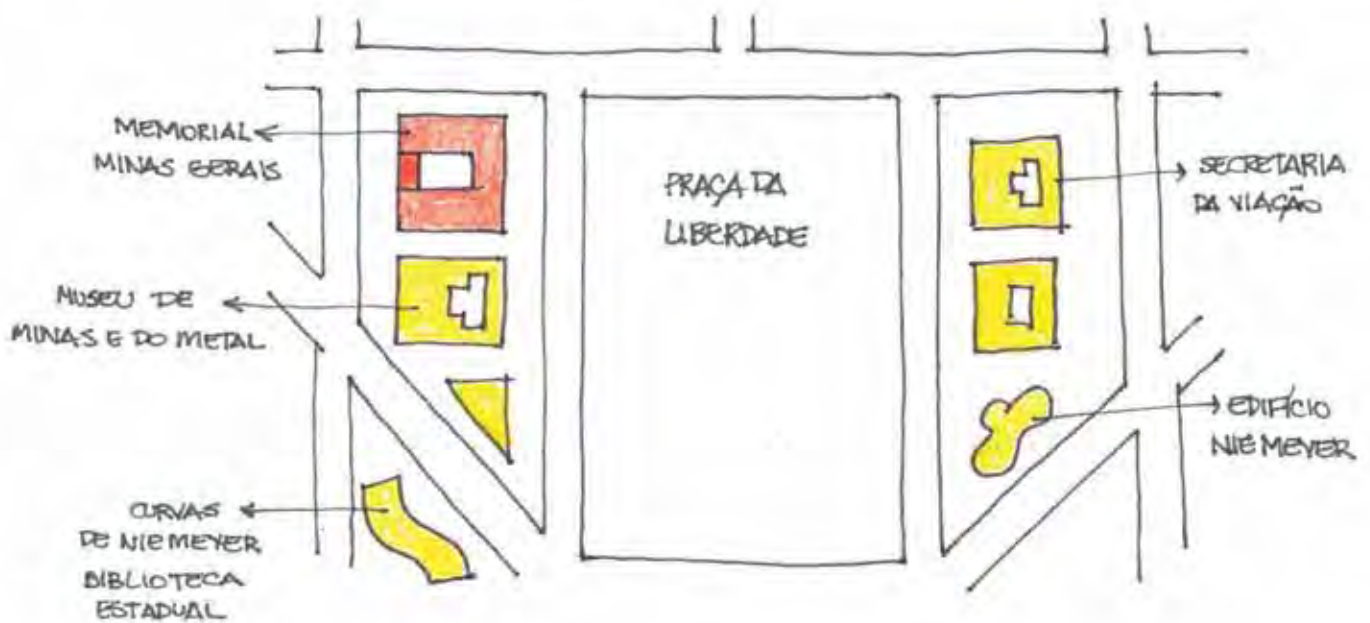
Área: 4.200,00 m²

Projeto de intervenção e adaptação do edifício do Memorial Minas Gerais

Localizado na Praça da Liberdade e inaugurado em 1897, o edifício do Memorial Minas Gerais abrigava a antiga Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (**Foto 62**). Hoje faz parte do chamado Circuito Praça da Liberdade (**Figura 23**), onde os antigos prédios públicos que antes acolhiam parte da administração municipal, e foram transferidos para o Centro Administrativo assinado por Oscar Niemeyer, estão sendo restaurados para terem outra função, espaços da cultura e “transformados em espaços interativos que buscam espelhar a diversidade, no maior conjunto integrado de cultura do Brasil: acervos, históricos, artísticos e temáticos; centros culturais interativos; biblioteca e espaços para oficinas,” etc. (CIRCUITO CULTURAL LIBERDADE, 2012).

O projeto do Circuito é uma iniciativa do Governo Estadual com parceria com a iniciativa privada. Os prédios foram construídos entre final do século XIX e início do século XX, na maioria com o estilo neoclássico. São eles: Espaço TIM UFMG do Conhecimento; Museu das Minas e do

Metal – EBX; Memorial Minas Gerais – Vale; Centro de Arte Popular – Cemig; Centro Cultural Banco do Brasil; Museu Mineiro; Arquivo Público Mineiro; Biblioteca Pública Estadual Luiz de



Bessa.

Figura 23: Localização de alguns dos edifícios do Circuito Cultural Liberdade.

Na caracterização morfológica dos edifícios, as fachadas devem ser examinadas individualmente, mas também em conjunto, procurando-se as leis de suas condicionantes como relações proporção, de cheios x vazios, a cobertura, equilíbrio, entre outros.

Na **foto 63** encontram-se na Praça da Liberdade os dois edifícios que abrigam o Memorial Minas Gerais e o Museu de Minas e de Metal, atual projeto de intervenção do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Observa-se que as fachadas são organizadas por um eixo central, definindo uma simetria no campo visual. Porém as coberturas configuram diferentes linhas de coroamento. Na **figura 24** analisam-se estas morfologias e também a relação do cheio x vazio e a proporção das aberturas.

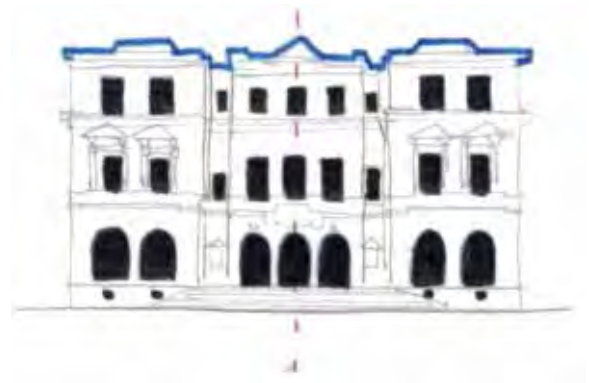
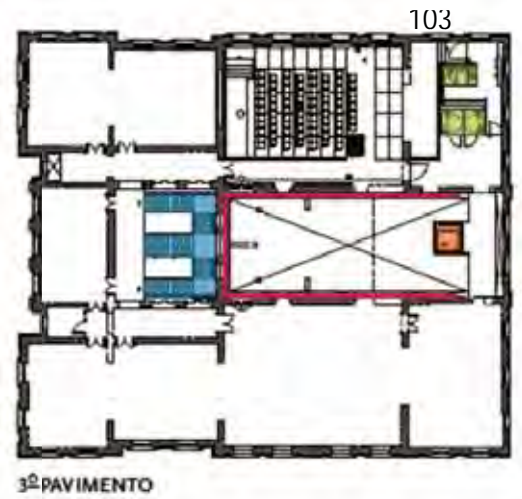
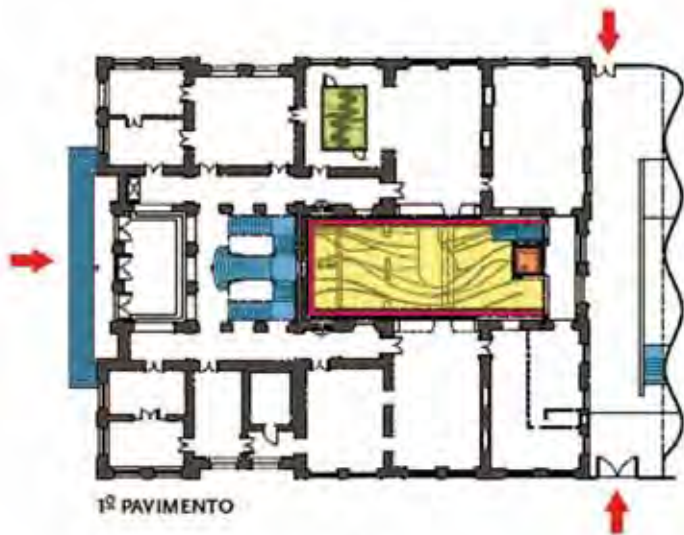


Foto 63: Vista do atual Museu de Minas e do Metal e Memorial Minas Gerais.

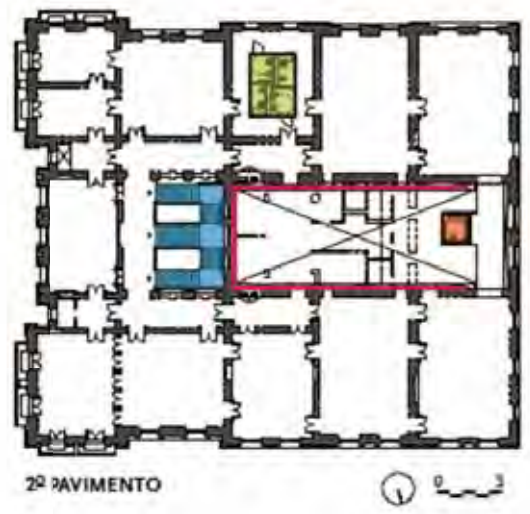
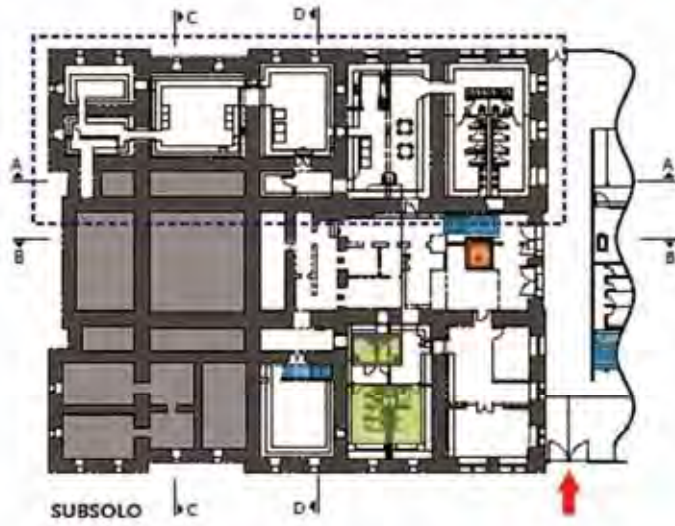
Figura 24: Croqui para análise da fachada.

Fonte: DUNIVERSO, 2010.

Como as fachadas externas do Memorial Minas Gerais já haviam sido restauradas, os arquitetos “gerenciaram e intervieram no uso dos cômodos distribuídos em quatro pavimentos – um subsolo, um primeiro andar elevado ao nível da rua, e outros dois superiores” (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2012, v. 214, p. 31) (**Figura 25 e 26**).



103










- Legenda:**
-  Acesso público
 -  Circulação vertical - escada
 -  Circulação vertical - elevador
 -  Sanitários 'Caixa Preta'
 -  Pátio interno com jardim
 -  Chapa de cobre
 -  Área técnica e administrativa

Figura 25: Análise em plantas.
 Fonte: REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2012, v. 214, p. 32.
 Editado: ALMEIDA, P. A. S. (2012)

**Legenda:**

- ➔ Acesso público
- ▬ Circulação vertical - escada
- ▬ Circulação vertical - elevador
- ▬ Sanitários 'Caixa Preta'
- ▬ Pátio interno com jardim
- ▬ Cisterna
- ▬ Chapa de cobre
- Área técnica e administrativa

Figura 26: Análise em cortes.
 Fonte: REVISTA ARQUITETURA E
 URBANISMO, 2012, v. 214, p. 32.
 Editado: ALMEIDA, P. A. S. (2012)

O principal destaque é a recuperação de um pátio interno, caracterizando um novo espaço na forma inusitada de um jardim de bromélias protegidas por paredes de aço corten e ainda guarda a circulação vertical que comunica com todos os pavimentos do museu (**Fotos 64 e 65**). Segundo o arquiteto Eduardo França “demolido o trecho que desvirtuava o vazio original, fez-se assim um pátio, que caracterizaria, com muita classe, o novo uso do antigo edifício sem perder importantes memórias. [...] A ideia era não gerar, no vazio reconstruído um fim de linha ao visitante, mas conduzi-lo a outros ambientes do museu”. Tornou-se uma obra de “arquitetura contemporânea de fôlego mediada pela desejável relação entre espaços antigos, estruturais originais e a proposta de intervenção” (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2012, v. 214, p. 30).



Foto 64: Pátio interno durante a construção .

Foto 65: Projeto de intervenção concluído.

Fonte: HERMETO, 2012; REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2012, v. 214, p. 31.

Nas figuras 27, 28 e 29 é possível compreender melhor a proposta de intervenção dos arquitetos e como é a estrutura do pátio-jardim, a setorização e o acesso ao edifício e entre os pavimentos.



Figura 27: Corte esquemático.
Fonte: HERMETO, 2012;

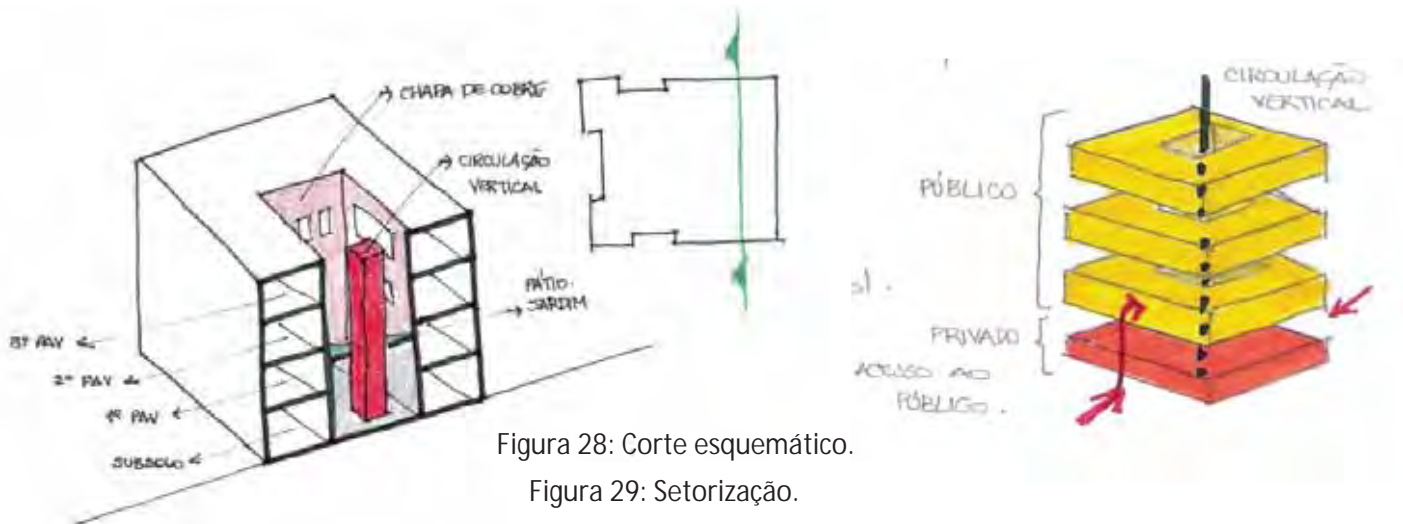


Figura 28: Corte esquemático.
Figura 29: Setorização.

Pode-se observar nas **figuras 30 e 31** a diferença entre a cobertura do museu nas imagens por satélite do ano de 2007 e 2012.



Figura 30: Cobertura antes da intervenção (2007)

Figura 31: Cobertura após intervenção.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2007 e 2012.

Outra proposta dos arquitetos era instalar os sanitários. A solução foi inserir a Caixa Preta (**Foto 66**)

Foram criadas caixas estruturadas [...] com MDF revestido do laminado melamínico preto. 'Por dentro, são toaletes normais, com instalações, espelhos e revestimento de granito. A hidráulica corre por baixo do piso, e há uma soleira junto à porta com uma rampa que supera o leve desnível para adentrar o ambiente, sob qual ficam embutidas as tubulações', de acordo com Eduardo França (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2012, v. 214, p. 34).



Foto 66: Caixa Preta

Fonte: REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2012, v. 214, p. 34

5.2 Pinacoteca do Estado de São Paulo

Ficha Técnica:

Autores: Paulo A. Mendes da Rocha Arquitetos Associados e Ricoy Torres e Colonelli Consultoria e Projetos – Paulo Archias Mendes da Rocha, Eduardo Argenton Colonelli e Wiliton Ricoy Torres.

Uso: Cultural

Ano: 1993-1998

Localização: Bairro da Luz, São Paulo

Área: 10.815,00 m²

Projeto de reforma, de restauro e adaptação do edifício da Pinacoteca do Estado



Foto 67: Vista aérea da Pinacoteca com a Estação da Luz.
Fonte: ROCHA, 2006.

Concluída em 1998, o objetivo da instalação da Pinacoteca do Estado de São Paulo foi adequar o edifício construído no final do século XIX para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, projeto de autoria do arquiteto Ramos de Azevedo, às atuais necessidades técnicas e fundamentais de um museu.

O prédio está localizado no centro de São Paulo, na Av. Tiradentes e próximo à Estação da Luz (**Foto 67**). Foi inaugurado em 1900, mesmo inconcluso e a Pinacoteca foi instalada em 1905 em algumas salas. Segundo Silva (2007, p. 77-78) o projeto original:

[...] foi imaginado com grandiosidade. Possui três pavimentos e tem orientação simétrica ao redor de uma rotunda em forma octogonal central projetada para receber uma grande cúpula que nunca foi executada. Além do octógono central, há ainda dois pátios laterais retangulares, também simétricos, ao redor dos quais se organizam as salas. Seguindo os ideais do arquiteto, o prédio foi construído em alvenaria estrutural de tijolos de barro. O revestimento não chegou a ser executado, permanecendo os tijolos aparentes (SILVA, 2007, p. 77-78).

A proposta de reforma da Pinacoteca, comandada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, “deve ser avaliado como uma intervenção que buscava adequar uma função já ‘ instalada’ em um prédio que não havia sido originalmente construído para tal finalidade”. Tratava-se da sutíliza de constituir a “adaptação do edifício a um ‘novo uso’ já presente” (GORSKI, 2003. p. 73).

O projeto teve várias intervenções interessantes, relativas às questões funcionais, como: a inversão do eixo principal do edifício, onde o acesso passa ser pela lateral, na Av. Tiradentes e é

retirada a escadaria existente e implantado em seu lugar um belvedere; instalação de uma cobertura nos vazios internos com “claraboias planas, confeccionadas em perfis de aço e vidros laminados”, evitando “a entrada de chuva e garantiu-se, através da ventilação, a reprodução das condições originais de respiração do conjunto dos salões internos” (ROCHA, 2006, p. 206).

Também foram propostos acessos promovidos pelas passarelas metálicas para vencer os vazios, instaladas nos pisos superiores e retirou as esquadrias das fachadas internas dos pátios e manteve as aberturas, pois com as claraboias estas ficaram protegidas. A retirada das esquadrias favoreceu a iluminação, a ventilação e criou uma transparência entre os ambientes.

As intervenções como a passarela metálica e a abertura das esquadrias promovem um eixo de circulação longitudinal e o elevador uma circulação vertical pelo edifício. Estas propostas e da claraboia (iluminação zenital) podem ser observadas na **foto 68**.



Foto 68: Vista do pátio interno com intervenções.

Fonte: ROCHA (2004)

O edifício foi “dotado de toda infraestrutura necessária, com a construção de um elevador para o transporte de público e de obras; climatização de diversas áreas; [...] a ampliação das áreas do depósito do acervo, laboratório de restauro e biblioteca” (ROCHA, 2006, p. 206).

É importante observar que todas as estruturas possuem características próprias, sem agredir a arquitetura do edifício histórico.

A exposição do acervo foi distribuída por todos os pavimentos. No subsolo, esculturas são expostas na área de circulação e nos pátios internos, mas este setor foi reservado principalmente para abrigar os laboratórios e a biblioteca, o auditório e a cafeteria. No primeiro pavimento encontram-se a bilheteria, o saguão de entrada, a recepção, a loja e todo o setor administrativo, como assessoria e diretoria. No segundo pavimento há apenas as galerias de exposição (Figuras 32 e 33).

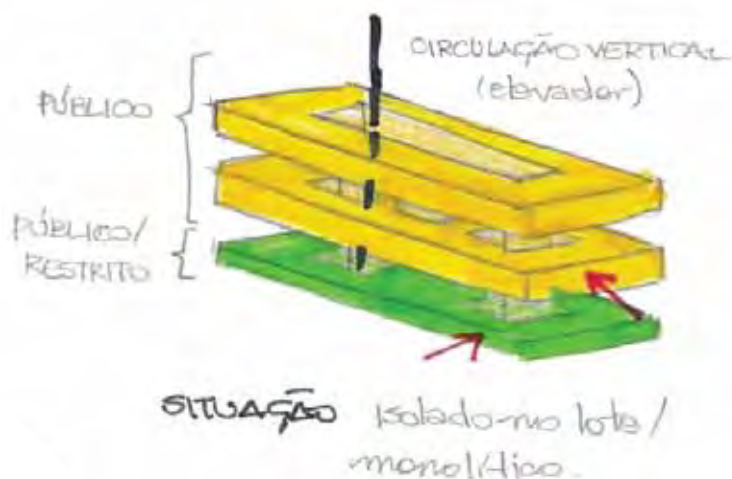


Figura 32: Croqui de setorização, circulação e acessos.

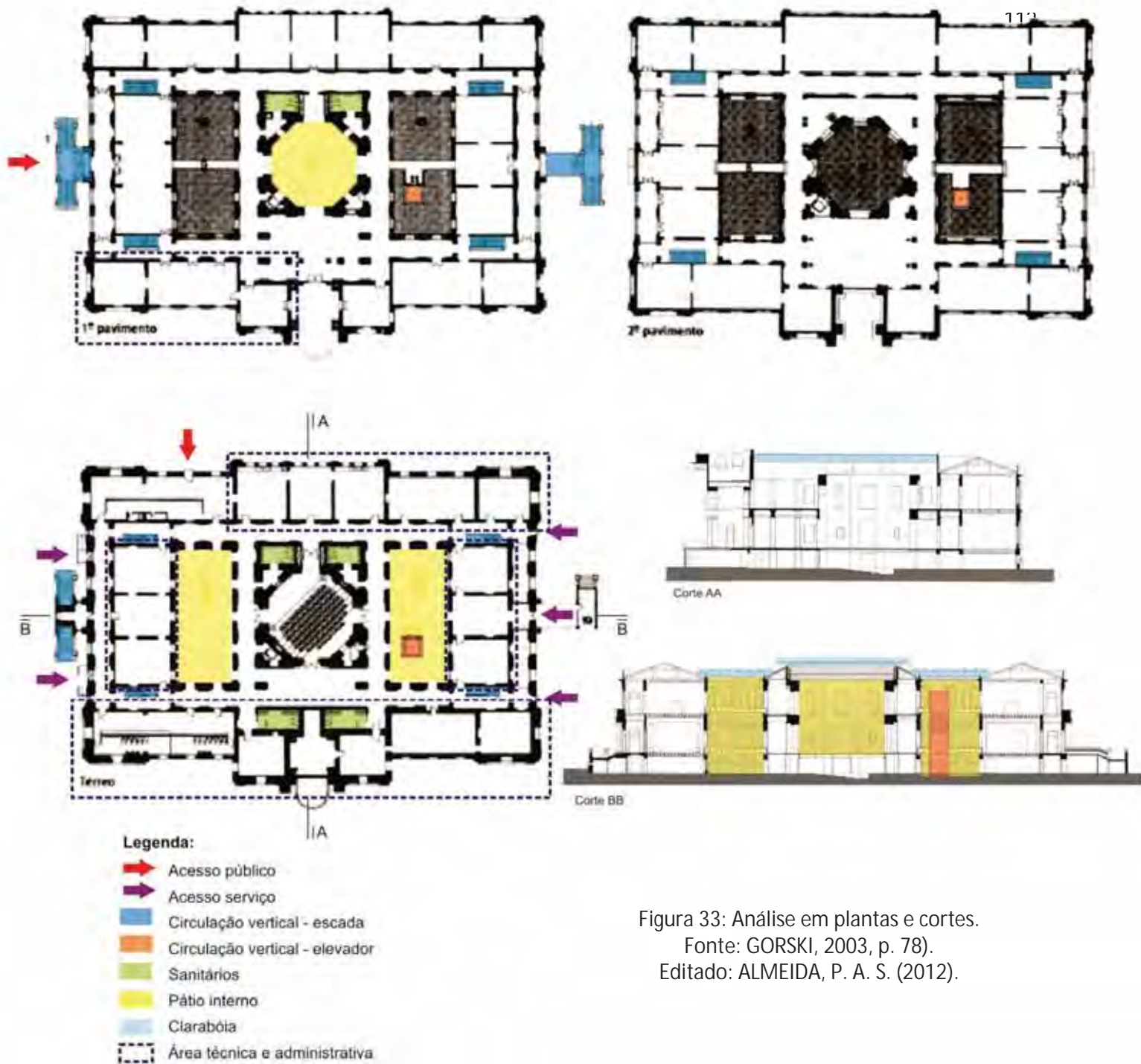


Figura 33: Análise em plantas e cortes.
 Fonte: GORSKI, 2003, p. 78).
 Editado: ALMEIDA, P. A. S. (2012).

Gorski (2003) apresenta uma interessante observação sobre a justificativa de Paulo Mendes da Rocha fazer a escolha de deixar o tijolo a mostra:

Apesar de saber que estudiosos das questões relativas às técnicas de restauro possam ter opinião distinta, alegou que as frisas e molduras da edificação haviam sido moldadas a lixa e torquês, e o tijolo já deteriorado não receberia reboco. Foi feita a opção pela manutenção do tijolo aparente, assumindo a necessidade de tratamento químico das superfícies de modo a protegê-las da chuva e da poluição atmosférica” (GORSKI, 2003, p. 76).

Na caracterização morfológica do edifício, a fachada deve ser examinada procurando relacionar a proporção, os cheios x vazios, a cobertura, equilíbrio, entre outros. Na **figura 34** observa-se que a fachada organiza-se por um eixo central, definindo uma simetria entre as aberturas e no campo visual e um ritmo na linha de coroamento.



Figura 34: Croqui para análise da fachada.

5.3 Fundação Iberê Camargo

Ficha Técnica:

Autores: Álvaro Siza Vieira.

Uso: Cultural

Ano: 1998-2008

Localização: Às margens do lago Guaíba. Av. Padre Cacique - Porto Alegre/RS

Área: 8.250m²

Projeto: Concurso



Foto 69: Vista Fundação Iberê Camargo.
Fonte: REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2008, v. 171, p. 40.

Implantado em uma área preservada e às margens do lago Guaíba na cidade de Porto Alegre, a Fundação Iberê Camargo (**Foto 69**) é uma das melhores obras do arquiteto português Álvaro Siza Vieira. Segundo ele “o volume ocupa a encosta como uma imensa escultura fincada na rocha” (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2008, v. 171, p. 43).

O museu chama a atenção da população e dos turistas que visitam com a sua volumetria, grandiosidade e pelas suas paredes contínuas sem aberturas. O edifício moderno faz um contra ponto com arquitetura neoclássica encontrada nos edifícios do centro da cidade.

Dedicado à obra de um único artista, Siza optou um espaço com diferentes abordagens e por uma “flexibilidade de uso, sem diferenciar os ambientes destinados a exposições temporárias e permanentes. Uma resposta à tendência dos museus atuais” (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2008, v. 171, p. 43).

Sem interferir no entorno, o projeto foi adaptado à topografia e acomodado na depressão da encosta. “Fincada na rocha, a base é constituída por uma plataforma longa, elevada 1,40m em relação à avenida” (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2008, v. 171, p. 43) (**Foto 70**).

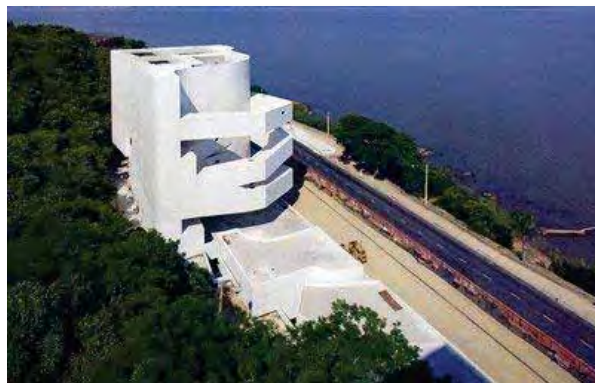


Foto 70: Edifício adaptado à topografia.
Fonte: Serapião (2008).

Seguindo o modelo do Museu Guggenheim de Nova York do arquiteto Frank Lloyd Wright, Siza criou um sistema de rampas contínuas que percorre o volume do edifício de cima para baixo. A ideia acessar o último pavimento pelo elevador e descer pela rampa até chegar ao pátio central. “A circulação também define o vão central que ocupa todo o pé-direito do edifício e admite luz natural por meio de uma claraboia ‘que permite a percepção das salas e a visão global do interior’ resalta Siza Vieira” (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2008, v. 171, p. 46) (Fotos 71 e 72).



Foto 71: Vista externa das rampas contínuas.

Foto 72: Vista interna das rampas contínuas.

Fonte: (SERAPIÃO, 2008).

Sob a via de trânsito rápido, o arquiteto solucionou o problema do estacionamento reservando 100 vagas para os veículos (Foto 73). Segundo Serapião (2008) era:

Um elemento significativo que não constava nem do programa, nem do projeto inicial é a garagem subterrânea para cem veículos. Até o meio do processo, ninguém havia conseguido pensar em uma solução para o problema do estacionamento, difícil de ser realizado junto à via expressa. Até que, em uma das reuniões, Siza apresentou a proposta de instalar o espaço sob a avenida, em área pública. “Isso não será aprovado; não é usual por aqui”, alertou Canal. “Vamos tentar”, Siza respondeu. Depois de longa negociação com a municipalidade, o estacionamento foi aprovado (SERAPIÃO, 2008).



Foto 73: Estacionamento sob a via.
Fonte: (SERAPIÃO, 2008).

No bloco ao lado do volume principal, foi proposto locar as áreas destinadas à administração e técnica, como um “auditório para 120 pessoas, biblioteca, ateliês com equipamento do artista, administração, depósitos [...]” (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2008, v. 171, p. 46), além da área de lazer como a cafeteria (**Figura 35**).

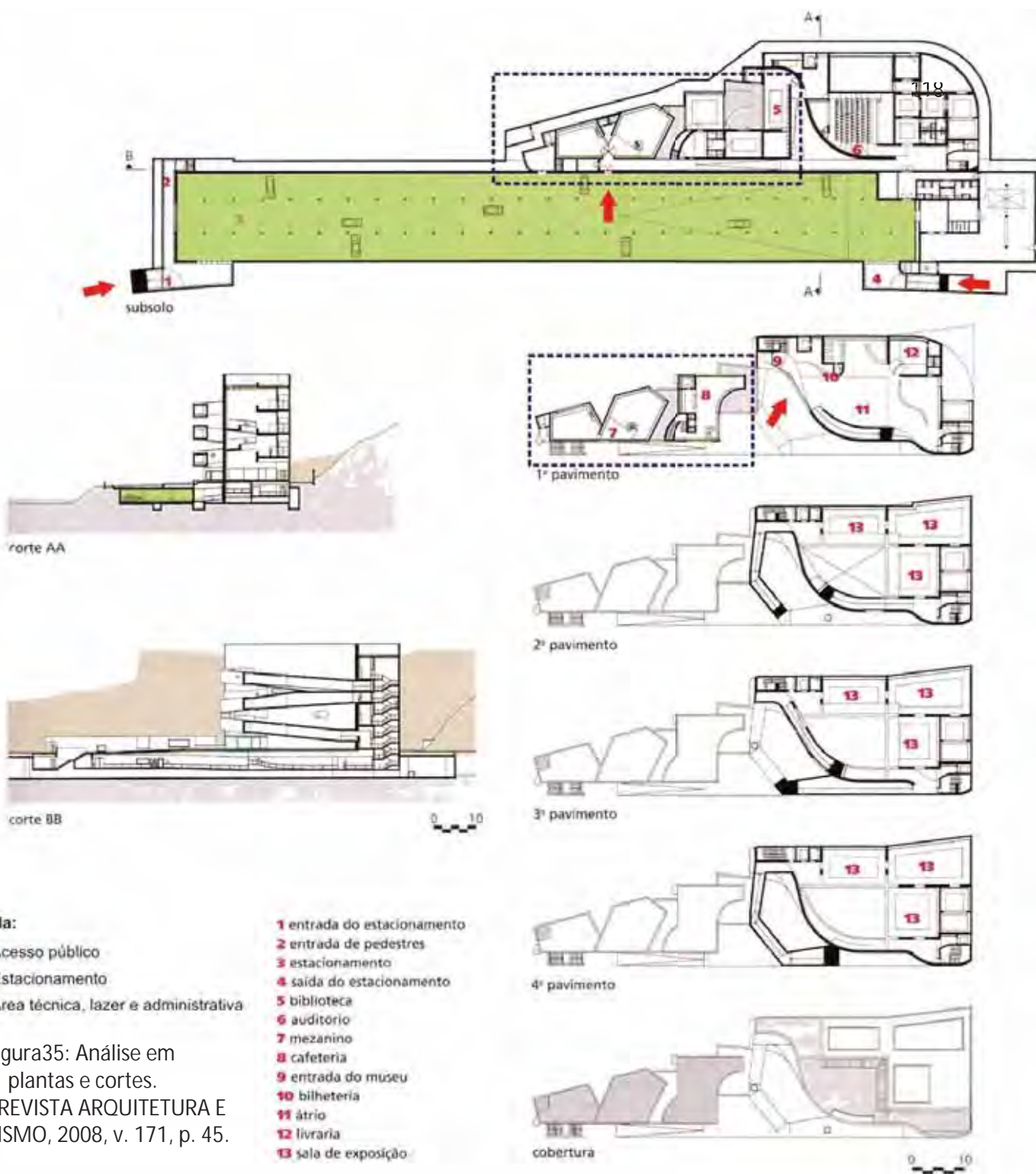


Figura35: Análise em plantas e cortes.
 Fonte: REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 2008, v. 171, p. 45.

Na caracterização morfológica do edifício, a fachada deve ser examinada procurando relacionar a proporção, os cheios x vazios, a cobertura, equilíbrio, entre outros.

Na **figura 36** observa-se que na fachada é assimétrica e foi estruturada pelas rampas contínuas que percorrem o volume. As aberturas são compostas por pequenas janelas voltadas para a paisagem do ria Guaíba. A linha de coroamento é linear e o skyline é definido pela composição da encosta e da arborização

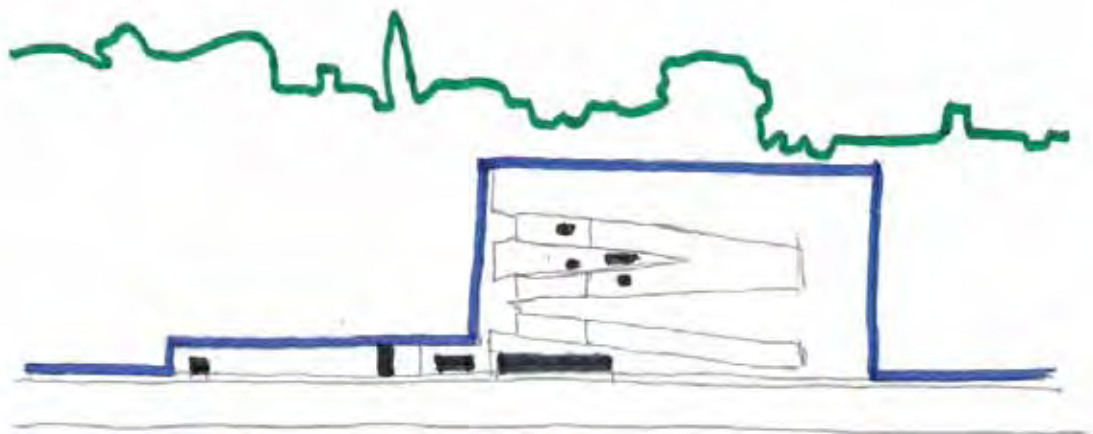


Figura 36: Croqui para análise da fachada.

5.4 Síntese Comparativa

A realização do estudo dos três referenciais projetuais permitiu compreender os elementos norteadores de cada projeto. Com base nessas análises, foi possível chegar ao quadro-síntese (Quadro 4) a seguir.

Quadro 4: Quadro comparativo entre as referências projetuais.

	Memorial Minas Gerais	Pinacoteca	Fundação Iberê Camargo
Composição	Monolítico: edifício como monumento que compõe um conjunto com os outros na paisagem.	Monolítico: edifício como monumento que cria a paisagem.	Dois blocos: edifício setorizado e como monumento que cria a paisagem.
Pátio	Interno e aberto. Local apenas de percurso e com visual direcionado por algumas aberturas.	Três pátios internos e cobertos por uma claraboia. Local de percurso e permanência.	Interno e fechado. Ponto focal de todos os pavimentos.
Galerias	Confinadas.	Confinadas e com relação visual com os pátios.	Relação visual com o pátio.
Iluminação Natural	Através do pátio e das janelas externas originais, mas algumas estão bloqueadas.	Através da claraboia coberta com vidro. Janelas externas estão fechadas com aço corten.	Através da claraboia no último pavimento e aberturas direcionadas nas rampas de circulação.
Visual	Volta-se para o interior do próprio edifício.	Volta-se para o interior do próprio edifício.	Volta-se para o interior do próprio edifício.
Circulação	Vertical por elevador e escadas localizados no pátio central.	Vertical por elevador e escadas nas laterais. Horizontal por passarelas.	Vertical por rampas contínuas e na lateral por escadas e elevador.
Intervenção na pré-existência	Potencializa o pátio, chapas de aço corten e elevador.	Aberturas dos vãos, elevador, cobertura do pátio e passarelas em aço.	Criação de estacionamento sob a via, volumetria que remete a topografia.

[6]

O PROJETO

6.1 Memorial de Partido

Pensando em desenvolver um projeto de intervenção em preexistência, a proposta de trabalhar com o antigo edifício do Fórum e Cadeia de Botucatu, atualmente desocupado, e ocupá-lo com uma Unidade da Pinacoteca de São Paulo exige um estudo do contexto urbano no qual está inserido o edifício. Com isso, a proposta deve dar continuidade ao já existente e antever qual será o impacto para o local quando este receber um novo uso que causará um fluxo de pessoas e materiais.

O edifício se articula na essência de um conjunto de edifícios de interesse cultural, como já analisado no capítulo 4 e também de áreas verdes. Ele próprio está implantado no centro de uma praça que já foi um cemitério, a Praça Rui Barbosa.

A proposta é compreender a área, a relação entre os usos e as atividades, a importância de cada um dos edifícios, a potencialidade evocativa que têm na percepção da população e, a partir do entendimento e convergência entre os itens analisados, produzir um espaço possível para os encontros e de valorização arquitetônica e ambiental.

Atualmente, é preservado o paralelepípedo em algumas ruas desta área (**Figura 37**), porém onde está o conjunto formado pelo Fórum, a Praça Izabel Arruda e a Santa Casa de Misericórdia, as ruas são asfaltadas, como pode ser observado nas **fotos 74, 75 e 76** a seguir.

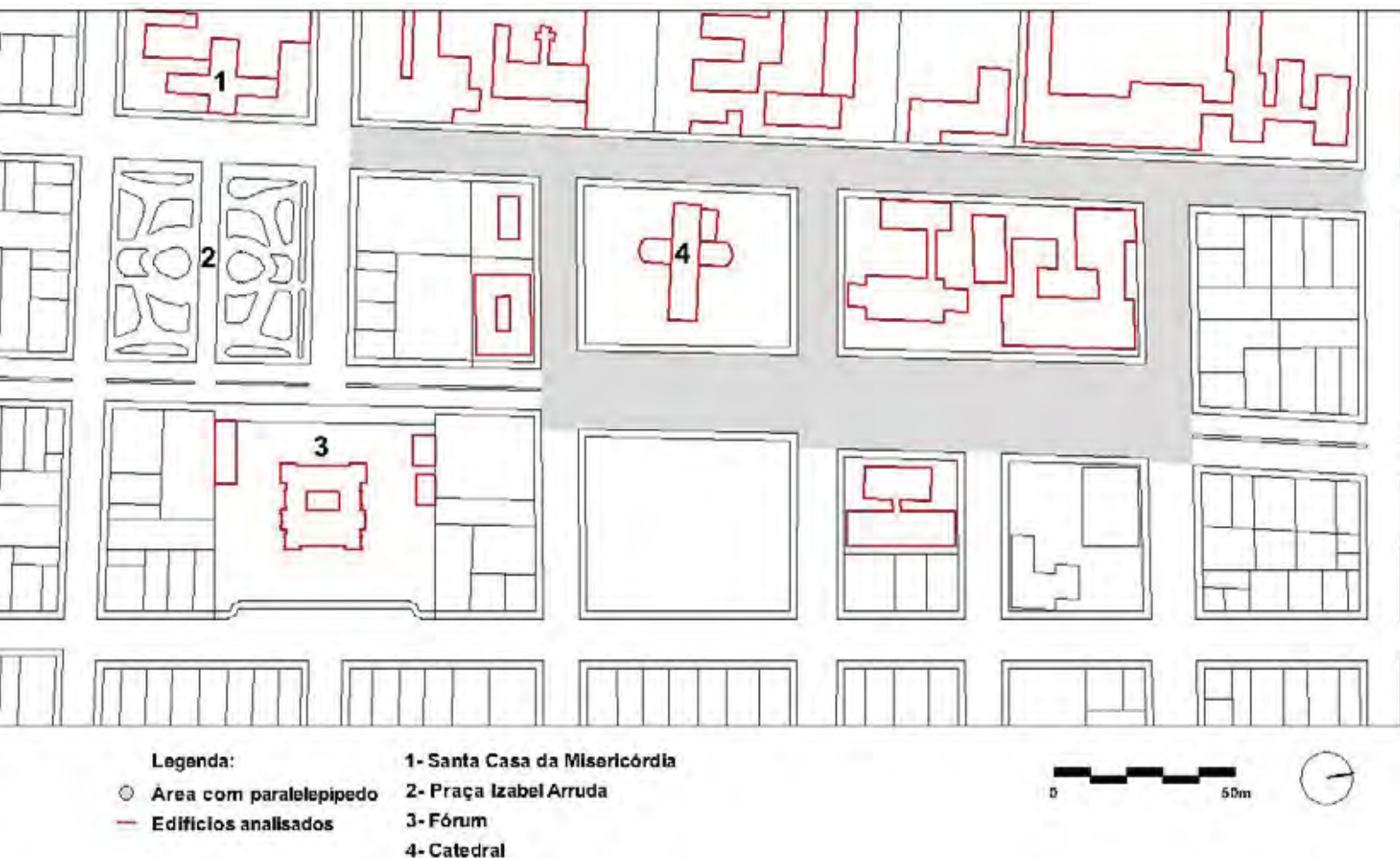


Figura 37: Ruas que mantêm com paralelepípedo atualmente.

Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (2012).
Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012)



Foto 74: Frente da catedral permanesse com paralelepípedo. Foto 75: Frente do Fórum é asfaltada.

Foto 76: Rua entre a Praça Izabel Arruda e a Santa Cada da Misericórdia é asfaltada.

Pensando em potencializar uma relação entre os diversos edifícios que constituem um conjunto: a catedral, as escolas, o seminário, o hospital,..., é interessante que em toda esta área predomine nas ruas o paralelepípedo, articulando assim uma área história, em busca do essencial, apreendido da herança arquitetônica e cultural (**Figura 38**).

A ideia é prolongar todo o espaço onde estão localizados todos os edifícios de interesse cultural com o piso de paralelepípedo e assim também estimular os veículos a diminuir a velocidade quando estiverem passando na frente destes. O proposto no projeto é resgatar o piso através da remoção da camada de asfalto que está sobre o pavimento de paralelepípedos no trecho descrito.

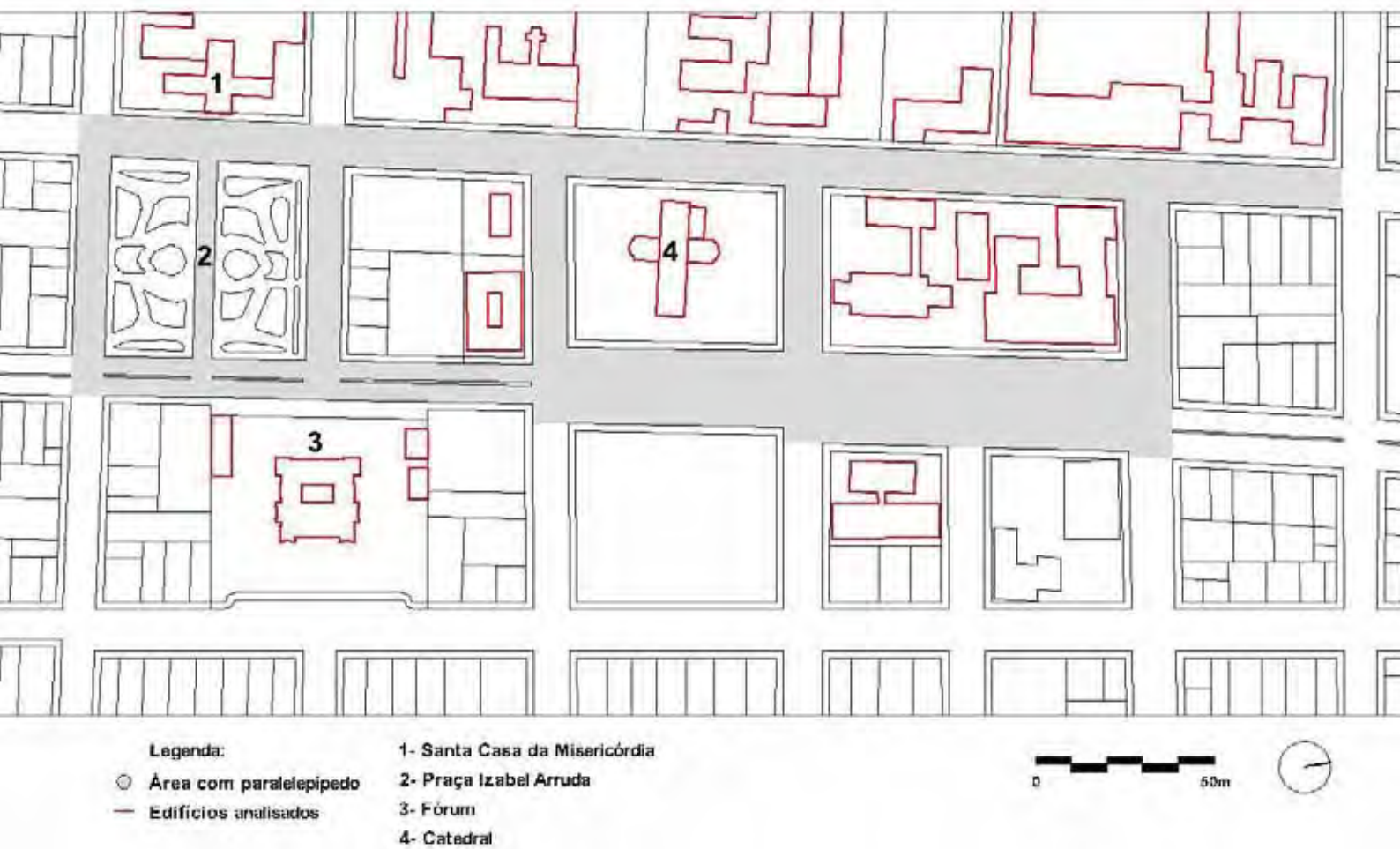


Figura 38: Prolongamento das ruas com paralelepípedo.
 Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (2012).
 Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012)

Após fazer uma análise mais detalhada da área, podem-se observar diversos tipos de apropriações que ocorrem na Praça Rui Barbosa (onde de implanta o antigo Fórum) e na praça em frente, a Praça Izabel Arruda (Figura 39). Foram encontrados diversos tipos de trailers de lanches, barraca de cachorro- quente, pontos de táxi e de ônibus, banca de jornal e uma pequena livraria religiosa (Foto 77, 78, 79 e 80).

Em dias festivos são montados palcos e arquibancadas para apresentações de bandas marciais e fanfarras, ou para eventos como corridas de rua.

Os arquitetos ao projetar espaços, devem considerar a intervenção do tempo e a participação das pessoas, observando a vontade, as intenções e as possibilidades de seus habitantes. Para Montaner (2010, p.107), “o ponto de partida é afirmar o caráter sempre dinâmico da realidade e negar a arquitetura como um objeto acabado [...], os habitantes vão introduzindo operações da ampliação e transformação segundo suas possibilidades”.



Foto 77, 78, 79 e 80: Diversas apropriações nas praças.



Figura 39: Apropriações Nas praças Izabel Arruda e Rui Barbosa.
 Fonte: SECRET. DE PLANEJAMENTO (2012).
 Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012)

Levando em conta essas intervenções na realidade, é importante introduzir novos processos e produzir uma comunicação das atividades da Pinacoteca com as apropriações encontradas na própria Praça Rui Barbosa, como também na Praça Izabel Arruda. Por isto, a intervenção ultrapassa os limites da Praça Rui Barbosa e se estende até a Praça Izabel Arruda criando ali um acesso ao novo uso. (Figura 40).

Durante a análise do edifício, observa-se que existe uma diferenciação entre as fachadas do antigo Fórum, por simbolizar o contraste entre as atividades do judiciário e da cadeia. A ideia para a Pinacoteca é manter esta separação, mas entre os espaços abertos ao público e aos restritos aos funcionários.

Desta maneira, a proposta é setorizar as atividades da Pinacoteca, destinando as áreas técnica e administrativa para o lado da cadeia e as exposições do acervo para o lado do Fórum.

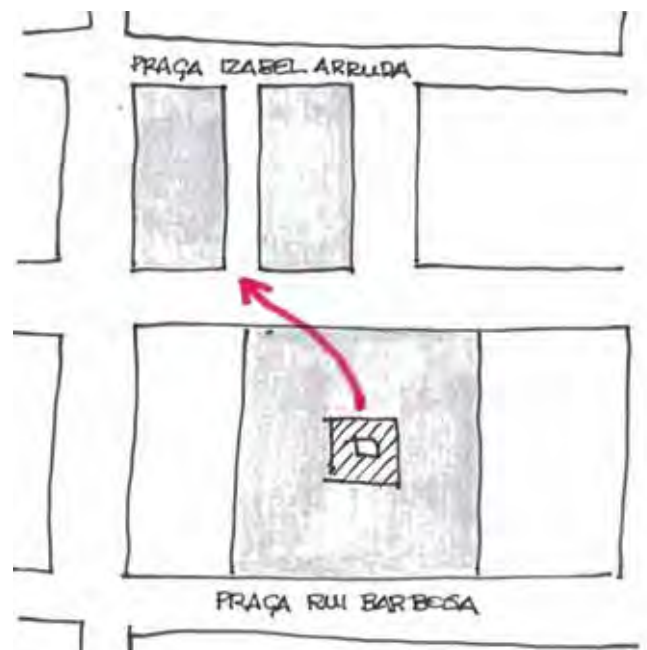


Figura 40: Comunicação entre as duas praças.

Partindo dos princípios de restauração e de intervenção efetiva no restauro conceituados por Brandi (2004), é importante levar em conta no projeto a análise da instância histórica e estética do edifício em estudo.

Segundo a instância histórica, a adição da construção do segundo pavimento do lado da cadeia, não difere do projeto original do Fórum. Este elemento será conservado, pois se tornou um novo testemunho para a história do prédio.



Foto 81: Pátio interno atual.

No caso da construção dos sanitários no pátio interno, esta interferiu na transição do pátio com os ambientes interno, na estrutura e também na iluminação natural. Baseando na instância estética, esta estrutura deve ser removida, pois se deturpa das propostas originais do edifício e das funções iniciais. Na **foto 81**, observa-se o único espaço que restou deste patio interno. É proposto também a retirada dos dois cartórios presentes na praça, pois são dois elementos destoantes da ambiência local (**Figura 41**).

A ideia é recompor estas áreas e potencializar o valor do pátio e da praça existente. O pátio interno é um elemento forte na arquitetura do arquiteto Ramos de Azevedo, como foi demonstrado no capítulo 1, e deve ser resgatado, pois além de proporcionar iluminação, é um espaço de contemplação, percuso e permanência. É a relação do vazio como ausência de uso, mas também como encontro e percepção.

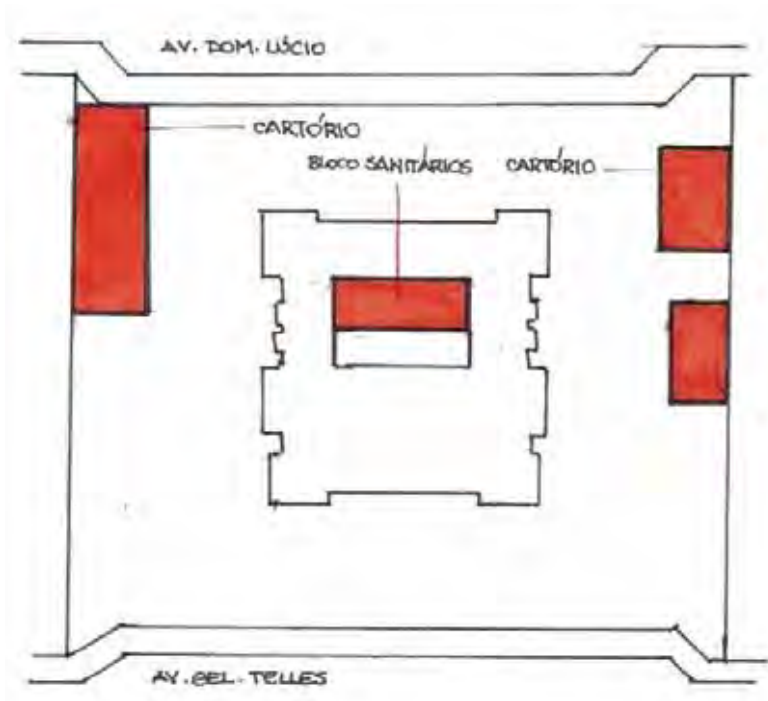


Figura 41: Áreas a serem removidas.

Pensando em quebrar a simetria do edifício e inverter o eixo de circulação, polarizado no antigo edifício entre o acesso do lado do Fórum e da Cadeia, assim como Paulo Mendes da Rocha fez no projeto da Pinacoteca de São Paulo, o projeto parte da alteração do acesso principal do antigo edifício do Fórum, mudando a entrada para o subsolo e para as laterais do prédio.

A intenção é que o acesso pelo subsolo, conectado com o pátio interno, seja um espaço público, uma extensão da paisagem circundante, de maneira que continue a ser contemplada e sem segregá-la. O conceito não é pensar apenas no objeto, mas buscar elementos em simbiose com o entorno.

Os acessos já existentes, onde era a entrada o Fórum e da Cadeia, continuam a serem utilizados. O acesso pela Avenida Dom Lúcio, torna-se para a entrada restrita a funcionários e materiais e o da Avenida General Telles para a entrada de utilização da biblioteca ou de acesso ao subsolo por uma escada helicoidal, que leva ao auditório e ao café, mas não tem acesso as instalações da Pinacoteca. O único acesso para a Pinacoteca, é pelas laterias, onde pode ser comprado o ingresso na bilheteria e acessar as salas de exposição pelo elevador. Na **figura 42** é possível compreender como são estes acessos ao edifício.

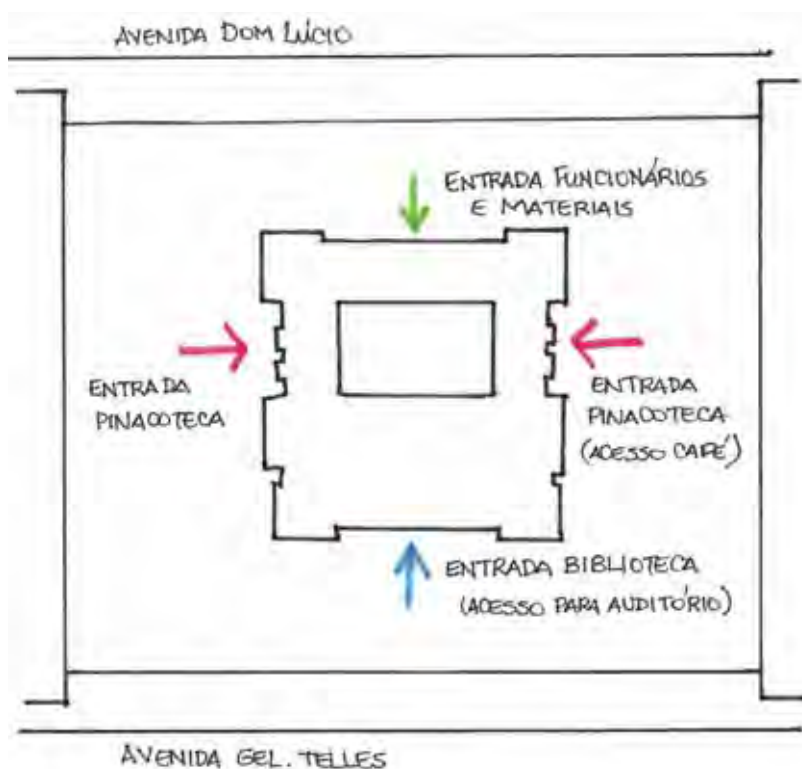


Figura 42: Acessos para o edifício da Pinacoteca.

Os cortes demonstram como são as entradas pelas laterais da Pinacoteca e com a proposta de rebaixar a Praça Rui Barbosa para acessar o subsolo (Figuras 43 e 44).



Figura 43: Acesso lateral para a Pinacoteca.



Figura 44: Acesso lateral para a Pinacoteca.

Para que esta inversão da entrada ocorra e o acesso principal seja pelo subsolo, foi necessário fazer uma visita a campo para verificar as informações obtidas por Bretan (2004), citado na página 93. Segundo a autora, parte do subsolo teve as frestas respiratórias do porão fechadas, por técnicos avaliarem que os abalos na estrutura do edifício seria por constar um possível vazamento do depósito d'água. Assim foi formado na base um todo sólido para beneficiar a resistência dos alicerces.

Não foi possível conhecer todo o subsolo, pois havia muitas passagens bloqueadas, com muito entulho (**Foto 82**). Mas alguns caminhos que deveriam estar aterrados, segundo a planta baixa fornecida pelo arquiteto Pedro Paulo Pacheco, na realidade foi possível acessá-las, como pode ser visualizado na **figura 45** a seguir. Então foi considerado que pode-se trabalhar o projeto da Pinacoteca em todo o subsolo⁵.

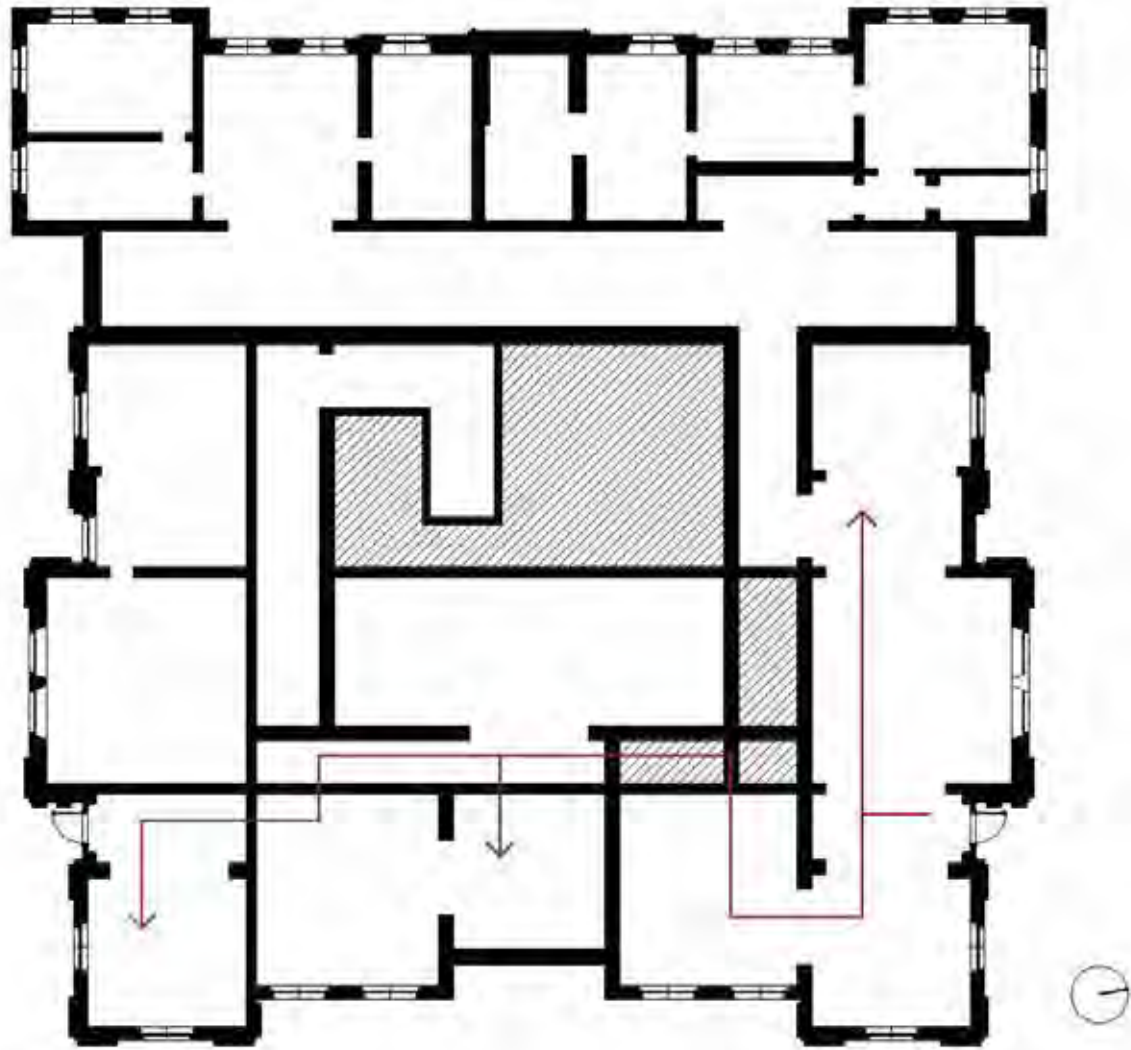
Quando a cadeia ainda estava em funcionamento, o subsolo era o local onde presidiários. Durante a visita, foram encontradas as celas (**Foto 83**).





Foto 82: Presença de entulho no subsolo.

Foto 83: Antigas celas dos presidiários.

⁵ Consultorias e estudos foram realizados com o professor de estruturas, Prof. Fernando Sérgio Okimoto para averiguar melhor esta possibilidade.



Legenda:

- 
Área Aterrada - Caixa d'água desativada
- 
Percuso realizado em visita a campo

Esc 1:250

Figura 45: Planta do subsolo
 Fonte: PACHECO (2011).
 Editado: ALMEIDA, P.A.S. (2012)

O aspecto exterior do antigo edifício do Fórum se mantém com todos os ornamentos e esquadrias que o pertence, porém a nova intervenção, com o acesso lateral pelo subsolo, é marcado com uma abertura no edifício.

Para tornar mais evidente as alterações realizadas, é proposto uma cobertura metálica de pintura vermelha, com a vedação de vidro temperado de cor também vermelha (**Figura 46**). O uso do novo material e forma, se torna um forte elemento na arquitetura do prédio e marca o acesso principal, persuadindo o pedestre a utilizar esta entrada.

As fachadas laterais, norte e sul, produzem momentos de transição entre o antigo e o novo e mantém a proporção de cheio e vazios.



Figura 46: Cobertura metálica nos acessos laterais.

6.2 Memorial Descritivo

6.2.1 Estudo do Programa de Necessidades

A partir da análise das condições atuais do antigo edifício do Fórum e Cadeia, o diagnóstico do entorno e o estudo das referências projetuais e dos levantamentos teóricos, pode ser definido o programa de atividades para o funcionamento da Unidade da Pinacoteca de São Paulo, assim como seu pré-dimensionamento.

O programa arquitetônico pode ser dividido em quatro categorias: de exposições, temporárias e permanentes como público-alvo os visitantes em geral; técnica, com laboratórios para conservação, restauração e documentação das obras, restrita aos funcionários e a visitantes interessados sobre o tema; administrativa, para o bom funcionamento e organização das atividades e restrita aos funcionários; de lazer, com cafeteria e loja para os visitantes e a população de Botucatu e por fim, auditório, biblioteca, atendimento (bilheteria, informações e guarda volume) e sanitários.

O **quadro 5** apresenta a definição programa para a Pinacoteca e a descrição do uso de cada ambiente, mobiliário necessário e o pré-dimensionamento.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

Arquivo: programa de necessidade.pdf

Quadro 3: Programa de necessidades.

O pré-dimensionamento foi estabelecido a partir dos espaços destinados para os ambientes e pela legislação atual. A respeito dos sanitários, o Código Sanitário do Estado de São Paulo regulamenta no Art. 138 (1978, p.52) que locais de uso cultural devem “conter, no mínimo, uma bacia sanitária para cada 100 pessoas, um lavatório e um mictório para cada 200 pessoas, admitindo-se igualmente entre o número de homens e o de mulheres”.

Pela Pinacoteca ser de uso público, é obrigatório o projeto ser aprovado pelos bombeiros. Segundo o regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo, o prédio não precisa de escada de incêndio, conhecida como Compartimentação Vertical. Mas foi projetada uma escada que interliga todos os pavimentos do edifício caso seja necessário rotas de fuga na urgência de evacuação do local.

Sobre o estacionamento, a quantidade de vagas de veículos é calculada pelo Código de Obras do Município de Botucatu, onde são exigidas 45% de vagas sobre a área bruta da edificação. No caso foram destinadas 84 vagas para automóveis, em uma área de 2342,51m², sendo duas previstas para pessoas com deficiência (1% do total de vagas) e 8 destinadas para motocicletas (10% do total de vagas).

A fim de atender as exigências do Código de Obras, a proposta para abrigar as vagas de veículos, sem intervir na praça ou perder uma área do centro para estacionamento, é criar uma garagem subterrânea abaixo da Av. Dom Lúcio. A solução segue a mesma encontrada pelo arquiteto Álvaro Siza no projeto da Fundação Iberê Camargo, de instalar o espaço sob a avenida, em uma área pública.

A **figura 47** ilustra em corte a intervenção do estacionamento sob a avenida. O acesso é pela rua que atualmente passa no meio da Praça Izabel Arruda (**Foto 84**).

A partir deste momento, foi definida a ideia de que o acesso principal da Pinacoteca deveria acontecer pelo subsolo, onde há uma passagem do estacionamento sob a rua para o subsolo do edifício.

Este partido também definiu como deveria ser a intervenção na Praça Izabel Arruda, onde está a maioria das apropriações, como analisado anteriormente. Com intenção de valorizar a praça e dar uma maior permeabilidade e amplitude, a proposta é criar grandes vazios e apropriar também do espaço do subsolo, instalando ali um *boulevard*, com lanchonetes, sorveteria, banca, livraria, *souvenir*, espaço para feira de artesanato, sanitários e a administração do estacionamento.



Figura 47: Proposta de um estacionamento sob a avenida.



Foto 84: Proposta de acesso ao estacionamento.

6.2.2 A Demolir e a Construir

Após realizar o mapeamento de danos, relacionar com seus agentes e causas e analisar as condições em que se encontra a estrutura do antigo do Fórum, é possível afirmar que o edifício precisa ser restaurado. É necessário contratar uma empresa especializada para realizar um levantamento completo do prédio.

O objetivo é conhecer sua evolução e fazer uma análise do estado de conservação. Uma das etapas importantes, além das realizadas neste trabalho como pesquisa histórica, levantamento físico e identificação de materiais e sistemas construtivo, é realizar algumas prospecções, como arquitetônica, estrutural e do sistema construtivo e arqueológica, caso seja necessário. Durante o processo, por exemplo, é feito uma análise estratigráfica onde são determinadas o número das camadas cromáticas e caracterizá-las quanto ao número e cor dos pigmentos misturados em cada uma e identificação das cores através da tabela de Munsell.

A análise integrada das informações obtidas são concluídas “na medida em que complementa o conhecimento do objeto, analisando de forma pormenorizada determinados problemas ou interesses específicos de utilização do Bem” (BRASIL, 2005, p.26).



Foto 85: Vitrais simbolizando a Balança da Justiça. Foto 86: Escada de madeira. Foto 87: Sala do Réu.

Com a intenção de preservar a memória do edifício e seu uso original, optou-se por conservar alguns elementos que representam o Poder Judiciário e as atividades do Fórum. Nos vitrais encontrados no saguão de entrada (térreo) e na sala de espera antes do antigo salão nobre (1º pavimento), foi simbolizada a Balança da Justiça, que expressa a equidade, o equilíbrio, a ponderação e a igualdade das decisões aplicadas pela lei (**Foto 85**). Estes são elementos de destaque dentro da proposta, através da criação de mais ângulos de visualizações dos mesmos através das passarelas e vazios criados no pátio e dentro do edifício.

Próximo a estes vitrais, também se deseja preservar a escada de madeira que liga o térreo com o primeiro pavimento (**Foto 86**) e também a sala do réu no primeiro pavimento, onde há uma cela onde os acusados de algum crime aguardavam para serem julgados (**Foto 87**).

Como foi proposto, no subsolo está a entrada principal da Pinacoteca, onde há uma comunicação com o pátio interno. O pé-direito é muito baixo, com 1,90m, por isto foi necessário rebaixá-lo. Desta forma, a fundação acabou ficando aparente e proporcionou uma transição entre o antigo e o novo. Para não abalar a estrutura é necessário fazer um tratamento e um reforço.

Para conseguir maiores áreas, foram demolidas algumas paredes onde está o auditório, a biblioteca e o foyer de entrada, porém muitas delas foram conservadas e algumas salas onde antes funcionavam os escritórios do Fórum, agora estão instaladas as atividades da Pinacoteca.

Como a estrutura do edifício é de alvenaria estrutural, é necessário colocar vigas metálicas de 0,60m de altura para não causar riscos na estrutura e estas devem estar apoiadas em pilares para amenizar o peso da parede. Como pode observar no corte da **figura 48**, é importante fazer uma fundação com brocas nos pilares que vão apoiar as vigas metálicas.

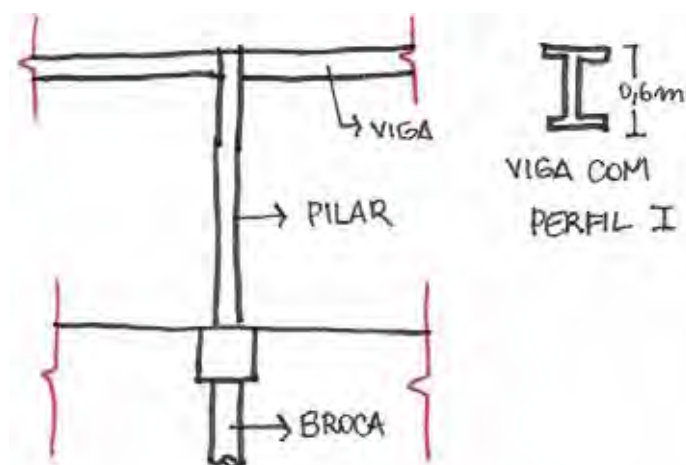


Figura 48: Fundação e estrutura de paredes demolidas.

6.2.2.1 Análise de fachada e esquadrias

Esta análise consiste em identificar as remoções, restaurações e execuções que modificará as fachadas da Pinacoteca em comparação de como está o edifício atualmente.

As fachadas leste e oeste (entrada do antigo Fórum e Cadeia) não sofreram modificações e foram preservadas. É necessário apenas que seja feito um levantamento detalhado para que possa receber o devido restauro.

A seguir é analisada apenas a fachada norte, pois as fachadas norte e sul são idênticas e sofrerão as mesmas modificações, mantendo a simetria do edifício (**Figura 49**).

Proposta para fachada norte e sul da Pinacoteca:

- Restauro dos ornamentos.
- Regeneração da alvenaria das paredes.
- Restauro das esquadrias de madeira originais nos pontos danificados.
- Execução de novas esquadrias em alumínio com pintura eletrostática branca no subsolo, seguindo desenho das originais e nas portas da nova entrada principal.
- Execução de uma cobertura metálica com pintura vermelha e fechamento com vidro colorido vermelho.
- Desobstrução, restauro e otimização dos coletores pluviais originais.



Fachada Norte
esc 1:250

Substituição da porta
por janela padrão

Instalação de
cobertura para
marcar a intervenção

Substituição da porta
por janela padrão

Demolição de parte da
alvenaria para abrir o novo
acesso principal

Condições atuais:

- Áreas a serem removidas
- Áreas a serem modificadas com janelas



Figura 49: Análise da fachada norte (mesmo ocorre na fachada sul).

esc 1:500

6.2.3 Espaços

Partindo do estacionamento no subsolo, os automóveis no caso, entram pela passagem na Praça Izabel de Arruda (rua interna que dividia a praça) e depois têm acesso direto para a Pinacoteca ou tem o acesso para Praça Rui Barbosa pela escadaria presente no ponto de ônibus. Como também tem acesso para ir ao *boulevard* pela escadaria e elevador do ponto de táxi (Figura 50).

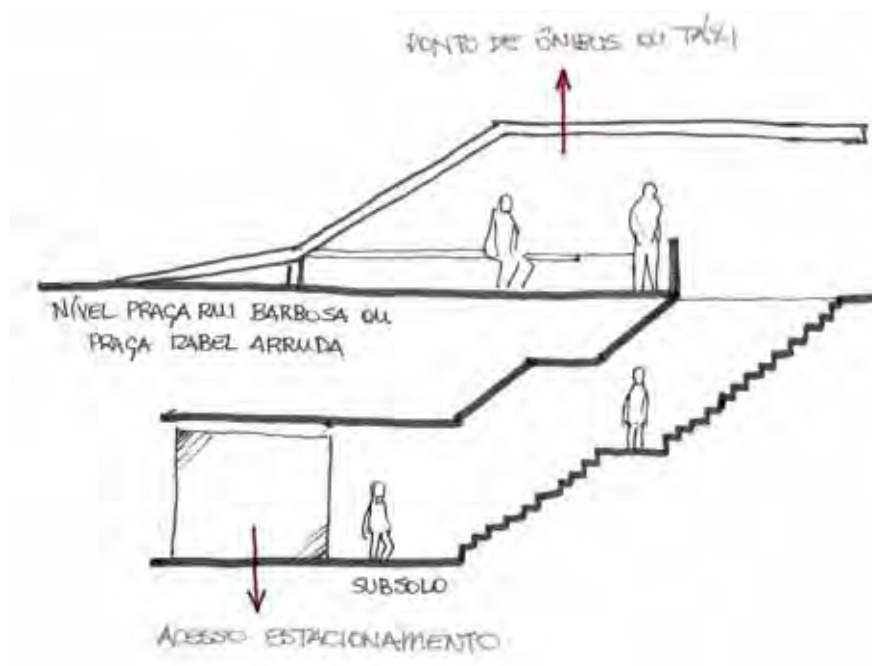


Figura 50: Passagem para o estacionamento pelo ponto de táxi ou ônibus.

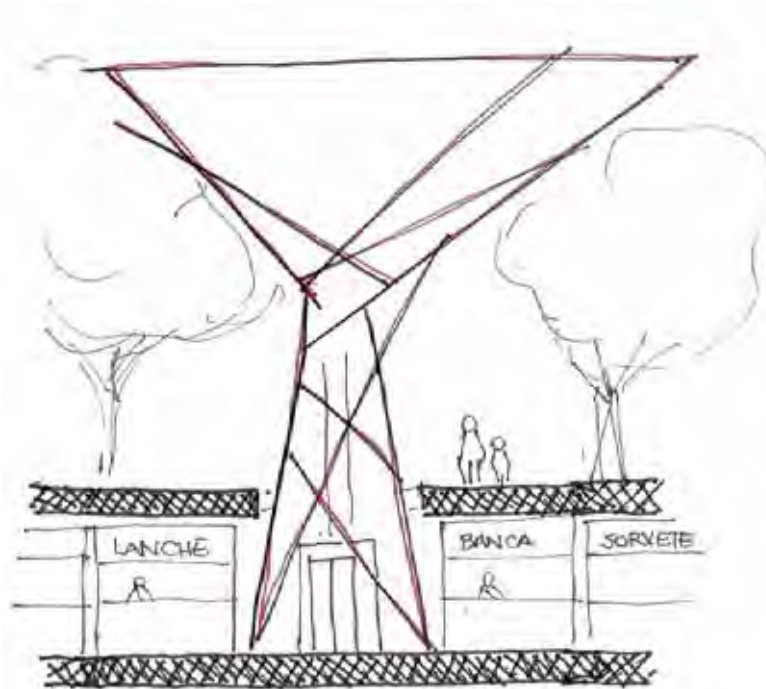


Figura 51: Estrutura árvore-elevador

No caso dos pedestres, o acesso para a Pinacoteca é pela Praça Rui Barbosa e o acesso ao *boulevard* pela Praça Izabel de Arruda onde há uma árvore-elevador (**Figura 51**) que leva ao piso inferior, onde pode encontrar todas as lanchotes, banca, sorveteria, *souvenir*, livraria, sanitários e espaço para feiras.

A ideia do *boulevard* é criar um ambiente acolhedor e que estimule a conviência das pessoas. Como na cidade de Botucatu há muitas feiras de artesanato, este espaço seria um local que comportaria este tipo de evento.

A comunicação entre os ambientes pode ser observado no fluxograma (**Figura 52**).

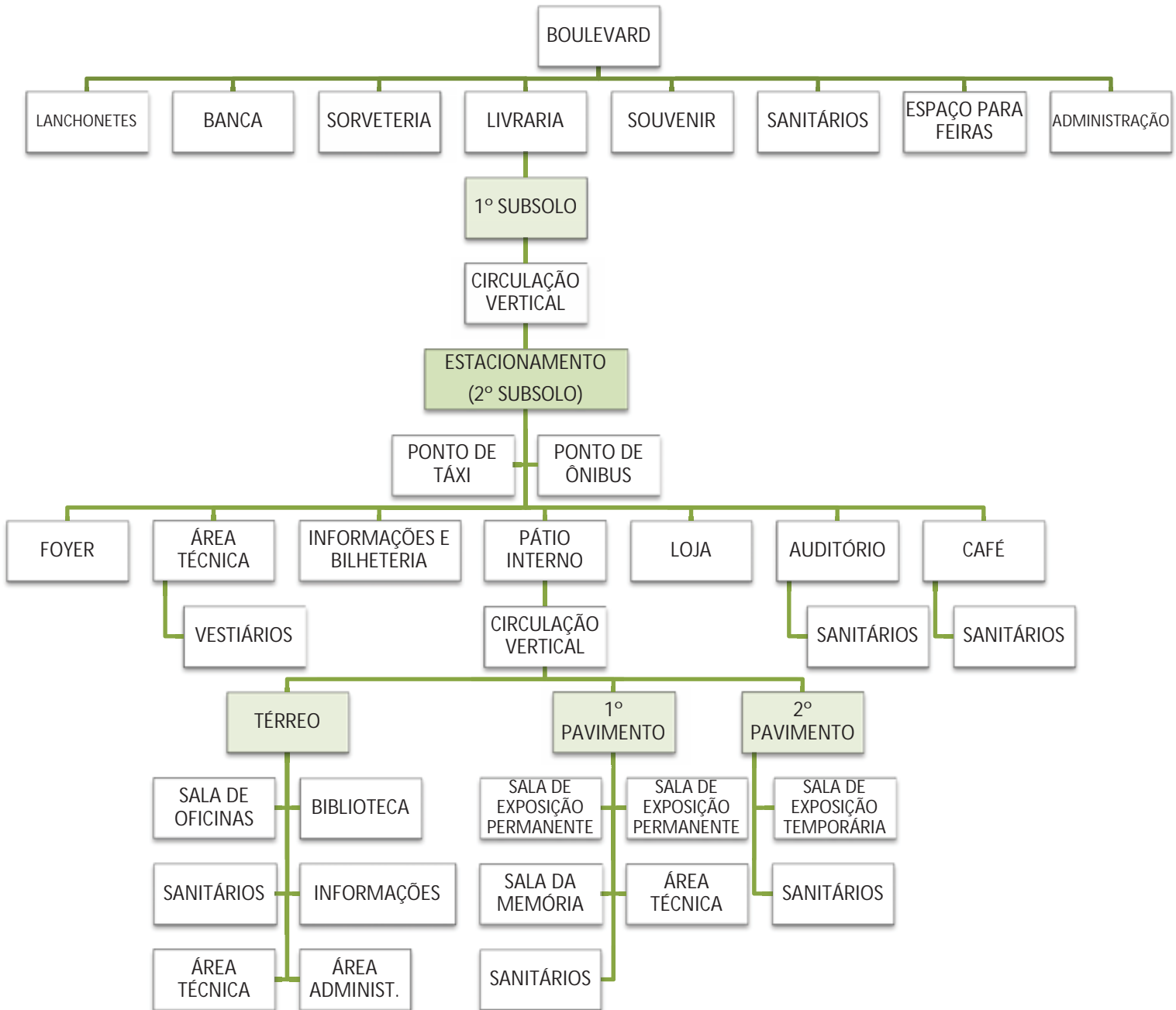


Figura 52: Fluxograma.

Todos os novos elementos desenvolvidos para ambas as praças, como a cobertura na entrada da Pinacoteca, a árvore-elevador e o ponto de táxi e ônibus têm o mesmo design e o mesmo tratamento que padronizam uma linguagem.

A proposta deste trabalho é sempre priorizar o pedestre, por isto foi dada uma relevância as estruturas do ponto de táxi e ônibus (**Figura 53**), com o mesmo design dos demais elementos.

O desenho ortogonal do paisagismo das praças Rui Barbosa e Izabel Arruda marca o caminho do pedestre e mantém uma comunicação entre elas, o que evidencia a intervenção que ocorre no subsolo com as intervenções no edifício e a criação do estacionamento e do *boulevard*.

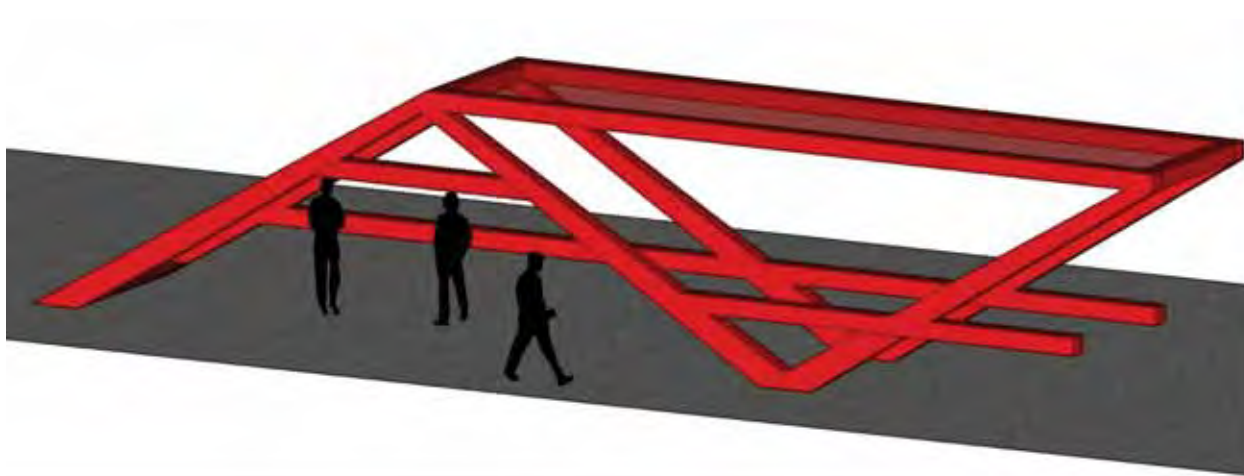


Figura 53: Estrutura do ponto de ônibus e táxi.

6.2.4 Acessibilidade

Todo o projeto foi pensando nas pessoas com deficiência. Há elevadores tanto na Pinacoteca quanto no espaço do *boulevard*. Todos os ambientes são acessíveis e os usuários de cadeiras de rodas, por exemplo não encontrarão barreiras para se locomoverem.

No estacionamento há duas vagas reservadas e as rampas de acesso à Pinacoteca têm 8,33% de inclinação.

6.3 Imagens e Peças Gráficas

A seguir estão reunidas as imagens e peças gráficas produzidas para a estruturação do projeto.

CONCLUSÃO

Após discutir os referenciais teóricos sobre a arquitetura eclética, os projetos do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo e as teorias de restauração, é possível compreender a importância destas questões para propor um projeto de intervenção em um edifício do início do século XX.

O antigo edifício do Fórum e Cadeia de Botucatu é um testemunho histórico para a cidade e um símbolo destinado a preservação da memória do poder judiciário que ali cumpria suas atividades. O uso e a apropriação socioespacial qualificam estas relações e o imaginário social urbano.

A proposta deste projeto é restaurar o antigo prédio, intervir no seu entorno e instalar um novo uso com uma Unidade da Pinacoteca do Estado de São Paulo, proporcionando ao município de Botucatu um novo programa cultural, integrando o passado, o presente e o futuro que se efetiva através da nova intervenção.

Este trabalho acrescentou conhecimento sobre restauro à minha formação como Arquiteta e Urbanista, de modo que me ajudou a descobrir um novo olhar sobre a Arquitetura, que me inspirou a compreender o pré-existente e a projetar contando com a intervenção do tempo e com a participação das pessoas, protagonistas na cidade.

REFERÊNCIAS

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 789**, de 27 de setembro de 1890. Estabelece a secularização dos cemitérios. Set. 1890.

_____. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Caderno 1. Brasília: Programa Monumenta, 2005.

BRETAN, I. **O Fórum de Botucatu**: Anotações para a sua história. 200?. Disponível em: <<http://www.ybytucatu.net.br/historia/temas/forum.html>>. Acesso em: abr 2012.

CARDOSO, N.M. **A história das irmãs marcelinas**: Fundação do Colégio dos Anjos em Botucatu (1912). 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.am.unisal.br/pos/stricto-educacao/pdf/dissertacoes/Neise_Marino_Cardoso.pdf>. Acesso em: 01 mai 2012.

CARVALHO, M. C. W. **Ramos de Azevedo**. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade. UNESP, 2001.

CIRCUITO CULTURAL LIBERDADE. **Conheça o Circuito**. Disponível em: <<http://www.circuitoculturalliberdade.mg.gov.br/projeto/conheca-o-projeto>>. Acesso em: jun 2012.

CÓDIGO SANITÁRIO DO ESTADO DO SÃO PAULO. **Decreto Lei 12.342/78**, Art. 138º, 1978.

COLIN, S. **Sobre o ecletismo na arquitetura.** 2006. Disponível em: <http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1105&sid=21&tpl=printerview>. Acesso em 08 mai 2012.

CONDEPHAAT. **Instituto de Educação Cardoso de Almeida.** Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCD&ld=f0c1aa7b62b1c010VgnVCM100001c01a8c0____>. Acesso em 26 mai 2012.

CUNHA, C. R. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi.** Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>>. Acesso em: 04 jun 2012.

DONATO, H. **Achegas para a história de Botucatu.** Botucatu: Prefeitura Municipal de Botucatu. 2008.

DUNIVERSO. **Fotos da antiga Belo Horizonte: de volta ao passado.** 2010. Disponível em: <<http://www.duniverso.com.br/fotos-da-antiga-belo-horizonte-de-volta-ao-passado/foto-antiga-belo-horizonte-praca-liberdade/#axzz1y57mufz9>>. Acesso em: 17 jun 2012.

FIGUEIROA, J. C. **Botucatu: Cidade dos Bons Ares e das Boas Escolas.** São Paulo: Noovha América, 2007.

GORSKI, J. **Reciclagem de uso e preservação arquitetônica.** 112f. Dissertação (Mestrado em arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

HERMETO, H. **Memorial Minas Gerais.** 2010. Disponível em: <<http://www.fotolog.com.br/arquiteto/mosaic/>>. Acesso em: 17 jun 2012.

HIRAO, H.; NERES, R. M. **O Museu Histórico e Arquivo Municipal de Presidente Prudente – SP: Patrimônio, projeto e identidade na cidade contemporânea.** 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3957>>. Acesso em: 08 jun 2012.

KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: Editora da UNB, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA. **Patologias da construção.** Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=17&Cod=127>>. Acesso em: 20 jun 2012.

OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE DO ESTADO. **A laicidade na ordem do dia.** Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/posicionamentos3.html>>. Acesso em 29 abr 2012

LEMOS, C. A .C. **Ecletismo em São Paulo.** In: FABRIS, A. (org.) Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel & EDUSP, 1987.

_____. **O modernismo arquitetônico em São Paulo.** 2005. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.065/413>>. Acesso em 14 mai 2012.

_____. **Ramos de Azevedo e seu escritório.** São Paulo: Pini, 1993.

MENDONÇA, T. C. **Técnica e construção em Ramos de Azevedo: A construção civil em Campinas.** 282p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) – Escola da Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

MONTANER, J. M. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos.** Barcelona: Gustavo Gili. 2010.

MONTEIRO, A. M. R. G. **Ramos de Azevedo.** Campinas: UNICAMP. CMU Publicações, Arte Escrita, 2009.

MÜLLER, F. **Velha-nova Pinacoteca**: de espaço a lugar. 2000. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/01.007/951>>. Acesso em 24 mai 2012.

NELCI, T. **Fronteiras, marcos e sinais**: leitura das ruas de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2006.

O GRITO NOTÍCIAS. **Fórum surpreende delegação da Cultura**. 2011. Disponível em <<http://ogritonoticias.blogspot.com.br/2011/01/pinacoteca-botucatu-forum-reforma.html>>. Acesso em 06 jun 2012.

OLIVEIRA, R. P. D. **O pensamento de John Ruskin**. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>>. Acesso em: 04 jun 2012.

PACHECO, P. P. **Fórum Pinacoteca**: Revitalização e Intervenção – Antigo Fórum Judiciário de Botucatu/SP. 89p. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) - Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Paulista, Bauru, 2011.

PATETTA, L. **Considerações sobre o ecletismo na Europa**. In: FABRIS, Annateresa (org.) Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel & EDUSP, 1987

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Identidade Institucional**. Disponível em: <<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca/default.aspx?mn=211&c=386&s=0>>. Acesso em 06 jun 2012.

PIZA, J. F. B. T. **A formação de povoados na região de Botucatu**. 140f. Dissertação (Mestrado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-20052010-100528/>>. Acesso em: 28 abr 2012.

REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO. **Cores novas à roupa antiga**. São Paulo: PINI, v. 214, jan 2012.

_____. **Paredes retas e superfícies onduladas**. São Paulo: PINI, v. 171, jun 2008.

ROCHA, P. M. **Paulo Mendes da Rocha: projetos 1957-1999**. 3. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SANTOS, A. C. M. **Viollet-le-Duc e o conceito moderno de restauração**. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.044/3153>>. Acesso em 04 jun 2012

SÃO PAULO. **Acervo da Pinacoteca vai para o interior do Estado**. 2011. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=213575>>. Acesso em: 06 jun 2012.

SEGAWA, H. **Arquitetura no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SERAPIÃO, F. **Fundação Iberê Camargo**. 2008. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/alvaro-siza-fundacao-ibere-15-08-2008.html>>. Acesso em: 20 jun 2012.

SILVA, P. Z. D. C. **A dimensão pública da arquitetura em museus: uma análise de projetos contemporâneos**. 203. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.